



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos



TAINÁ CAMILA PIRES MELLO DOS SANTOS SQUIGATI

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL EM ENUNCIADOS INSTITUCIONAIS
ESTATAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO ARQUEOGENEALÓGICO**

Uberlândia (MG)

2025

TAINÁ CAMILA PIRES MELLO DOS SANTOS SQUIGATI

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL EM ENUNCIADOS
INSTITUCIONAIS ESTATAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO
ARQUEGENEALÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia – como requisito à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes

Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES

Uberlândia (MG)

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S773r
2025

Squigati, Tainá Camila Pires Mello dos Santos, 1994-

A racionalidade neoliberal em enunciados institucionais estatais brasileiros [recurso eletrônico]: um estudo arquegenealógico / Tainá Camila Pires Mello dos Santos Squigati. - 2025.

Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.5056>

Inclui bibliografia.

1. Linguística. 2. Foucault, Michel, 1926-1984. 3. Subjetividade. 4. Biopolítica. 5. Neoliberalismo. I. Fernandes, Cleudemar Alves, 1966-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Rejâne Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925



ATA

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Tese - PPGEL				
Data:	Vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12113ELI023				
Nome do Discente:	Tainá Camila Pires Mello dos Santos Squigati				
Título do Trabalho:	A racionalidade neoliberal em enunciados institucionais estatais brasileiros: um estudo arquegenealógico				
Área de concentração:	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Constituição de sujeitos e formação de corpos sociais por discursos na história do presente				

Reuniu-se, na sala 209, Bloco U, Campus Santa Mônica, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Israel de Sá - UFU; Vinícius Durval Dorne - UFU; Bruno Franceschini - UFCAT; Vanice Maria Oliveira Sargentini - UFSCar, e Cleudemar Alves Fernandes - UFU, orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. Cleudemar Alves Fernandes, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o Senhor Presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cleudemar Alves Fernandes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Durval Dorne, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanice Maria Oliveira Sargentini, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Israel de Sá, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6633625** e o código CRC **337836E0**.

**A todas as pessoas que lutam, que questionam, que
sobrevivem e resistem, mesmo em solo árido.**

**Ao Brasil, esse Brasil, o que sobrevive no dia-a-dia, se
(re)inventando a cada passo, movimento e refúgio.**

**À educação e seu potencial de enfrentamento, ainda que
na maior de suas sutilezas.**

À possibilidade de ser, de ouvir, de dizer e de acontecer.

AGRADECIMENTOS

A mim e minhas versões inúmeras que traçaram esse trajeto de escrita de tese desde os primeiros anos de existência, com curiosidade, paixão, entusiasmo pelos pensamentos e autoconhecimento. A mim, que cheguei até aqui após muitas turbulências e chacoalhões da vida.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes, mesmo que geograficamente distantes, Magno, Raquel e Rennika, me lembrando dos bons momentos e me impulsionando aos meus sonhos de jovem universitária.

À Ester, *Meritogracinha II*, que, com todo seu companheirismo e empatia, me deu ânimo para seguir com esta pesquisa, em meio a tantos conflitos pessoais e também políticos. Amizade de milhões!

Ao meu orientador, Prof. Cleudemar Alves Fernandes, que sempre esteve disposto a me atender e me compreender, inclusive em momentos de “tensão” e ansiedade de minha parte.

Ao Prof. Bruno Franceschini, querido orientador de IC, TCC e mestrado, por ser presente nessa trajetória desde os meus primeiros passos, quando nunca tinha lido Michel Foucault.

Aos integrantes da banca de defesa, que são parte de um dos momentos mais importantes da minha vida e o mais importante da minha formação acadêmica.

Aos meus professores, que sempre foram potenciais para mim, com destaque e Prof. Antônio Fernandes Júnior, ou simplesmente Tony, marcante no meu percurso de contato e aprofundamento nos Estudos Discursivos, especialmente foucaultianos.

Aos meus pais, Alcione e Norival, que sempre trabalharam duro para o sustento da família, um dos fatores que me instigaram a pesquisar este tema.

Às minhas irmãs, Aline e Lorraine, por nossas partilhas de vida.

Ao meu sobrinho, Kenai, por me dar uma aquecida no coração e esperança para pensar o futuro.

Aos meus pets, Mischa, Atena, Mizzí, Zoe, Koda e Ravi, por serem um acalento em meio à rotina de trabalho e escrita, essenciais para renovar minhas energias.

Aos meus familiares, especialmente mulheres, como minhas avós Nair Squigati e Maria de Lourdes Pires, que vieram antes de mim e que nunca tiveram acesso ao

Ensino Superior e que me incentivaram, ao longo dessa longa história de perseguição a um sonho, a seguir em frente, mesmo que não mais presentes fisicamente.

Aos meus colegas e amigos de trabalho, também professores, por nossas trocas cotidianas de afeto, risos e também intrigas acerca da nossa profissão e do nosso lugar na sociedade enquanto docentes do Ensino Básico do Estado de São Paulo.

Ao PPGEL-UFU, por todo o trabalho de excelência dentro dessa incrível instituição, que me possibilitou chegar longe.

À CAPES, pelo financiamento desta e de tantas pesquisas necessárias para a atualidade, mesmo em dias de negacionismos que batem de frente com a ciência. Muito grata por ter sido bolsista ao longo de todo meu percurso acadêmico!

A todas as pessoas trabalhadoras que questionam e se mobilizam como podem para uma realidade menos injusta e sufocante, resistindo aos baques do sistema por meio do riso, das reuniões com os seus, dos modos de ser, amar e viver.

Comportamento Geral

Você deve notar que não tem mais tutu
E dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
E dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
E dizer: tudo tem melhorado
Você deve rezar pelo bem do patrão
E esquecer que está desempregado
Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre muito obrigado
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve, pois, só fazer pelo bem da nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um fuscão no juízo final
E diploma de bem-comportado
Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, Seu Zé,
Se acabarem teu carnaval?
Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
E um fuscão no juízo final
Você merece
E diploma de bem-comportado
Você merece, você merece
Esqueça que está desempregado
Você merece, você...

(Luiz Gonzaga do Nascimento Jr.)

RESUMO

Esta tese se inscreve na Linha de Pesquisa *Linguagem, sujeito e discurso* do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Apresenta-se, como objetivo, analisar a racionalidade neoliberal no discurso estatal do Brasil entre 2016 e 2022, considerando o funcionamento dos efeitos de verdade na constituição da subjetividade, com base nos Estudos Discursivos foucaultianos e na problematização do objeto neoliberalismo, incluindo seus campos associados e irrupções no tempo presente. Para tanto, foi selecionada uma amostragem de enunciados ligados ao discurso institucional estatal político durante os anos mencionados, compreendendo um período em que o Brasil passou por acontecimentos políticos, factuais e discursivos, tanto em esfera econômica e social, quanto no que tange à constituição da subjetividade. No que concerne à estrutura textual, o texto divide-se em três seções. Em *Teoria e método na arquegenealogia foucaultiana*, abordam-se concepções fundamentais ao estudo proposto, desde a problematização da história e da verdade, bem como o discurso, a acontecimentalização, subjetividade e o método arquegenealógico descrito por Foucault (2019). Nessa seção, também introduzimos a análise arquegenealógica do discurso neoliberal e as características do neoliberalismo no Brasil e seus contrastes com o liberalismo clássico. Em *As emergências do neoliberalismo*, centra-se no neoliberalismo como nova arte de governar a si e aos outros, com ênfase nos acontecimentos nos anos de 2016 a 2022 que emergiram esse objeto e seus domínios associados. Destaca-se, neste ponto, a concepção de biopolítica e exemplos de práticas estatais que a envolvem. Já em *Arqueogenalogia da racionalidade neoliberal no Brasil*, discorre-se acerca da seleção dos enunciados e os campos associados ao neoliberalismo, tais como: a função do Estado; o trabalho e a individualização do trabalhador; a defesa das Reformas e das privatizações; o nacionalismo antidemocrático e a biopolítica. Discute-se, nessa etapa, como o Estado é objetivado e objetiva o indivíduo no discurso neoliberal, enfim, delineando uma razão de mundo, ou seja, uma racionalidade que manifesta-se na subjetividade e nas práticas estatais no Brasil. Consideram-se, então, os acontecimentos no recorte de tempo já mencionado, que associaram-se ao domínio neoliberal, a saber: o impeachment de Dilma Rousseff, a entrada de Michel Temer na presidência, as eleições de 2018, o ataque direto às políticas públicas e aos sujeitos marginalizados, bem como a pandemia do coronavírus e a emergência de novas estratégias de biopolítica partida do Estado. Em direção ao entendimento e reflexões propostas, observa-se a pertinência de estudos da objetivação e subjetivação e sua relação com o discurso, com base nos escritos foucaultianos e de autores que, até os dias de hoje, estudam o neoliberalismo, sendo possível pensar no tema não só enquanto concepção da economia política, mas como um modo de existência. Em suma, pensa-se neste modo de existência, aqui denominado de empreendedorismo de si, como expressamente emergente no presente, inclusive no Brasil. Os estudos realizados indicam que o discurso neoliberal objetiva e subjetiva os sujeitos, visibilizando modos de vida individualizantes, cujo discurso do empreendedorismo de si é parte, haja vista os efeitos de verdade constitutivos dessa subjetividade do presente, isto é, classificatória ao sujeito pelos seus feitos e conquistas, o subjetivando “empreendedor de si” enquanto há absolução do Estado em relação às demandas sociais de saúde, segurança e educação.

Palavras-chave: Michel Foucault; Discurso neoliberal estatal; Subjetivação; Racionalidade neoliberal; Empreendedorismo de si.

RESUMEN

Esta tesis forma parte de la Línea de Investigación Lenguaje, Sujeto y Discurso del Programa de Posgrado en Estudios Lingüísticos (PPGEL) de la Universidad Federal de Uberlândia (UFU). Su objetivo es analizar la racionalidad neoliberal en el discurso estatal brasileño entre 2016 y 2022, considerando el funcionamiento de los efectos de la verdad en la constitución de la subjetividad, con base en los Estudios Discursivos foucaultianos y la problematización del objeto del neoliberalismo, incluyendo sus campos asociados e irrupciones en la actualidad. Para ello, se seleccionó una muestra de enunciados vinculados al discurso político institucional del Estado durante los años mencionados, abarcando un período en el que Brasil atravesó acontecimientos políticos, fácticos y discursivos, tanto en el ámbito económico como en el social, así como en lo que respecta a la constitución de la subjetividad. Respecto a la estructura textual, el texto se divide en tres secciones. En *Teoría y método en la arquegenealogía foucaultiana*, se abordan conceptos fundamentales del estudio propuesto, desde la problematización de la historia y la verdad, así como del discurso, la eventualización, la subjetividad y el método arquegenealógico descrito por Foucault (2019). En esta sección, también presentamos el análisis arquegenealógico del discurso neoliberal y las características del neoliberalismo en Brasil, así como sus contrastes con el liberalismo clásico. En *Las Emergencias del Neoliberalismo*, se centra en el neoliberalismo como un nuevo arte de autogobernarse y gobernarse a sí mismo y a los demás, con énfasis en los acontecimientos de 2016 a 2022 que dieron origen a este objeto y sus dominios asociados. En este punto, destacamos el concepto de biopolítica y ejemplos de prácticas estatales que lo involucran. En *Arquegenealogía de la Racionalidad Neoliberal en Brasil*, se analiza la selección de enunciados y campos asociados al neoliberalismo, como: la función del Estado; el trabajo y la individualización del trabajador; la defensa de las reformas y las privatizaciones; el nacionalismo antidemocrático y la biopolítica. Esta etapa analiza cómo es objetivado el Estado y objetiva al individuo en el discurso neoliberal, delineando en última instancia una cosmovisión, es decir, una racionalidad que se manifiesta en la subjetividad y las prácticas estatales en Brasil. Posteriormente, se consideran los eventos del período mencionado asociados con el régimen neoliberal, a saber: el impeachment de Dilma Rousseff, la investidura de Michel Temer como presidente, las elecciones de 2018, el ataque directo a las políticas públicas y a los sujetos marginados, así como la pandemia del coronavirus y el surgimiento de nuevas estrategias biopolíticas impulsadas por el Estado. Para la comprensión y las reflexiones propuestas, observamos la relevancia de los estudios sobre objetivación y subjetivación y su relación con el discurso, basados en los escritos de Foucault y autores que, hasta la fecha, estudian el neoliberalismo. Esto permite pensar el tema no solo como una concepción de la economía política, sino como un modo de existencia. En resumen, este modo de existencia, aquí denominado emprendimiento del yo, se percibe como emergente en el presente, incluso en Brasil. Los estudios realizados indican que el discurso neoliberal objetiva y subjetiva a los sujetos, visibilizando formas de vida individualizadoras, de las cuales forma parte el discurso del emprendimiento del yo, dados los efectos de verdad que constituyen esta subjetividad del presente, es decir, clasificando al sujeto por sus acciones y logros, subjetivándolo como un "emprendedor del yo", mientras que existe una absolución del Estado en relación con las demandas sociales de salud, seguridad y educación.

Palabras clave: Michel Foucault; Discurso neoliberal de Estado; Subjetivación; Racionalidad neoliberal; Emprendimiento del yo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TEORIA E MÉTODO NA ARQUEGENEALOGIA FOUCAULTIANA	23
1.1 A problematização da história e da verdade	23
1.2 Considerações teóricas para a elaboração de séries enunciativas.....	38
2. AS EMERGÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO	48
2.1 Por uma genealogia do (neo)liberalismo	48
2.1.1 A nova razão de Estado	48
2.1.2 A economia de mercado na constituição do <i>homo oeconomicus</i>	62
2.2 O neoliberalismo à brasileira.....	70
3. ARQUEGENEALOGIA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO BRASIL	83
3.1 Do processo metodológico de coleta e análise do <i>corpus</i>	83
3.2 Análise do <i>corpus</i> : os temas constitutivos da rationalidade neoliberal no Brasil.....	86
3.2.1 A função do Estado.....	86
3.2.2 O trabalho e a individualização do trabalhador.....	91
3.2.3 A defesa de Reformas e das privatizações	95
3.2.4 O nacionalismo antidemocrático.....	98
3.2.5 A biopolítica	102
3.3 Considerações finais sobre a análise	105
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

– *Fica-te tão bem o dia que trazes. Onde é que o arranjaste?*

– *Fui eu que fiz. Já me aborreciam os dias sempre iguais, sempre a mesma coisa, e resolvi arriscar um toque personalizado.*

– *E como fizeste?*

– *Aproveitei coisas que tinha e as que voltei a dar uso.*

[Costurando a vida – Mia Couto, 2003, n.p]

O que pensava aquela adolescente que folheava o livro de História? Nas aulas, à medida que o tempo passava, tinha aquela verdade que, de tão “internalizada”, não era discutida: a sensação de que nada se repetiria, de que sequer chegaria à proximidade. Feudalismo, ascensão da burguesia, Primeira e Segunda Guerras, escravização e colonização, todos esses e outros períodos “reconhecidamente” históricos eram, sobretudo, “coisas do passado”. “Foram assim naquele tempo”. Mas *e o tal do presente?*

Estudar História era como dispor-se de uma linha do tempo, com começo, meio e fim de algum acontecimento (bem selecionado para estar nos livros). O futuro, por sua vez, era associado às mudanças irreparáveis e arraigadas à ideia de progresso tecnológico: de carros voadores, talvez, às presidentas, inúmeras, sem descredibilidade, já que a mulher foi impedida de trabalhar ‘fora’ no passado, conquistando esse direito. O que mais, então, ela poderia conquistar?.

O que era a história humana! Que alívio poder me sentar e aprender a escrever, sob a condição de menina, *aquela menina que acreditou na humanidade* a tal ponto que pensou que *nada daquelas terríveis coisas ou parecidas com aquelas terríveis coisas (encontradas nos livros escolares) iria acontecer novamente*. Além disso, a segurança era tamanha que falar de história era exclusivo sobre o passado, ou seja, centrado unicamente no que parecia ter se iniciado para se acabar. Afinal, era assim que aprendíamos na escola. E por isso a disciplina de História era revigorante, porque era entender o passado para valorizar o presente, sob a reflexão de que “ainda bem que hoje isso não acontece...”.

Que engano! Eis que o choque da não-linearidade dos acontecimentos baqueou a vida. A História, por sua vez, não era certidão de progressividade (e esta palavra, por si só, apresenta-se como um problema em muitas perspectivas). O componente curricular escolar que antes soava como um abismo contrastante entre o passado e o presente, *de repente* associou-se ao susto defronte ao fato de que sim, tudo o que aconteceu não era findado, ao passo que também não era repetido (de maneira idêntica). De forma mais clara, *o novo existe, todavia, não é indissociável do que já foi dito e praticado*. É nesse ponto que a História é imprescindível para além do entendimento do passado, mas para entendermos, conforme o pensamento foucaultiano, quem somos nós hoje. Sim, no nosso presente.

Desde então tenho aprendido, partindo dos acontecimentos que vivenciamos dia-a-dia no Brasil, que o que eu imaginava que “já tinha acabado” anos atrás está mais vivo do que eu esperava, com pontos de dispersão conflitantes delineando o presente, emergindo e vislumbrando cenários conturbados no campo político-econômico e social, passando por uma pandemia mundial, número recorde de mortes, projetos de lei de privatização e pronunciamentos institucionais polêmicos que colocam em questão, dentre tantas problemáticas, uma dualidade previsível de demarcada oposição civil e política entre ditos “esquerdistas” e “direitistas”, algo vigente no Brasil desde antes do período da ditadura militar, apesar de ter passado por transformações significativas nos últimos tempos.

Em meio a tantos acontecimentos, a mídia, cujo papel ganha atenção nesta pesquisa, passa por reconfigurações, constando que vivemos na denominada “era digital”, isto é, em que muitas fontes (com sua diversidade de posicionamentos e orientações políticas, religiosas, partidárias etc.) são constantemente lidas, compartilhadas, assistidas simultaneamente, seguindo um fluxo intenso, um *campo minado* de informações diárias. Dentre tantas, as denominadas “notícias falsas” ou *fakenews* (na língua inglesa), que, mesmo sem comprovação e evidenciação dos fatos, configuram-se como verdadeiras a determinados sujeitos. Nesse momento histórico, defronte à *era da pós-verdade*, o discurso negacionista atingiu o seu ápice, por exemplo, apresentando (des)informações acerca do contágio de um vírus nunca antes visto (novo

coronavírus), desmentindo a necessidade da vacinação em massa, bem como afirmações errôneas sobre formas de tratamento, até então paliativo, dos sintomas.¹

Mas afinal, por que iniciar esta tese com essas palavras? Porque é por meio da inquietação frente à história e aos acontecimentos inúmeros os quais vivemos, que encontramos o tema central aqui discutido – o neoliberalismo na subjetividade, especificamente, uma *racionalidade* cujo estudo orienta-se aos contextos do Brasil, embora exista a emergência de tal objeto discursivo mundialmente, sendo que esta observação é indispensável para pensarmos no problema de forma ampla. Diante disso, desde as primeiras leituras acerca de Estudos Discursivos foucaultianos, me vi mobilizada pelo desabar da ideia “ingênua” de que as coisas não ressurgem, com suas reconfigurações e outras linhas e novelos embaraçados, embaraçados e dispostos no presente, resgatando, pela memória do que foi dito, problemas que, hoje, percebo em nossa própria constituição enquanto sujeitos.

Em outros termos, o mundo tem vivenciado acontecimentos inúmeros que incidem nos modos de vida humano, inclusive no que tange à realidade socioeconômica das populações para além do poder de compra e consumo, tendo em vista a economia de mercado e sua interferência no corpo, questão que vai ao encontro de uma prática de existência substanciada pela constituição de uma subjetividade “de mercado”, ou, ainda o “sujeito-mercado”, o que entendo por *empreendedorismo de si*. Ademais, a mutabilidade dos fatos, que emerge tantos múltiplos objetos discursivos, é questão imperiosa para refletirmos acerca do que é possível ser dito, considerando que nada é determinado de forma fixa. Assim, as possibilidades do discurso são múltiplas, ainda que este apresente uma regularidade, não sendo homogêneo, mas sim heterogêneo (Foucault, 2019).

Considerando a acepção de discurso, crucial aos Estudos Discursivos foucaultianos e para esta tese, nos deparamos com um novo viés a se compreender a subjetividade, entendida pelo prisma da multiplicidade das coisas e extensão do campo de possibilidades, constituindo, deste modo, o que pode ser dito. Ademais, o sujeito é nosso foco de estudo, considerando o exercício de saber-poder e as práticas de existência e resistência possíveis e reinventadas diante dos acontecimentos do mundo. Em outros termos, a questão do sujeito em incessante constituição, que intrigou

¹ BOLSONARO defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais. O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

Foucault em seus estudos, *aqui e agora* também nos instiga, rememorando as palavras do filósofo:

Enfim, tenho procurado estudar – é esse o meu trabalho em curso – a maneira como um ser humano se transforma em sujeito; tenho orientado minhas pesquisas na direção da sexualidade, por exemplo - a maneira como o ser humano tem aprendido a reconhecer-se como sujeito de uma "sexualidade". Não é, portanto, o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral das minhas investigações (Foucault, 2009, p.1-2).

No caso aqui explanado, estudamos a constituição de uma subjetividade que tem suscitado muitos questionamentos: a subjetividade neoliberal, incluindo, portanto, as práticas do sujeito que “empreende a si mesmo”, como “sua própria empresa”. Então, nos debruçamos nos aspectos políticos estatais do Brasil, nos propondo a analisar a racionalidade neoliberal em enunciados institucionais estatais, distribuídos em séries enunciativas (cf. Foucault, 2019) cujos temas vislumbrados nesse *corpus* delineiam a “nova racionalidade neoliberal” em funcionamento no país. Nova, porque mesmo o neoliberalismo passa, no que se refere à sua historicidade, por reconfigurações, com complexos delineamentos que ora o aproximam e ora o distanciam, em partes, de outros recortes temporais. Em suma, trata-se de um objeto discursivo alinhado ao campo dos *acontecimentos*, que é:

[...] o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, *ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura*: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. [...] segundo que *regras o enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos?* A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: *como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?* (Foucault, 2019, p. 33, grifos nossos).

Cabe ressaltarmos que, nesse trecho de Michel Foucault, retirado de *A Arqueologia do Saber*, obra publicada em 1969, a respeito do conjunto finito dos acontecimentos discursivos, precisamos, primeiramente, nos desprender do padrão de “história linear”, ultrapassando o que se tem nos livros e demais registros documentais, *monumentalizando* esses documentos de forma que a história assuma outros campos de visão (Foucault, 2019).

Assim, rompemos com a ideia de que o acontecimento é exclusivo do que é

legitimamente histórico e sustentado pelos registros, indo ao encontro da visão de monumentalizar o documento: o registro, a memória, a leitura. Monumentalizar é elevar o discurso como objeto para se pensar a historicidade das práticas humanas. É não se ater ao passado como fato findado, direcionando-se aos *problemas do presente* para, com isso, pensar na emergência de um enunciado – e não outro “em seu lugar” (Foucault, 2019). Em resumo, é preciso romper com a abordagem dos fatos históricos como se seguissem uma “linha do tempo”.

Tendo em vista a relevância desta ruptura com a linearidade histórica, chegamos à uma conceituação de sujeito que, aqui, não é visto como produtor do discurso, mas sim como constituído por ele. Nas palavras de Foucault (1998), no que concerne à constituição da subjetividade, as práticas do sujeito (exercidas cotidianamente) e o cuidado de si (como o sujeito governa a si mesmo) são pontos indispensáveis ao exercício de problematização do discurso, inclusive o neoliberal, constando que:

não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Eu sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade - a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (Foucault, 2004, p. 291).

No Brasil, o cenário político e social tem sido marcado por uma diversidade de práticas discursivas que levantam o problema do Estado, bem como quais seriam as suas funções, abrangendo a questão dos serviços públicos e privados. Este debate é pertinente para partirmos à configuração do discurso neoliberal no país. Logo, nos debruçamos no que é dito em relação ao fim das políticas públicas, rumo às políticas de privatização, algo característico do Estado Mínimo e do neoliberalismo, haja vista que tais demandas associam-se a este saber político-econômico. Todavia, enfatizamos neste estudo a análise da denominada racionalidade neoliberal – que se estende para além das concepções de economia política, visto que é também *experienciada pelo corpo*.

Portanto, cabe salientarmos que a principal hipótese em questão é que a racionalidade neoliberal subjetiva os sujeitos, direcionando modos de vida individualizantes, sem deixar de se valer do direcionamento à coletividade. Entendemos que o empreendedorismo de si é parte de uma racionalidade neoliberal por sugestionar a responsabilização do sujeito pelos seus feitos e conquistas, o

desassociando, por exemplo, da relevância de quaisquer medidas políticas que foquem nos setores pautados em demandas sociais, tais como Saúde, Segurança e Educação.

Ademais, refletimos acerca de problema na história presente, frisando a dispersão da racionalidade neoliberal em diferentes recortes temporais – sua emergência em múltiplos momentos históricos, bem como as “linhas” que a configuram, hoje, como um dispositivo existente para além das relações econômicas que o definem no campo teórico, chegando aos modos de vida e à constituição de uma subjetividade. Tal subjetividade é, ainda, uma questão de grande relevância em pesquisas que objetivam trazer à discussão as sociedades de hoje, como ocorre com pesquisadores como Dardot e Laval (2016), Wendy Brown (2019), Margareth Rago (1999), entre outros, além do pensamento foucaultiano.

Diante dessas questões, temos como objetivo geral *analisar a constituição da racionalidade neoliberal no Brasil, referenciados pelo estudo arquegenealógico de enunciados estatais nacionais* que possibilitam traçar o delineamento discursivo do objeto, isto é, apresentar a racionalidade neoliberal como problema ou mesmo solução aos enfrentamentos cotidianos da população, visando seus domínios associados; a saber: a função de Estado Forte, a biopolítica, a questão do trabalho e do trabalhador, o nacionalismo antidemocrático, e a defesa das Reformas e privatização. Ademais, elevamos o funcionamento dos efeitos de verdade na constituição da subjetividade do empreendedor de si, por meio dos Estudos Discursivos foucaultianos e da problematização do modo de vida neoliberal, dadas as irrupções no tempo presente.

Já como objetivos específicos, nos propomos a traçar:

1. Compreendendo a acepção foucaultiana de discurso, uma problematização do objeto neoliberalismo e sua constituição enquanto uma racionalidade no discurso, discorrendo sobre as emergências desse objeto;
2. Uma análise do discurso neoliberal estatal, considerando as práticas de objetivação do Estado em relação ao indivíduo e à população;
3. Um levantamento organizado dos campos associados à racionalidade neoliberal que podem ser encontrados nos enunciados recortados, constituindo discursivamente a racionalidade neoliberal a partir da sua historicidade.

Para tanto, pretendemos identificar algumas das práticas que objetivam e subjetivam os sujeitos no Brasil, com foco na instância institucional do Estado, especialmente entre os anos de 2016 e 2022. Esta delimitação temporal se dá por considerarmos o período pertinente à investigação da emergência do discurso

institucional neoliberal no Brasil contemporâneo, por envolver, em 2016, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff², do Partido dos Trabalhadores (PT), marcando o início de um período histórico de passagem entre Governos com orientações políticas e sociais colocadas como consideravelmente diferentes, respectivamente, ao Governo de Michel Temer³, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), após a queda da então presidente Dilma Rousseff, seguido do Governo de Jair Messias Bolsonaro⁴ que, quando eleito à Presidência da República, era membro do Partido Social Liberal (PSL).

É válido constar que, para a análise, consideramos a noção de discurso sob a perspectiva das relações de saber-poder (Foucault, 2019) e da acontamentalização, imprescindível para a emergência do objeto discursivo. A compreensão do discurso, por sua vez, exige o aprofundamento da historicidade, no caso, do neoliberalismo, para além de uma denominação político-econômica, visto que também seja sobre a existência de práticas que objetivam o sujeito e, consequentemente, constituem sua subjetividade. Esse aprofundamento se faz pela escavação dos enunciados que constituem o discurso.

Nas palavras de Foucault (2019, p. 47):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Seguindo a escavação dos enunciados para o estudo aqui proposto, foi nesse momento histórico (entre 2020 e 2022) que o mundo foi impactado drasticamente pela pandemia da COVID-19, o que chegou ao nosso país sob vigência de uma governança estatal negligente diante dos números de morte crescentes a cada dia. Em outras palavras, houve extensa demora para medidas fundamentais, adotadas por demais nações, serem tomadas no Brasil, tais como: o respeito à quarentena e ao tempo de

² Brasil, 2015. Impeachment da presidente Dilma Rousseff. In: *Câmara dos deputados* [online]. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-dematerias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

³ Brasil, [s.d]. Biografia de Michel Temer. In: *Biblioteca: Presidência da República*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/biografia-1/biografia>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

⁴ Brasil, [s.d]. Biografia do Presidente da República. In: *Planalto* [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

confinamento, conhecido como *lockdown* (em língua inglesa) e a demora ao acessibilizar as vacinas, mesmo quando já eram produzidas em larga escala.

É relevante constar que, como veremos adiante, o Estado cumpriu, nesse momento, um papel de pouca intervenção prática que visava a sanar o crescimento do índice de mortes e infecções pelo vírus nocivo, enquanto exercia excessiva intervenção comunicativa, por meio de informações sem confirmação científica, como a de que medicamentos como a cloroquina fossem a “solução” para a questão, o que nunca foi comprovado por cientistas. Nesse viés, questionamos como esse acontecimento configurou uma biopolítica⁵ (Foucault, 2022).

De forma mais explícita, muitos foram os acontecimentos, no respectivo recorte temporal, que, como hipótese aqui disposta, constituem essa “nova” arte de governar, compreendendo que não se trata do afastamento para com o objeto – neoliberalismo – do passado, mas o que Foucault (2019) chama de “irrupções”, arquitetando outras linhas.

Então, o afastamento do Governo do PT somou-se à ascensão de uma série de práticas estatais políticas orientadas pelo neoliberalismo⁶, constando que as políticas neoliberais, por exemplo, de privatização ou redução de verbas aos setores públicos já ocorriam na vigência do Partido dos Trabalhadores. Todavia, o discurso do desmantelamento público e intervenção mínima estatal ganhou certa intensificação posteriormente, orientado por um viés de “Estado Mínimo” e indo até à denominada “extrema direita”, como veremos ao longo desta pesquisa.

A priori, destacamos acontecimentos como a Reforma Trabalhista, aprovada durante o Governo de Michel Temer, em 2017, com a proposta de “flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho” (CLT), leis estas que legislam acerca dos direitos do trabalhador (a férias remuneradas, ao décimo terceiro, ao horário de trabalho, horas extras etc.). Além disso, houve a aprovação, em 2016, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55/2016)⁷, desenvolvida desde a crise econômica de 2014, mas

⁵ Conforme Foucault (1999, p. 289-290), em *Em Defesa da Sociedade*, “o conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica”.

⁶ Entendemos, todavia, que o neoliberalismo no Brasil emergiu em outros recortes temporais, além de nos anos supracitados aqui.

⁷ Brasil, 2017. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. In: *Planalto* [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

aprovada posteriormente. A PEC 55 (ou 241) teve como pauta o congelamento do teto de “gastos públicos” por vinte anos, atingindo setores da Saúde e da Educação.

Posteriormente ao Governo Temer, as eleições de 2018 foram marcadas por pronunciamentos políticos oficiais em contraste uns com os outros, salientando a dualidade já cultural e política nacional do cenário dividido entre “direita” e “esquerda”. Nesse momento histórico específico a direita foi associada à chapa de Jair Bolsonaro (PSL), que, por sua vez, foi eleito em meio a discursos polêmicos envolvendo armamento em massa da população⁸, a perseguição política de “esquerdistas”⁹, a volta do Regime Militar no Brasil¹⁰, o saudosismo dos tempos da ditadura de 1964, e o discurso contrário à existência de políticas públicas e de assistência aos brasileiros, colocando, muitas vezes, tais políticas como “despesas” ao país¹¹.

Desta forma, enquanto “a esquerda” era associada à defesa de políticas públicas e ao Partido dos Trabalhadores (cujo líder político, o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi acusado de corrupção e preso em 2018)¹², a “direita” era a oposição, elevando projetos políticos pela privatização de setores públicos, sob a defesa de “melhoria econômica ao país”¹³. Daí diversos pronunciamentos apareceram na mídia, tais como o do então ministro da Educação Weintraub, em 2019, que afirmou, em coletiva à imprensa que “Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas”

⁸ Brasil, 2019. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante solenidade de assinatura do Decreto da Nova Regulamentação do Uso de Armas e Munições - Palácio do Planalto. In: *Planalto* [online].

Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-assinatura-do-decreto-da-nova-regulamentacao-do-uso-de-armas-e-municoes-palacio-do-planalto>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

⁹ Bolsonaro diz que esquerda não merece ser tratada como “pessoas normais”. *UOL*, 2020.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/16/bolsonaro-diz-que-esquerda-nao-merece-ser-tratada-como-pessoas-normais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.

¹⁰ Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar. *CNN Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/>. Acesso em: 20 de março de 2021.

¹¹Pessoa com HIV é despesa para todos no Brasil, diz Bolsonaro. *Exame*, 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

¹² Cumprindo exatos 580 dias de prisão, Lula foi inocentado em 2019 e eleito presidente em 2022. Brasil, [s.d]. Biografia de Luiz Inácio Lula da Silva. In: *Biblioteca*: Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 15 de março de 2023.

¹³ Sant’ana, Jéssica. Painel das privatizações: as estatais que o governo quer vender, e as que estão escapando. *Gazeta do povo*, [s.d]. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/painel-das-privatizacoes/>. Acesso em: 15 de março de 2022.

(Weintraub, 2019)¹⁴.

Observamos, então, a emergência, nesse período, de um discurso neoliberal atrelado à meritocracia e códigos de conduta que categorizaram, discursivamente, sujeitos como “esquerdistas” ou “direitistas”, de forma a reconfigurar *o que se entende por direita e esquerda*. Ou, ainda, categorizar como “impróprios” e “legítimos”, uma vez que o próprio Estado (por meio de seus representantes) realizava pronunciamentos polêmicos, reiterando a dualidade do cenário político do país, propagando as denominadas *fakenews*¹⁵ acerca de partidos e membros políticos da oposição, enquanto assumia o poder, reduzindo verbas das universidades públicas, de hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), em defesa do protecionismo da Economia da república¹⁶. Em outros termos, a política da inimizade (em que certos partidos da oposição são inimigos) foi característica marcante em nosso recorte de análise.

É relevante frisarmos que a formação do cenário dual entre “direita” e “esquerda” tem um vasto caminho histórico no Brasil, salientando-se no período da Ditadura Militar e, não de qualquer modo, como uma oposição partidária e política-econômica. Já naquele tempo, havia um domínio associado à esquerda que a constituía como “perigo” não só ao Estado, mas à “nação Brasil”, tanto que a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) justificou-se no discurso de periculosidade e risco que “comunistas” apresentavam ao país. Deste modo, a esquerda no Brasil não era somente sobre posicionamento ideológico-partidário e sim sobre grupos identificados como “perigosos” pelo que liam, falavam, faziam e mesmo pelo seu modo de ser, de se vestir, por sua existência e arquétipo cultural. Então, nesse momento histórico, diversas pessoas foram presas políticas, torturadas e assassinadas sob o discurso do “antiterrorismo”, em combate à “esquerda brasileira”.

Levando em consideração os fatos acima, para alcance do objetivo aqui traçado, realizamos um recorte de enunciados retirados de pronunciamentos de representantes

¹⁴ Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. *Veja*, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

¹⁵ Entendemos as *fakenews* como “notícias falsas”, conforme: Campos, Lorraine Vilela. O que são Fake News? In: *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

¹⁶ Fernandes, Adriana; Tomazelli, Idiana; Lindner, Julia. ‘Se quer mais saúde, mais educação, sobra menos recursos para infraestrutura’, diz Guedes. In: *Estadão*, 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/se-quer-mais-saude-mais-educacao-sobra-menos-recursos-para-infraestrutura-diz-guedes,70003287763>. Acesso em: 15 de março de 2022.

políticos, com maior recorrência nos que circularam nas mídias (inclusive nas sociais, exclusivas de membros do Governo Federal) entre 2016 e 2022, chegando a projetos de lei, propostas de emenda e planos de Governo que possibilitam identificar o objeto discursivo do neoliberalismo, bem como os seus domínios associados: privatização, meritocracia, desvinculação total do Estado no que tange à economia de mercado e o discurso antidemocrático, que é bastante emergente nos dias de hoje, atrelando-se à “nova ordem neoliberal” (Dardot; Laval, 2016).

Priorizam-se pronunciamentos de presidentes em vigência no recorte temporal, como Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Esses pronunciamentos abordam temas governamentais diversos, inclusive no que tange aos documentos de Reformas e projetos do Governo até a função do Estado frente às demandas de acessibilidade da saúde coletiva, bem como o que o Estado considera legítimo e prioridade ao país. São, no total, cinco séries enunciativas que apresentam temáticas governamentais e domínios associados ao neoliberalismo; a saber: 1. A função do Estado, cujos enunciados levantam a questão do que é de responsabilidade do Estado e o que não deve ser, também apresentando o protecionismo em relação ao livre mercado; 2. O trabalho e a individualização do trabalhador, em que observamos o deslocamento do trabalhador para o *homo oeconomicus*, isto é, aquele que empreende a si e, portanto, é responsável por estar ocupado ou não no mercado de trabalho; 3. A defesa das Reformas e de privatizações, com foco na Reforma da Previdência e a privatização da Petrobras, demarcando o desmantelamento estatal; e 4. O nacionalismo antidemocrático, série de enunciados cujo objeto discursivo é o sujeito brasileiro legitimado pelo Estado – como aquele que ocupa um lugar de apoio às medidas estatais e de inimigo de partidos ditos esquerdistas e de quaisquer pensamentos vinculados à esquerda.

Assim, podemos analisar como o sujeito é objetivado como agente “empreendedor de si”, isto é, *aquele além de políticas assistencialistas e públicas, aquele que age individualmente, ou mesmo que se sacrifica* frente às demandas econômicas da nação. Portanto, nos pautamos nos efeitos de verdade do neoliberalismo nesses enunciados selecionados, refletindo como o *problema do neoliberalismo* vem emergindo na constituição dos sujeitos e delineando a racionalidade neoliberal.

Destarte, dispomos a análise dos enunciados selecionados, estes indissociáveis de certos acontecimentos, como as mudanças de cenário político, de Governos e a onda de defesa da política de flexibilização presente nos casos citados, seja nos próprios projetos estatais ou, ainda, nos discursos dos sujeitos frente à questão política brasileira,

alegando que a flexibilização é uma medida válida ao crescimento nacional e que as pessoas devem lutar para possuírem recursos, o que muitos estudiosos diagnosticam como “pilar do neoliberalismo”, como Dardot e Laval (2016), autores a que recorremos nesta pesquisa, juntos à Wendy Brown (2019), e Foucault (2008), em *Nascimento da Biopolítica* (especialmente), por ambos discorrerem sobre a temática.

Logo, justificamos esta proposta pela relevância do tema para a compreensão de “quem somos nós hoje”, indagação que buscamos em Foucault (2009, p. 4), ao dissertar acerca do exercício da problematização, deslocando-nos de um lugar dado, imutável e, sobretudo, inquestionável. Para o autor, o questionamento incessante e mobilizador do que é dito como verdade é algo extremamente considerável, principalmente no que tange aos estudos do sujeito.

Outro ponto para a justificativa desta tese está nas lacunas dos trabalhos realizados anteriormente, respectivamente na Iniciação Científica (IC)¹⁷, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹⁸ e no Mestrado¹⁹, ambos focados nos estudos do discurso institucional de meritocracia, tendo como embasamento teórico a arquegenealogia foucaultiana.

No que concerne à metodologia, elaboramos séries enunciativas e as distribuímos em eixos temáticos, com o intuito de trazer, analiticamente, o funcionamento e dispersão da racionalidade neoliberal, refletindo sobre os efeitos de verdade desta na constituição do empreendedor de si. Em suma, por meio dos resultados obtidos anteriormente acerca do discurso de meritocracia, chegamos, portanto, à racionalidade neoliberal e, pretendemos, agora, responder aos atuais questionamentos, ao encontro de *quem somos nós hoje, sujeitos empreendedores de nós mesmos*.

Diante disso, esta tese distribui-se em três seções, a saber:

1. *Teoria e método na arquegenealogia foucaultiana*, que aborda concepções fundamentais ao estudo proposto, desde a *problematização da história e da verdade*, bem como o *discurso, a acontecimentalização, subjetividade e o método arqueogenalógico* descrito em *A Arqueologia do Saber* (Foucault,

¹⁷ Projeto intitulado *As práticas de confissão e o discurso de meritocracia em 3%*, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Franceschini (Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão).

¹⁸ Resultando no artigo científico *Diálogos entre o discurso de meritocracia em enunciados institucionais e na série 3%*, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Franceschini (Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão).

¹⁹ Resultando na dissertação intitulada *Do poder ao discurso de meritocracia: a universidade enquanto lugar a ser conquistado*. Ano de obtenção de título: 2021. Orientação: Prof. Dr. Bruno Franceschini. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL-UFG/RC).

2019). Nessa seção, também introduzimos a análise arquegenealógica do discurso neoliberal e as características do neoliberalismo no Brasil e seus contrastes com o liberalismo clássico.

2. *As emergências do neoliberalismo*, em que discorremos sobre *o neoliberalismo como nova arte de governar a si e aos outros*, com ênfase nos acontecimentos nos anos de 2016 a 2022 que emergiram esse objeto e seus domínios associados. Destaca-se, neste ponto, a concepção de *biopolítica* e exemplos de práticas estatais que a envolvem e são presentes na atualidade, especialmente no acontecimento da pandemia do coronavírus.
3. *Arqueogenalogia da racionalidade neoliberal no Brasil*: tendo em vista os enunciados selecionados, seguindo os critérios de seleção e os domínios associados ao neoliberalismo, como a privatização, as Reformas, o trabalho e o trabalhador etc., discutimos, nesta etapa, como o Estado é objetivado e objetiva o indivíduo no discurso neoliberal, enfim, delineando uma razão de mundo, ou seja, uma racionalidade que manifesta-se na subjetividade e nas práticas estatais.

1. TEORIA E MÉTODO NA ARQUEGENEALOGIA FOUCAULTIANA

Na primeira seção desta tese, abordaremos o campo teórico e metodológico foucaultiano, com ênfase na arquegenealogia. Para tanto, iniciamos com a problematização como fundamental à história do pensamento, o que é frisado em *A Arqueologia do Saber* (2019).

Assim, em *A problematização da história e da verdade* discorreremos sobre o exercício da problematização do objeto discursivo, a exemplo, do neoliberalismo, trazendo a teoria foucaultiana acerca de seu posicionamento em relação à Nova História, imprescindível para se pensar o discurso. Portanto, nos apoiaremos em estudiosos dessa corrente de pensamento, que rompem com o tradicionalismo, seguindo a mesma linha foucaultiana. Além do próprio Foucault (1979; 1984; 2002a; 2002b; 2005; 2010; 2018; 2019), nos valemos de Barros (2012), Burke (1992), Dardot e Laval (2016), Deleuze e Guattari (2011), Febvre (2011), Lyra (2006), Mota (1977), Navarro (2008), Nietzsche (1998), Orlandi (1987) e Rago (1999).

Posteriormente, em *Considerações teóricas para a elaboração de séries enunciativas*, abordaremos o método arqueológico de análise de enunciados e, por conseguinte, de discursos. Como aporte teórico apresentamos Foucault (1998; 2004; 2005; 2006; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2019; 2022), Dardot e Laval (2016), Dean e Zamora (2021), Fernandes e Sá (2021) e Machado (1998).

1.1 A problematização da história e da verdade

O passado estava vivo no presente, e o modo como compreendíamos o passado demonstrava como poderíamos compreender o presente. A história não estava registrando a verdade do passado, mas revelando a verdade do presente.
[Strathern, 2003]

Iniciamos esta seção com o objetivo de levantar o problema da história e da verdade a ela associada, conforme os estudos foucaultianos apontam ao colocarem em perspectiva a Nova História e o exercício de problematização²⁰ que é, nesta pesquisa,

²⁰ Em *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, Foucault (1998) dedica um capítulo à problematização, a saber: *A problematização moral dos prazeres* (Capítulo I). Nas suas palavras: “O que

relevante enquanto parte do percurso metodológico de estudo da racionalidade neoliberal. Para pensarmos no objeto, precisamos, tal como realizado em *A Arqueologia do Saber* (2019), compreender o deslocamento da história e sua relevância às concepções de discurso.

A uma análise crítica, observamos a questão de quando o modelo tradicional instaurado nas escolas e academias, com grande influência no Brasil e no mundo, até os dias de hoje, começou a ser problematizado. Aliás, quando a história passou a ultrapassar a concepção de “disciplina escolar e acadêmica”, dedicada a estudar acontecimentos legitimados como importantes para serem memorizados, marcados por datas e descrições que partem de um único lugar, de uma única vertente vinculada a uma verdade dominante. Disso surge a inquietação de que:

Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa “reencontrar-nos”. *A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser.* Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; *multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo.* Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. *E que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar* (Foucault, 2002a, p.18, grifos nossos).

Imaginemos, então, como teria sido, nos primeiros anos de nossa formação, quando crianças, se as escolas se deslocassem (ou cortassem o saber) da memorável *descoberta* do Brasil, pelos portugueses, em 1500, para só a partir daí existirmos enquanto país e população. Teria sido possível nos vermos em uma abordagem nova, que olha das margens, de outras perspectivas? E mais, o quanto a abordagem hierárquica, ou seja, que categoriza “quem faz parte e quem não faz parte da história”, impacta a subjetividade dos brasileiros hoje? *O que sabemos, de fato, sobre nós mesmos?*

Essas questões não são aqui dispostas para formularmos respostas prontas e traduzidas da nossa realidade, mas para pensarmos nas condições de possibilidade que

gostaria de determinar nessas poucas páginas, são, justamente, os aspectos gerais com que se preocuparam, a forma geral da interrogação moral que colocaram a propósito dos *aphrodisia*. Para isso, recorrerei a textos bem diferentes uns dos outros — essencialmente os de Xenofonte, Platão e Aristóteles; e não tentarei restituir o “contexto doutrinário” que pode dar a cada um seu sentido particular e seu valor diferencial, mas sim o *campo de problematização* que lhes foi comum e que os tornou possíveis” (Foucault, 1988, p. 35, grifos do autor).

uma abordagem teórica constitui. O fato é que somos subjetivados, isto é, temos a nossa subjetividade interligada ao que é dito “História do Brasil” e a forma com que “nos sentimos brasileiros ou não” também se configura por meio de tais saberes e dizeres verdadeiros, inclusive no que tange ao objeto aqui estudado, o neoliberalismo.

Há um grande desafio em escavar – seguindo a metáfora da arqueogenalogia – a racionalidade neoliberal, como qualquer outro objeto discursivo. Foucault (2019, p. 12) questiona o “fazer metodológico” da história nova, colocando, porém, que é exatamente nas “dificuldades” de estabelecer métodos diretos que essa abordagem se configura em sua pertinência. E cita que, entre os desafios metodológicos:

[...] podem-se citar: a constituição de corpus coerentes e homogêneos de documentos (corpus abertos ou fechados, acabados ou indefinidos); o estabelecimento de um princípio de escolha (conforme se queira tratar exaustivamente a massa documental, ou se pratique uma amostragem segundo métodos de levantamento estatístico, ou se tente determinar, antecipadamente, os elementos mais representativos); a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes (no material estudado, podem-se salientar as indicações numéricas; as referências - explícitas ou não - a acontecimentos, a instituições, a práticas [...]

Em primeiro lugar, a busca por autores e escritos que apresentam a “o problema da história”, nos faz chegar não somente à historiografia, mas a algum tipo de interdisciplinaridade em se tratando da filosofia, dos estudos culturais e antropológicos e, sobretudo inicialmente, das ciências sociais. De forma mais explícita, há marcos relevantes ao que hoje denominamos “história nova”, como o que a antecede, especialmente no pós-Primeira Guerra Mundial. Isso porque a história, naquele tempo, passou a ser mais amplamente questionada enquanto ciência própria, possuindo de seus próprios métodos e consolidada como um campo de estudo científico legítimo. Daí em diante, a metodologia foi também disposta como problema a ser aprofundado, tendo em vista a rejeição aos métodos engessados, isto é, restritivos ao se contar a história.

Por exemplo, em meio a uma série de acontecimentos mundiais, o movimento Annales, no interior da França, em meados de 1929, ampliou a história, inicialmente, como um problema científico – que requer (outro) método, fundamentação e análise, para além de uma abordagem “segregada” dos estudos das ciências sociais. O cenário

pós-guerra na França culminou em reflexões relacionadas aos estudos epistemológicos²¹ discutidos em diversos campos teóricos, inclusive por Michel Foucault. Dentre estes, a “história” que, segundo o movimento, exigia um rompimento com a “descrição factual” (dependente do que foi selecionado e documentado), partindo então para uma “história-problema”, cuja noção

tornou-se de longe o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos Annales, pois permitia afrontar, através de um novo conceito e de uma nova definição para uma história que se queria nova, o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva. A bandeira da “história-problema”, uma novidade necessária nos inícios da atividade dos historiadores dos Annales, em 1929, tinha cores bem vivas e transluzia à distância – se pudermos utilizar essa metáfora – sobretudo quando era bem agitada nos manifestos da Escola dos Annales (Barros, 2012, p. 306).

Se o movimento de Annales contrariou o método estritamente descritivo-factual no campo da historiografia, alastrando-se ao mundo e propondo uma *episteme*²² da história indissociável do campo das ciências sociais, por que, em pleno século XXI, perdura ainda uma tradição de narrativas tradicionais da história? Por que, no contexto social do Brasil, continuamos a contar os anos de “descobrimento” a partir da chegada de europeus (portugueses) em um território no qual já havia vida, populações e existências?²³

O que devemos considerar no processo de *problematização da história* é que, no Brasil, a historiografia depara-se com influências europeias de pensamento, todavia, os seus efeitos diferem-se por vivenciarmos outros acontecimentos, apesar dos impactos em âmbito mundial. Se o movimento de Annales questionou a história descritiva-

²¹ “A *epistemologia* é o estudo ou ciência do conhecimento. Dois dos grandes problemas da epistemologia são o das origens e fundamentação do conhecimento (quais os processos pelos quais o adquirimos, em que ele se fundamenta) e o dos seus limites, ou extensão (quais as coisas que podem, em princípio, ser conhecidas e quais as que não podem)” (Chibeni, [s.d]). Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/epistemologia.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

²² “Uma *episteme* é o ‘a priori histórico’ que, ‘num dado período, delimita na totalidade da experiência um campo de conhecimento, define o modo de ser dos objetos que aparecem naquele campo, confere poderes teóricos à percepção cotidiana do homem, e define as condições nas quais ele pode sustentar um discurso sobre coisas que é reconhecido como verdade’” (Merquior, 1987, p. 36).

²³ De acordo com o *Brasil Escola*, site disponível e utilizado como fonte de pesquisa especialmente por estudantes do Ensino Básico brasileiros: “O dia 22 de abril é marcado em nosso país como o ‘dia do descobrimento do Brasil’, ou seja, o dia que os portugueses chegaram aqui, no ano de 1500, o que se deu pela expedição de Pedro Álvares Cabral. Essa expedição tinha uma missão dupla: a investigação das possibilidades de Portugal na América e a compra de especiarias na Índia.” In: 22 de abril – Dia do Descobrimento do Brasil. UOL, 2023. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-do-descobrimento-do-brasil.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

factual, esse questionamento chega ao nosso país atrelado às indagações culturais em relação à legitimidade da história “própria” e seus rompimentos com os documentos que, durante algum tempo considerável, foram denominados como a veracidade histórica da população brasileira.

É comum encontrarmos documentos provenientes de Pedro Álvares Cabral e Pero Vaz de Caminha²⁴ para a descrição do Brasil-colonizado, algo que, nos últimos anos, tem sido mais questionado por historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros. Afinal, o que nos contam e o que já foi contado sobre nós, *os brasileiros*? Esta questão é debatida em *A “nova” historiografia brasileira* (Rago, 1999), texto publicado após a década de 1970, período de alta produção, na França, de escritos acerca da história nova e da necessidade de “olhar para as margens” nos estudos historiográficos.

Se na década de 1970 já se questionava a historiografia nos moldes tradicionais (factuais-descritivos) na França, por que, no Brasil, o auge dessa problematização se deu cerca de vinte anos depois, respectivamente entre os anos 1980 e 90? Traçando uma breve contextualização histórica, na década de 1970, o Brasil passava pela ditadura militar, acontecimento que o próprio Foucault, nas suas viagens ao país, repugnou.²⁵ Portanto, os acontecimentos em esfera nacional diferem consideravelmente o cenário brasileiro do cenário produtivo francês, considerando que a violência e o medo da tortura impactaram a produção intelectual brasileira na época.

Defronte a este medo e à relação caótica no cenário político, constando que, durante o período ditatorial, já havia um discurso dualista e violento concernente à oposição “direita e esquerda”, é inegável que as produções acerca da história do Brasil

²⁴ A *Carta de Pero Vaz de Caminha* ganhou inúmeras edições, sendo hoje objeto de estudo histórico, social e literário. É reconhecida como o primeiro registro literário e histórico do Brasil Colônia, denominada “carta do descobrimento do Brasil”. Está disponível gratuitamente no *Observatório digital nacional*. Em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 23 de abril de 2024.

²⁵ Em um dos seus cursos ofertados na Universidade de São Paulo (USP), ao saber das prisões de professores, jornalistas e estudantes, Michel Foucault se pronunciou: “Muitas dezenas de estudantes e professores da USP foram recentemente presos. Talvez sejam torturados — se é que já não o estão sendo neste momento. Suas vidas estão ameaçadas. Uma Universidade que não é plenamente livre não passa de uma empresa de servilidade. Não dá para lecionar sob o tacão das botas; não dá para falar diante dos muros de prisões; não dá para estudar quando as armas ameaçam. A liberdade de expressão e de pesquisa são sinais de garantia da liberdade dos povos. Na defesa dos direitos, na luta contra as torturas e a infâmia da polícia, as lutas dos trabalhadores intelectuais se unem às dos trabalhadores manuais. À Universidade de São Paulo, saiba que sua luta de hoje relaciona-se à luta pela liberdade em todos os países do mundo. Presto minha homenagem à sua coragem e me associo de bom grado às decisões que vocês possam tomar para conseguir que a justiça aqui não seja uma palavra ultrajada” (Foucault apud Parro; Silva, 2017, p. 216).

tenham sido conduzidas pela censura, ao passo que esta mesma censura tenha visibilizado e mobilizado intelectuais aos enfrentamentos cotidianos – quantos professores e estudantes viram, no espaço da universidade, a tensa, mas necessária coragem para colocarem em evidência denúncias e assuntos, tais como a tortura e assassinatos ocorridos em seu tempo?²⁶

Em outros espaços, Michel Foucault teria sido aplaudido após uma fala explicitamente contrária, em termos éticos, à realidade vivenciada pelos brasileiros? Enfim, como foram configuradas as condições de possibilidade de falar sobre a história do Brasil em meados da ditadura militar? Teria sido a universidade o espaço de significante resistência, tanto sobre os modos de existência, quanto em relação às discussões possíveis para serem temas?

Os questionamentos apresentados sobre a realidade da censura vivenciada no país são relevantes, nesta pesquisa, para reconhecermos as singularidades do cenário brasileiro, à medida que o que se produzia, no âmbito acadêmico-teórico, vinha, em grande parte, da influência de intelectuais europeus. Podemos pensar nisso como fato ligado à hierarquia cultural (do que é legítimo e científico e o que não é), todavia, cabe considerarmos, também, a conjuntura da nossa história, que é, mesmo na atualidade, caracterizada pelo discurso divisor entre “quem é de esquerda e quem é de direita”, um discurso que nos permite visualizar a disposição dos próprios brasileiros entre “um lugar político e, se não esse, o outro ‘lado’, o outro e oposto”, ressaltando o medo da “ameaça comunista”, propagado pelo regime militar, visto em enunciados como “Brasil, ame-o ou deixe-o”²⁷.

²⁶ Após o pronunciamento polêmico de Foucault (1975) na Universidade de São Paulo (USP), contrário à ditadura militar brasileira, o filósofo concedeu inúmeras entrevistas lembrando a luta dos movimentos sociais – principalmente estudantis – no Brasil frente à tortura e assassinatos ocorridos, como foi o caso de Vladimir Herzog, jornalista preso, torturado e assassinado. Foucault se interessou, especialmente, pelo papel do médico nas realizações de tais torturas: “Perdoem-me por esta digressão que não parece falar senão incidentalmente dos asilos e não da medicina quando, de fato, nessa nova técnica de tortura foi introduzido um personagem, hoje constantemente presente no ritual de tortura: esse personagem é o médico. Praticamente em todas as torturas importantes, hoje, está presente um médico que tem por função, em primeiro lugar, dizer quais são as torturas mais eficazes; em segundo lugar, ele faz exames médicos para saber se o doente corre o risco de morrer – Herzog, morto na prisão há 10 dias, não foi suficientemente examinado – e, em terceiro lugar, o médico dá injeções de diferentes tipos para reanimar o paciente de modo que este possa suportar fisiologicamente e psicologicamente as torturas” (Foucault apud Defert, 2002, p. 48).

²⁷ *Slogan* de campanha política-militar do Governo Médici, enunciado em propagandas audiovisuais e em folhetos na década de 1970. Escavando a historicidade do enunciado, encontramos “America: love it or leave it” (Winchell, 1950), traduzido aqui como “América: ame-a ou deixe-a”, constando que “América” seria restrito aos Estados Unidos. O enunciado emergiu por meio do radialista bastante popular Walter Winchell, que apoiou fervorosamente a candidatura do senador Joseph McCarthy, na época um político conhecido por seus pronunciamentos acerca de “inimigos internos nos EUA”, assim denominados de

A respeito do cenário peculiar brasileiro, Rago (1999, p. 73) escreve que:

O Brasil é um país bastante estranho e, frequentemente, os brasileiros dizem que aqui tudo pode acontecer. Paraíso e inferno, extrema cordialidade e acentuada violência, riqueza ostensiva e altos índices de miséria, população branca e negra, shoppings center e favelas, tradição e modernidade, os extremos, enfim, convivem lado a lado, sem provocar maiores surpresas nos seus habitantes. Muitas décadas atrás, um dos mais importantes historiadores brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda (1994) afirmou, ao interpretar a história do país desde os inícios da colonização portuguesa, que “somos uns desterrados em nossa terra”, referindo-se à maneira pela qual mantemos vínculos fracos com o passado e as tradições, apesar da extrema afetividade que nos caracteriza.

Vemos, então, que mesmo os historiadores brasileiros, ao estudarem desde a colonização do país, elevam as dificuldades em se tratando da interpretação da história do Brasil, compreendendo o cenário clivado e de extremos, um tanto conturbado nos âmbitos econômicos, políticos e inclusive culturais. Rago (1999), apresenta, ainda, a importância do marxismo, especialmente ao longo dos anos 1970, para a historiografia no Brasil, exemplificando com o trabalho de Mota (1977), ao se debruçar nos estudos da ideologia da cultura brasileira.

Assim, Karl Marx teve grande influência na historiografia brasileira, por sua teoria corresponder à realidade social de segregação e inequidade no Brasil, muito embora houvesse perseguição ao pensamento marxista e, por consequência, aos pesquisadores da área. Diferentemente do contexto francês da década de 1970, apesar de Marx ser bastante presente em pesquisas da história e ciências sociais na conjuntura acadêmica brasileira, o autor era associado instantaneamente à tal “ameaça comunista”, cujo discurso fez emergir uma espécie de “justificativa social” para as prisões e torturas realizadas.

Logo, a política do medo se fez sempre presente na história do Brasil, desde o medo de ser preso e torturado até o medo do outro, da figura do militante e do que se entendia como “esquerdista” e “comunista”, constituintes dos saberes acerca de política e neoliberalismo. E foi a visibilidade de grupos diversos, que traziam modos de existência contrários, de alguma maneira, à normatividade da época, que deslocou pesquisadores da restrição à teoria marxista para outros pensamentos e críticas. Grupos

comunistas saudosos da União Soviética. In: De onde veio o “ame-o ou deixe-o”. Super interessante, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/de-onde-veio-o-ame-o-ou-deixe-o>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

que pautavam o debate sobre sexualidade (não-heterossexual), identidades de gênero, o feminismo, o racismo etc. “saturaram” a metologia analítica marxista, uma vez que a questão de classe não era mais única, tendo em vista as intersecções problematizadas. Daí o sujeito histórico ganhou força na historiografia, conforme:

A enorme ampliação do leque temático e dos sujeitos históricos forçou um alargamento do campo conceitual e acentuou a busca por novas formas de operar o conhecimento. Neste contexto, outra importante fonte da renovação veio da redescoberta da Escola dos Annales, obscurecida pela produção marxista desde o final dos anos 60, e da Nova História, que encanta com seus novos temas e abordagens (Rago, 1999, p. 78).

Sob influência do movimento de Annales, a historiografia que direcionava-se à descrição dos fatos legitimados e documentados passou a conceber a “história-problema”, propondo uma “nova organização do conhecimento”, em oposição à historicização automática. Como coloca Febvre (2011, p. 84, grifos nossos) aos “novos historiadores”: “que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de fatos às margens do Sena. *Que nos dêem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática.*”.

A concepção da história como problema é aqui fundamental, uma vez que pretendemos não descrever uma história exclusivamente factual do neoliberalismo, mas a constituição deste pelo discurso e de que modo ele subjetiva sujeitos valendo-se do funcionamento dos jogos de verdade. Porém, antes mesmo de chegarmos às concepções dos Estudos Discursivos, salientamos a importância de problematizar a história das coisas, tal como Foucault procurou fazer em seus estudos – *levantar o problema dos objetos*.

Em suma, o movimento teórico no campo da História, sobretudo em busca de uma nova forma de organizar o pensamento, foi e tem sido fundamental para visibilizarmos o presente, compreendendo-o como parte de quem somos hoje, sendo possível questionar e problematizar a “verdade” que nos foi apresentada entrelaçada nas raízes do tradicionalismo. Sabemos que a preocupação com o presente se faz um ponto imprescindível para o estudo das subjetividades, impulsionando um movimento que parte das margens, questionando “quem fala, de onde fala e sobre quem ou o que se fala” (Foucault, 2019, p. 56-60). Tais questionamentos também tiveram seu apogeu por

meio da historiografia emergente na década de 1970, consolidando o que chamamos, hoje, de história nova ou geral. Conforme:

O problema que se apresenta - e que define a tarefa de uma história geral - é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que "séries de séries" - ou, em outros termos, que "quadros" - é possível constituir (Foucault, 2019, p. 11).

Burke (1992), em seus escritos, descreve o problema que a história enfrenta ao ser colocada de forma fragmentada e distante da realidade de determinados sujeitos. De modo mais explícito, os âmbitos Global e Nacional, na vertente tradicionalista, são elevadas em detrimento da Regional, constando que, nesta corrente, a preocupação é direcionada quase que estritamente à política:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Na ousada frase vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, "História é a política passada: política é a história presente". A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional. No entanto, não incluía a história da Igreja como uma instituição e também o que o teórico militar Karl von Clausewitz definiu como "a continuação da política por outros meios", ou seja, a guerra. Embora outros tipos de história — a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência — não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos "verdadeiros" historiadores (Burke, 1992, p. 2).

O que vemos, diante disso, é a centralização da política na abordagem tradicional, porém, uma política vinculada ao Estado: a história do Estado de uma nação (nacional) ou mesmo a história do Estado de outra nação (global, hierarquizada como relevante mundialmente). Então, nas escolas, a História configura-se como disciplina que apresenta fatos selecionados, documentos e datas que contam partindo de uma perspectiva dominante, polemizando quando essa perspectiva não é única. Nesse ponto, configura-se a nova história, apresentando-se em oposição à seletividade "do que é fato histórico e o que não é", tendo em vista que

[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que “tal homem não tem história”. Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?” (Burke, 1992, p. 3).

Há um deslocamento “da visão de cima” e, em contrapartida, a procura por outras abordagens, de fatos e sujeitos que não são fundantes (admitidos como fundadores de períodos e épocas em determinado tempo), como monarcas, políticos estatistas, governantes, generais etc. Essa visão influenciou, consequentemente, o modo de estudar a história e de conceber, sobretudo, o sujeito histórico, admitindo, mesmo sob questionamentos de teóricos da linha tradicional, um novo modo de pensar em quem somos nós, seres legitimamente históricos, independentemente do que se via como fato marcante e legitimado pela documentação.

Um ponto relevante para destacarmos é a relevância da filosofia e das ciências sociais para o processo de reflexão sobre a historicidade das coisas. Heidegger, filósofo alemão, foi um dos autores que motivaram o pensamento foucaultiano, especificamente acerca da história do ser e da questão da verdade. Em suma, em sua abordagem ontológica,

a história é abordada a partir da ideia de que a verdade, ou seja, o desvelamento dos entes, está essencialmente ligada a uma recusa original do ser a qualquer apreensão plena ou definitiva. Afastando qualquer forma de determinismo, essa recusa afirma a história como *errância*²⁸, uma espécie de gravitação em torno de algo que se dá contínua, mas nunca definitivamente (Lyra, 2006, p. 342, grifo do autor).

Observamos, deste modo, a verdade problematizada e enfatizada pelo pensamento ontológico, que tem como foco os modos de existência do ser (Lyra, 2006).

²⁸ Segundo Lyra (2006, p. 342), o termo *errância* define-se como “o acontecer histórico do homem. Erramos em nosso destino comum assim como o Dasein, na sua impropriedade cotidiana, ‘errava’ em torno de si mesmo, isto é, da sua possibilidade de ser inteiro em sentido próprio, completando-se ou decidindo-se por esse ‘si mesmo’ apenas quando compreendia e aceitava a finitude compreensiva como algo constitutivo do seu próprio ser”.

Esta corrobora com o que denominamos de estudos da subjetividade, levando em conta a historicidade na constituição dos sujeitos. Portanto, falar de verdade, historicidade e memória é essencial para a compreensão e análise das subjetividades, o que é afirmado por diversos autores que concentram seus estudos nos sujeitos, dentre eles, Foucault.

Entendemos a importância da história como indissociável da memória, cabendo nos debruçar nela de modo que consideremos o que foi e é dito a respeito de “algo”, para, assim, entendermos os jogos de verdade envolvidos no processo contínuo de constituição das subjetividades, ou, ainda, no processo de subjetivação. Em outros termos, o estudo ontológico heideggeriano se dá em um momento importante para a epistemologia: partindo para outro método de pesquisa, outro campo de visão, rompendo com a linearidade e com o “olhar de cima”. Todos esses fatores possibilitam a abordagem do presente e de sujeitos subalternizados ao longo do tempo.

Tais questões são cruciais para os Estudos Discursivos, tendo sido discorridas por Foucault, ao longo de seu percurso intelectual. Já em *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 2019), o autor apresentou a arquegenealogia como, sobretudo, um exercício de problematização da história. Assim, rejeitando a tradição da História Global, a *arqueologia e genealogia* propostas estendiam-se a uma “nova visão de história”, arraigada na multiplicidade, tal como problematizavam, na época, outros estudiosos, como Deleuze e Guattari²⁹ (2011).

Eis, então, a perspectiva da História Geral, isto é, direcionada a acontecimentos inúmeros, não somente ao registro documentado de “acontecimentos eleitos” como históricos. Seguindo essa linha de pensar o objeto discursivo,

[...] a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (Foucault, 2019, p. 8, grifos do autor).

Tanto quanto o pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (2011) e genealógico de Nietzsche (1998), este último bastante influente à obra foucaultiana,

²⁹ Deleuze e Guattari aliaram-se à problematização da história, uma vez que ressaltavam, como Foucault, a multiplicidade do pensamento, das coisas, dos fatos, das práticas e do discurso. Em sua obra, destaca-se a concepção metafórica de rizoma, a saber, um termo retirado da Botânica, que nomeia um tipo de raiz em que os pontos de início e fim não são esclarecidos. Para os filósofos, uma representação ideal da multiplicidade: “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção e... e... e... Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 48-49, grifos dos autores).

somando-se à influência heideggeriana, o pensamento arquegenealógico rompe com os métodos interpretativos tradicionais e transcedentais que perdurava nos estudos filosóficos da época. Navarro (2008), ao discorrer sobre o discurso e sua relação com a história e o poder, expõe as características do que seria essa maneira distinta do tradicionalismo, por exemplo, para o estudo de um objeto pelo viés da análise discursiva de linha foucaultiana. Em sua exposição, temos a História Geral em contraposição à Global, sendo que a primeira surge com enfoque na problematização de verdades e na multiplicidade de saberes, então, desassociando-se de “ações de determinadas personalidades históricas”, visto que a segunda parte do pressuposto de que “o sujeito é origem de todo devir e de toda prática” (Navarro, 2008, p. 61).

Portanto, havendo esse rompimento, a visão que concebia a memória, inclusive no que tange aos Estudos Discursivos, foi conduzida, desta vez, à não-linearidade histórica, em oposição ao pensamento de que a história apresenta, ao longo do tempo, uma linearidade. Deste modo, a memória é compreendida em uma lei de raridade, cujo princípio de rarefação torna possível visualizar o objeto discursivo, o que surge como o valor do enunciado (Orlandi, 1987). Em outras palavras, essa concepção contempla uma das questões de Foucault (2005, p. 30), que é: “como apareceu um enunciado e não outro em seu lugar?”.

Salientamos que o exercício da arquegenealogia parte da análise minuciosa do arquivo, que é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados com acontecimentos singulares” (Foucault, 2019, p. 158). Essa regularidade do arquivo não pode ser confundida, porém, com o aspecto estático, imutável, que não apresenta ramificações e multiplicidade, uma vez que a genealogia compreende aspectos não-estáticos, conforme:

Há três domínios possíveis na genealogia. Primeiro uma ontologia histórica de nós mesmos com relação à verdade através da qual nós nos constituímos como sujeitos de conhecimento; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos relacionada a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos agindo sobre outros; terceiro, uma ontologia histórica de nossas relações com a moral, que nos permite constituir-nos em agentes éticos (Foucault, 1984, p. 1437).

História e memória são fundamentais aos efeitos de verdade do discurso por constituírem as condições do que é possível ser dito. Logo, a visão de “linearidade” do objeto de estudo, isto é, “com começo, meio e fim delimitados” não corresponde à análise arquegenealógica. Aqui, vale relembrarmos a proximidade de Foucault ao

pensamento de Deleuze e Guattari (2011), inclusive na problematização como necessária para pensar o discurso, história e memória, constando que a

problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (Foucault, 2010, p. 242).

Seguindo ao *problema das coisas* (Foucault, 2018), podemos analisar o neoliberalismo por esse mesmo viés. Em outros termos, trata-se de um objeto que emerge como um problema no discurso, visto que se faz presente no que é dito, apresentando uma regularidade e domínios associados, tais como: a política, os direitos humanos, o conjunto de leis regentes (destacando o nosso recorte ao Brasil), bem como às práticas cotidianas de consumo e de competitividade crescente, rumo à individualização do sujeito.

Tal como Foucault (2018) pensou em como a sexualidade tornou-se um problema, por exemplo, no mundo ocidental, existente, inclusive, no domínio do discurso médico, podemos nos questionar “como o neoliberalismo tem sido um problema, constitutivo do nosso presente, dizendo sobre quem somos nós hoje, entendendo que isso não nos determina, embora seja um fato associado às nossas relações e práticas cotidianas?”. É a inquietação frente ao objeto que nos mobiliza a pensar nele como problema discursivo, ao encontro de Foucault (2002b, p. 14) ao afirmar que “existem momentos da vida onde a questão de saber se podemos pensar diferentemente do que pensamos e perceber diferentemente do que vemos é indispensável para continuar olhando ou refletindo”.

Frisamos, novamente, a *problematização das coisas* como imprescindível para os Estudos Discursivos. Isto porque é por meio dela que o objeto é pensado de forma ampla, que aborde as condições de possibilidade e sua emergência no discurso. Vale constar que, quando falamos de problematizar, nos conduzimos a um exercício distinto do método cartesiano, por muito tempo tradicional na Academia. Em outras palavras, nos mobilizamos para um percurso não-linear, visto que entendemos que a história não é linear, tampouco o pensamento deve ser, em concordância com a visão foucaultiana, ao questionar o fazer filosófico tradicional, conforme:

Mas o que é filosofar hoje em dia - quero dizer, a atividade filosófica - senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênuas; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho... (Foucault, 2002b, p. 13).

A abordagem filosófica que compreende a não-linearidade dos fatos, por sua vez, precede os estudos foucaultianos, observados, por exemplo, em Nietzsche, quem muito inspirou Foucault em suas produções e questionamentos. Com a publicação de *Genealogia da moral: uma polêmica* (Nietzsche, 1998), a concepção de “homem”, no âmbito da Filosofia, foi questionada. O termo genealogia não encontra significado na origem inata da humanidade, sendo problematizada a psicologia cristã como instância que produz determinada verdade: a verdade do cristianismo. Para o filósofo alemão, entretanto, a verdade não deve ser vista como fato inquestionável, pelo contrário, deve ser questionada, por estar em um domínio de *vontade*, ou seja: a vontade de quem a assume enquanto verdade, como a Igreja ao assumir a verdade cristã, conforme:

[...] que sentido teria nosso ser, senão o de que em nós essa vontade de verdade toma consciência de si mesma como problema?... Nesta gradual consciência de si da vontade de verdade – disso não há dúvida – perecerá doravante a moral: esse grande espetáculo em cem atos reservado para os próximos dois séculos da Europa, o mais terrível, mais discutível e talvez mais auspicioso entre todos os espetáculos... (Nietzsche, 1998, p. 27).

De forma mais explícita, a vontade de verdade refere-se, dentro das relações de saber-poder, à validação de certos discursos e à invalidação de outros. Foucault escreve diversas obras dissertando sobre, cabendo colocar, inicialmente que, em seu pensamento, a sociedade estabelece determinado regime de verdade,

isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p.12).

O que pretendemos, aqui, é analisar a relação da verdade do neoliberalismo com a história, seguindo o viés metodológico da história nova, ontológico por ter como foco a subjetividade, ao encontro da proposta da arquegenealogia foucaultiana. O

enfoque aqui apresentado está na problematização da história do Brasil, sob a hipótese de que o objeto discursivo “neoliberalismo” não se restringe às concepções eurocêntricas, isto é, à medida que há proximidades e distinções entre o neoliberalismo europeu e americano, como estudado por Foucault em *Nascimento da Biopolítica*. Isso implica reconhecer a multiplicidade do objeto, seus domínios associados e seus pontos de dispersão, bem como suas irrupções. Enfim, situamos a relevância do exercício de problematizar o que temos como história e verdade para, então, à denominada *arquegenealogia foucaultiana*.

Partindo do exercício de levantar o problema do objeto, chegamos ao método denominado *arquenegealógico* de estudar o discurso, explicitado por Foucault (2019). Por exemplo, podemos partir de inúmeros acontecimentos no Brasil contemporâneo – configurando a *descontinuidade*³⁰ nos âmbitos histórico, cultural, social e econômico no país atual. Antes de tudo, frisamos que a história nova (também denominada ‘efetiva’ nos escritos foucaultianos), conforme discutimos anteriormente, rebate a história tradicional apontando outro modo (episteme) de fazer a historiografia. Dentre seus elementos fundamentais, destaca-se a não-linearidade e a multiplicidade das coisas. Nas palavras de Foucault (2019, p. 27):

A história ‘efetiva’ se distingue daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retráçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser.

Tal como na metáfora do rizoma (Deleuze; Guattari, 2011), a descontinuidade não demarca um início, tampouco um final para um objeto discursivo e para a subjetividade. Se as raízes rizomáticas não permitem uma identificação do ponto de origem de alguma coisa, pensemos, então, nas linhas do discurso neoliberal e seus efeitos de verdade no Brasil. Existe um início certo? Um ponto de origem? Rebatendo a ideia de continuidade, Foucault (2019, p. 14) escreve que:

³⁰ Conforme Foucault (2019, p. 9): “A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica”.

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo o que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituir-lo em uma unidade recomposta: a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.

Nos esquivando da noção de “fundação do discurso e do sujeito histórico”, é pela descontinuidade que o discurso – que delineia e constitui o objeto – tem um campo de possibilidades, diversificações, sendo então possível que um mesmo objeto tenha em sua constituição a dispersão e a multiplicidade. Assim, é imprescindível assumir o neoliberalismo para além de definições econômicas, tal como conhecemos – a do Estado Mínimo. Trata-se, além disso, de uma racionalidade, isto é, operante nos modos de vida dos sujeitos, bem como em sua própria constituição (Dardot; Laval, 2016). Mas, afinal, como se deu a emergência deste objeto para além das definições político-econômicas? Para sanarmos esta pergunta norteadora dos estudos aqui propostos, cabe apresentarmos algumas noções que fundamentam o que entendemos, inicialmente, como *Estudos Discursivos arquegenealógicos*.

1.2 Considerações teóricas para a elaboração de séries enunciativas

Uma das tantas características da visão foucaultiana de discurso está na noção de poder que, na época de atividade intelectual do filósofo, foi alvo de polêmica, por propor um deslocamento da exclusividade do macro-exercício, como o que então retratava a luta de classes (a força da burguesia como opressora do proletariado). Para Foucault (1998), o poder era exercido a diversos níveis moleculares (macro e micro) e não era sinônimo de opressão, tampouco de repressão, haja vista que o exercício de poder não inibia a resistência, pelo contrário, implicava nela e vice-versa.

Assim, o autor define o exercício de poder, que é existente nas relações cotidianamente, por exemplo, entre sujeitos de um mesmo grupo social, posto que tal exercício se dê pela condução de condutas do outro (Foucault, 1998). Deste modo, nos deslocamos de uma análise chamada descendente – do centro à periferia – e somos direcionados a uma análise que levanta o exercício de poder em diferentes escalões, se esquivando da noção unilateral de “dominação central e globalizada” (Machado, 1998, p. 13). Segundo o filósofo, “[...] quando penso na mecânica do poder, penso em sua

forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (Foucault, 2009, p. 131).

O poder, por sua vez, “[...] produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2010, p. 30). Ademais, o saber não é intrínseco ao homem, isto porque depende dos jogos de verdade de determinada época e cultura (podendo haver, em uma mesma época, um conjunto heterogêneo de saberes relacionados a um determinado objeto).

Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem, e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, consequentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos. As relações de poder são preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História (Fernandes e Sá, 2021, p. 13).

Partindo disso, ao estudar a emergência do discurso por meio de enunciados (cuja produção não permanece imutável ao longo do tempo), o analista deve atentar-se a propor uma análise causal, que

consistiria em procurar saber até que ponto as mudanças políticas, ou os processos econômicos, puderam determinar a consciência dos homens de ciência o horizonte e a direção de seu interesse, seu sistema de valores, sua maneira de perceber as coisas, o estilo de sua racionalidade: assim em época em que o capitalismo industrial começava a recensear suas necessidades de mão-de-obra, a doença tomou uma dimensão social: a manutenção da saúde, a cura, a assistência aos doentes pobres, a pesquisa das causas e dos focos patogênicos tornaram-se um encargo coletivo que o Estado devia, por um lado, assumir e, por outro, supervisionar (Foucault, 2019, p. 199).

O discurso, para o autor, não é definido como um tipo de tradução composta por signos e não está estritamente na ordem sintática, distribuído, por exemplo, em uma sentença. Também não é uma tradução do poder, haja vista que é “aquel pelo o que se luta, poder do qual podemos nos apoderar” (Foucault, 2008a, p. 9-10). Ele é a própria apropriação do poder, o que fica evidente na inter-relação deste com o saber, ressaltando que o lugar de quem fala é fator importante aos efeitos de verdade: por exemplo, o lugar do médico, cujo saber é legitimado e, consequentemente, potente para

diagnosticar outros sujeitos, que é o caso do diagnóstico da loucura (Foucault, 2005).

A abordagem da emergência é outro ponto relevante à arquegenealogia, visando como os enunciados emergem, o que nos leva aos acontecimentos (históricos e discursivos), com devida atenção analítica ao que podemos chamar de “monumentalização” dos documentos históricos, tendo em vista a problematização proposta pelo pensador francês, na *Arqueologia do Saber* (2019), traçando o questionamento dos fatos interpretados pela História Global.

Explicitando, no viés foucaultiano, não existe sujeito fundante de um discurso e de uma determinada prática (discursiva ou não-discursiva), portanto, a História Global surge como mobilizadora para o trabalho de descrição que se coloca contrário à ideia de “fundação discursiva” e de feitos centrados em um nome. O ato de se deslocar do documento como fonte de verdades históricas é o que denominamos de monumentalização, isto é, *descrever (problematisando) acontecimentos e objetos de estudo considerando as heterogeneidades discursivas e os inúmeros lugares e saberes existentes* (Foucault, 2019).

Ainda acerca dos acontecimentos, podemos afirmar que estes são pertinentes ao estudo da formação de discursos, uma vez que remetem às possibilidades discursivas, incluindo a regularidade, definida por meio do que pode e não pode ser dito e, assim posto, podendo ser estudada pela dispersão de enunciados e ao domínio associado que constitui um objeto discursivo. Assim, como diz o autor: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta” (Foucault, 2008a, p. 26).

Desta forma, se faz relevante, a este trabalho, investigar a formação discursiva do neoliberalismo e do empreendedorismo de si no que tange à constituição da subjetividade neoliberal, chegando a questionamentos de estudo, como: seriam domínios associados do discurso neoliberal a individualização, a responsabilização do indivíduo (indivíduo pela ótica da individualidade neoliberal) e a meritocracia? Há, em se tratando dos efeitos de verdade, a formação de uma subjetividade “autoempreendedora”? De que modo podemos falar do cuidado do empreendedorismo de si como constitutivo da subjetividade configurada no neoliberalismo, abrangendo as contradições e heterogeneidades discursivas?

É fato que o discurso nos leva, então, a refletir sobre as condições de possibilidade, a historicidade e a formação dos objetos em estudo, o que nos conduz à análise dos enunciados, sendo estes afastados, por Foucault (2019), da definição puramente estruturalista, isto é, que se restringe à conceituação da disposição de

elementos sintáticos em uma frase, bem como ao viés de enunciação como “ato de fala”, em que há um mensageiro (aquele que transmite a fala) e um receptor (aquele que recebe a fala do outro). Como retrata o autor:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles —fazem sentido ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2019, p. 105).

Esta função de existência, citada no trecho acima, é “o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (Foucault, 2019, p. 106), sendo tais regras imprescindíveis à análise de enunciados, principalmente no que concerne ao método aqui seguido, o de elaborar séries enunciativas. De maneira mais explícita, os enunciados possuem regras para a sua constituição, abordadas por Foucault (2019) em pontos que suscitam o entendimento sobre:

1. a existência do enunciado, ou seja, “o que ocorreu para que houvesse esse enunciado?” (Foucault, 2019, p. 106), indicando que este possui materialidade linguística, o que é diferente de restrição à estrutura sintática. Para mais, o filósofo aponta as relações de coexistência de um enunciado. Resumidamente, existem relações específicas entre um enunciado com “alguma outra coisa” (Foucault, 2019, p. 107), de forma que consigamos compreender um determinado objeto;
2. a concepção do sujeito em suas várias possibilidades de se relacionar com o que é enunciado, havendo diversos entendimentos a depender do lugar em que se enuncia algo: uma mesma sentença pode implicar diferentes enunciados, por exemplo, se estiver em um livro ou em uma conversa entre amigos;
3. a diferenciação de um enunciado de outros enunciados de acordo com o domínio associado a ele;
4. a relevância da existência material para o enunciado, seja em qualquer

superfície de inscrição que o registre. Todos esses pontos são colocados como relevantes ao estudo do sistema de leis que rege os enunciados, respectivamente, o arquivo, determinante à regularidade discursiva.

Partindo a outra questão exposta pelo autor, vemos que o sujeito é dito no discurso, é alvo capturado, descrito, objeto discursivo. Destarte, temos as práticas de objetivação (que apresentam um objeto no discurso) e as de subjetivação (que se referem aos processos de formação da subjetividade do sujeito) (Foucault, 2004):

[...] não basta afirmar que o sujeito é constituído num sistema simbólico. Não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras - práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los (Foucault, 1995, p. 275).

As referidas práticas se pautam em como o sujeito é dito e como ele se diz, como ele se vê, constantemente, em suas diversas condutas. Aqui, podemos pensar na confissão, entendendo que “aquele que fala é, ao mesmo tempo, de quem se fala” (Foucault, 2006, p. 212-213). Assim, ao falar, o sujeito fala de si mesmo, capturado no discurso.

Em suma, para resumir tudo isso, vocês veem que a confissão primeiramente relembra e restaura o pacto social no qual se baseia a soberania da instituição que julga. Em segundo lugar, a confissão constitui uma espécie de contrato de veracidade que possibilita a quem julga saber com um saber indubitável. Em terceiro lugar, a confissão constitui um compromisso que dá sentido à punição imposta (Foucault, 2016, p. 182).

Fundamentados nas concepções discutidas aqui, chegamos à subjetividade, termo bastante utilizado pelo filósofo e discutido em diversas de suas obras, especificamente que abordam a genealogia, a exemplo, em um curso no Collège de France que resultou no livro *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980* (1980) e a obra *Subjetividade e Verdade* (1981). Em seus escritos, a subjetividade é interligada às práticas de “governo de si”, compreendidas nas relações do sujeito consigo mesmo, em constante prática de si, defronte ao que é dito, cuidando de si por meio de condutas e contracondutas em resistência ao exercício de poder (Foucault, 2010).

O tema da governamentalidade (Foucault, 2008b) é pertinente à discussão do

funcionamento de uma instância superior, no caso aqui estudado, o Estado, que promove projetos políticos rumo às privatizações e, consequentemente, inspirados no neoliberalismo. Entretanto, também é pertinente para pensarmos na constituição do sujeito, bem como nos processos que o objetivam e subjetivam e na ética do cuidado de si, isto é, nas práticas exercidas pelo sujeito em sua relação consigo mesmo e com o Estado e seus projetos políticos, o que pode visibilizar a questão do neoliberalismo não só enquanto sistema político, mas como modo de vida atuante na subjetividade.

Seguindo ao problema do Estado e da população, observamos a concepção de biopolítica (Foucault, 2022) que, atrelada ao biopoder, regula vidas em uma forma de governo anátomo-política que incide nos corpos dos vivos, inclusive advindo de estratégias disciplinares e de docilização. Em outras palavras, a biopolítica nomeia práticas institucionais-estatais orientadas pelo exercício “positivo” de governo da vida voltado para a população, positivo por apresentar uma manutenção das vidas por meio de políticas que selecionam uns de outros, fazendo viver e deixando morrer, uma forma de assumir o controle da população (Foucault, 2008b).

Visando esta forma de promover políticas, pensamos na ascensão do neoliberalismo nas políticas exercidas pelo Estado brasileiro e em uma subjetividade constituída em direção ao *homo agens*, o humano-indivíduo responsável pelos seus atos e que faz para melhorar sua situação real (Dardot; Laval, 2016, p. 139). O termo “indivíduo” é relevante para adentrarmos uma formação de sujeito individual, com subjetividade individualista, seja na relação consigo mesmo, seja na relação com os outros. Aqui, podemos refletir sobre o declínio da coletividade rumo ao sujeito empreendedor de si, haja vista que:

[...] a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016, p. 9).

Esta concepção de subjetividade individualista remete à função do Estado, uma vez que, na perspectiva do neoliberalismo, ela é modificada para a total desvinculação

estatal das políticas públicas, priorizando o mercado. Desta forma, um Governo fundamentado no neoliberalismo volta-se à função de vigília do “direito privado”, ao passo que se distancia de investimentos públicos. Além disso, há forte impacto nos discursos oficiais políticos, bem como nas propostas oferecidas à população, sendo comum encontrarmos a dissociação da função institucional de “investir nas áreas de Saúde, Educação e Trabalho”, sob a afirmação de que cada um responde por si e obtém aquilo que luta para ter.

Um dos exemplos disso, no Brasil, está no discurso do ministro da Educação Weintraub, nomeado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019, permanecendo no cargo até junho de 2020, exonerado após fazer declarações denunciadas como anti-democráticas ao pedir a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por motivações de divergências políticas. Nas palavras dele: “O ENEM *não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores*” (Weintraub, 2020), situando que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é o vestibular que seleciona candidatos do país inteiro às universidades públicas. Questionado se o Ministério da Educação (MEC) adiaria o exame por conta da pandemia COVID-19³¹, considerando as recomendações de distanciamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os impactos que o não-adiamento da prova provocariam a inúmeros candidatos, o ministro argumentou que a função do ENEM não era voltada às questões de “injustiças sociais” (em destaque), mas sim para selecionar “os melhores” (em destaque) às universidades.

Para uma análise deste enunciado em perspectiva foucaultiana, inúmeros fatores devem ser levantados, mas o que destacamos aqui é a hipótese do domínio associado ao neoliberalismo, no caso, a negação das pautas das injustiças sociais pelo Estado e a manutenção da seleção de candidatos ao Ensino Superior. Como já colocamos, as políticas de um Governo neoliberal apoiam-se no rompimento do papel do Estado como investidor aos serviços públicos, o que pode ser visualizado no exemplo dado. “Os melhores” aponta, também, à meritocracia, que é muito encontrada associada ao neoliberalismo, por definir que o indivíduo deve se esforçar e “ser o melhor” para ter alguma coisa, isto porque ele é responsável por si mesmo e pelos seus acessos.

Nesse sentido, visualizamos o empreendedorismo de si, complementando o estudo dos domínios associados ao neoliberalismo e que pesquisaremos como possíveis

³¹ Segundo o Ministério da Saúde, é uma doença infecciosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2, um tipo de vírus da família dos coronavírus, que atingiu o mundo em 2020, tendo sido detectado, pela primeira vez, em 2019, na China (Brasil, 2020).

atuantes na constituição da subjetividade, observando a pertinência da relação entre os enunciados do discurso de meritocracia, o empreendedorismo de si e o neoliberalismo para pensarmos discursivamente nesta subjetividade.

Cabe declararmos que não podemos definir um tempo histórico de estrita separação de práticas liberais às neoliberais, até porque, considerando o liberalismo e o neoliberalismo caracterizando tanto determinadas políticas, quanto os sujeitos, reconhecemos a existência de um discurso heterogêneo, o que igualmente consideraremos na nossa pesquisa. Explicitamente, o neoliberalismo nem sempre foi uma questão documentada em alguns tempos históricos no país, mas há a hipótese de estar na subjetividade do sujeito (e não em um único tempo), ainda que esse debate tenha sido mais presente nos últimos anos, posto que o discurso do indivíduo dito como útil e produtivo é componente do pensamento neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Partindo aos debates acerca disso, o próprio Foucault, ao longo de sua produção, estudando a biopolítica, discorreu sobre o neoliberalismo, o pensando como uma governamentalidade (Foucault, 2022) condutora do sujeito ao empreendedorismo de si. Assim, o individualismo intensificado do neoliberalismo declina o liberalismo, configurando os ideais do Estado Mínimo, por um Estado que não investe em políticas públicas à medida que se orienta pelo discurso do fortalecimento do mercado, em defesa da realização de privatizações e ditas “flexibilizações” que “cessam bruscamente a função de Estado-investidor a acessos públicos”.

De forma mais explícita, a questão da *economia de mercado* como possivelmente prioritária ao governo já era aparente. Em *Nascimento da Biopolítica* (2022), ao tratar sobre o governo dos corpos e das vidas, o autor coloca o neoliberalismo como distinto do então denominado liberalismo (com influência de Adam Smith), conforme:

Para o neoliberalismo, o problema não era um absoluto saber, da mesma maneira que no liberalismo do tipo Adam Smith, no liberalismo do século XVIII, como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o do mercado. *O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado.* Não se trata portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (Foucault, 2022, p. 177, grifos nossos).

Destacamos o que seria, nas palavras do filósofo, o “problema do neoliberalismo”, considerando a emergência deste em perspectiva mundial, tendo em vista os projetos políticos que surgiram entre as décadas de 1970 e 80 (anos de intensa atividade intelectual de Michel Foucault), por exemplo, na França, quando as críticas ao stalinismo e aos modelos totalitários eram presentes até mesmo para o autor (Dean; Zamora, 2021). Desta forma, o neoliberalismo surgia como uma “terceira via”, sob a promessa de uma liberdade jamais vista, a saber, a base à liberalização e protecionismo lucrativo ao mercado.

Desde seu ápice e ao decorrer do tempo, o neoliberalismo tornou-se alvo, dentre tantas as possibilidades discursivas voltadas à sua conceituação, de críticas e, em uma visão arquegenealógica, essa possibilidade “de problematizar” e mesmo refutar o funcionamento do neoliberalismo se faz indissociável da história e da memória do objeto, como já vimos anteriormente. É nesse sentido que Dardot e Laval (2016) colocam o problema para além da estruturação de um sistema político-econômico, para além das estratégias de mercado, apontando para a subjetividade neoliberal: esta que está em nossas práticas, especificamente, em nossa competitividade e individualidade, nos afastando, cada vez mais, das demandas da coletividade.

Desta maneira, é equivocado pensar na crise do liberalismo enquanto o fim dos ideais individualizantes, pois ela surge, na realidade, com o fortalecimento desses ideais, como visto inicialmente no século XIX, nos Estados Unidos e na Alemanha. As estratégias de mercado eram concorrentes, não representadas pelas velhas pautas da indústria, o que reconfigurou o capitalismo histórico, deixando de fundamentá-lo na harmonia econômica e passando à expansão do mercado, motivado pelo discurso individualista como fundamental ao crescimento da potência econômica.

Eis, então, o surgimento de uma nova subjetividade: a neoliberal, observada no governo de si e dos outros em práticas que elevam a individualidade. Salientamos, ademais, a contradição entre liberais contemplados pelo princípio da reforma social e liberais que defendiam a liberdade individual como foco de todas as coisas, o que foi ganhando o espaço como pauta do mercado, admitido como uma grande oportunidade de crescimento. Dito isto, nas ideias de Foucault (2022), vivenciamos uma crise da governamentalidade liberal, possibilitando a aparição de inúmeros governos na ótica neoliberal.

Reiteramos que o governo aqui referido engloba tanto as práticas do Estado, por exemplo, na questão da biopolítica, quanto nas práticas dos sujeitos. A respeito desse

“governar”, Dardot e Laval (2016) apontam a chegada da “governança empresarial” à “governança do Estado” por um discurso das necessidades da globalização. De acordo com os autores, isso motivou a produção de uma subjetividade empresarial, de autogerenciamento e, por consequência, dissociada de investimentos político-sociais. É deste modo que a racionalidade neoliberal se apresenta como norma de conduta, estabelecendo, como efeito de verdade, o “espírito de concorrência”:

O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra — capitalismo. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

No Brasil, podemos pensar em acontecimentos que trazem à visão tal racionalidade neoliberal, como o crescimento de projetos de governo que enunciam a individualização enquanto traço primordial ao crescimento econômico, propondo o fim de serviços públicos e mudanças nos direitos do trabalho, destacando o mercado como prioridade (é o caso do congelamento de investimentos públicos em 2016/PEC 241 e da reforma trabalhista de 2017/flexibilização da CLT).

Por isso, buscamos enunciados em fontes como documentos estatais e pronunciamentos oficiais de membros políticos nas mídias, como no caso do ministro da educação aqui citado, enunciados estes que colocam em questão uma racionalidade neoliberal que ultrapassa o domínio de economia política, rumo a um domínio da economia de mercado como modo de existência, de auto-regência, modo de cuidar de si. Em suma, buscamos selecionar enunciados de propagandas governamentais e discursos polêmicos de políticos influentes ao Brasil, especialmente no recorte temporal de 2016 a 2022, que colocam em questão os objetos discutidos: o neoliberalismo e o empreendedorismo de si e dos outros.

2. AS EMERGÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO

Esta seção aborda os diversos contextos históricos e políticos que emergiram e emergem o neoliberalismo, de forma mais específica à arquegenealogia de Michel Foucault, considerando os acontecimentos que configuram o objeto no discurso, ou seja, a *acontecimentalização*.

Portanto, no primeiro tópico, *Por uma genealogia do (neo)liberalismo*, com aporte em Foucault (2022), discorremos sobre o neoliberalismo enquanto nova razão de Estado e a economia de mercado na constituição do *homo oeconomicus*, abordando os processos de objetivação e subjetivação do sujeito econômico frente ao neoliberalismo.

Posteriormente, discutiremos *O Neoliberalismo à brasileira*, dispondo acontecimentos que emergem o neoliberalismo no país e considerando as influências do neoliberalismo norte-americano na historicidade do objeto neoliberal no Brasil, o que vem se alastrando na contemporaneidade.

Para esta seção, nos pautamos também em Achard (1999), Bobbio (2005), Brown (2019), Courtine (2009), Dardot e Laval (2016), Fonseca e Silva (2020), Franco (et al., 2021), Foucault (1988, 2002a, 2008a, 2008b, 2009, 2010, 2012, 2018, 2019), Guilhaumou (2009), Laval (2020), Locke (1999), Mairutti (2021), Mirowski (2013) Porto (2009), Silva (2011), Soares (2001) e Tavares e Melin (1998).

2.1 Por uma genealogia do (neo)liberalismo³²

2.1.1 A nova razão de Estado

O que veio à luz – é o que procurei mostrar – foi uma arte absolutamente específica de governar, uma arte que tinha sua própria razão, sua própria racionalidade, sua própria ráio.

[Segurança, Território, População – Michel Foucault, p. 383]

Nesta seção, discorreremos sobre aspectos cruciais da obra *Nascimento da*

³² Utilizamos *(neo)liberalismo* em determinados momentos da tese para discorrer acerca dos estudos que dizem respeito, em *Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2022), tanto do liberalismo, quanto do neoliberalismo – considerando que não há uma ruptura temporalmente marcada.

Biopolítica (Curso no Collége de France de 1978-1979), a fim de traçar de que modo a genealogia do neoliberalismo – disposta por Michel Foucault na obra – culmina em reflexões contundentes aos estudos da racionalidade neoliberal. Compreendemos o neoliberalismo como constituinte de um modo de existência, que chamamos aqui de empreendedorismo de si, o que dialoga com o que Foucault (2022) apresentou como *homo oeconomicus*.

Ademais, a respeito dos liberalismos e neoliberalismos entre Europa e América, Foucault dissertou acerca da governamentalidade como ponto crucial de distinção e de práticas político-discursivas que englobam tanto o Estado quanto a constituição de um sujeito particular. Constatamos que a relação entre governamentalidade e subjetivação é indissociável – configurando a sociedade civil, questões que envolvem leis e direitos e definições de liberdade “conquistadas” e úteis ao sujeito neoliberal. A questão que nos debruçamos, neste ponto, é: *como se deu a emergência da racionalidade neoliberal?* *Como e quando ela se apresenta como problema no discurso?* Esta, que ultrapassa a definição de sistema econômico, constituindo modos de existência que captam o utilitarismo e a economia de mercado como pilares éticos do “governo da própria vida”.

Embora associados, o neoliberalismo e a racionalidade neoliberal são considerados objetos discursivos distintos nesta tese. Portanto, cabe nos aprofundar nas singularidades do neoliberalismo, explorando a questão da multiplicidade do objeto, sob a hipótese de que os últimos acontecimentos no Brasil emergiram uma nova razão, racionalidade, cujos domínios associados demonstram aspectos que também são existentes em outros países americanos – especialmente nos Estados Unidos. Trata-se, sobretudo, de novas formas de governar a si e aos outros.

Por “governamentalidade”, entendemos:

o conjunto constituído por instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial aos dispositivos de segurança (Foucault, 2010, p. 144).

A governamentalidade é imprescindível para a compreensão do neoliberalismo e sua formação discursiva, uma vez que este apresenta-se como uma forma de governo específica, uma “arte de governar” (Laval, 2020). Portanto, o que pretendemos é apresentar os aspectos do governo neoliberal na atualidade, passando pelos movimentos

teóricos e acadêmicos, até a biopolítica existente no Brasil nos últimos anos, especialmente durante a alta das mortes por COVID-19, sob o discurso negacionista do Governo Federal e atraso da chegada das vacinas.

Também ressaltamos os acontecimentos em torno do neoliberalismo, especialmente sob viés americano, destacando as suas singularidades em relação a outros neoliberalismos, por exemplo, o neoliberalismo europeu, com destaque para o alemão. Por meio dos enunciados selecionados para a pesquisa, apresentamos a delinearção do neoliberalismo no Brasil e seus domínios associados, tais como: a antidemocracia, o negacionismo e a falsa visão de interferência “mínima” do Estado, o que proporciona uma visão distinta de liberdade, ao encontro da definição foucaultiana de *homo oeconomicus*.

Quando falamos em emergência do discurso, podemos partir para a questão *do que mobilizou o objeto a ser colocado como problema discursivo*. Já mencionamos, acerca do neoliberalismo, o acontecimento do *Colóquio Walter Lippmann* (1938), motivado pela crise econômica dos anos 1930, que reuniu, na França, teóricos sob o intuito de “reorganizar e renovar o pensamento liberal contemporâneo” (Mairutti, 2021, p. 2). Todavia, tal como a heterogeneidade do que é dito, os acontecimentos que colocam à vista o neoliberalismo são e foram diversos.

Mairutti (2021) coloca outro encontro marcante – ocorrido em 1947, quase dez anos após o Colóquio, que foi a fundação da *Sociedade Mont Pèlerin*, em um contexto de pós-guerra, reunindo economistas, filósofos e demais estudiosos do liberalismo. O movimento frisava os ideais libertários para o mercado e também à liberdade de expressão, o que na época pode ter sido consideravelmente “inovador”, tendo em vista o contexto “divisor” e caótico após a Segunda Guerra Mundial. Um dos grandes nomes que se destacam nos estudos econômicos até os dias de hoje, que estava presente na fundação, é o de Hayek³³, bastante ativo na defesa do neoliberalismo.

Sabemos que o prefixo “neo” indica “um novo liberalismo”, todavia, ainda entre

³³ De acordo com Vivanco (et al., 2022, p.1) “Friedrich August von Hayek foi um economista, filósofo austríaco naturalizado britânico que adentrou os mundos psicológico, econômico e político, se tornando um dos maiores representantes da escola austríaca de economia. Considera que o Estado é incapaz de possuir o conhecimento total de modo a fazer as escolhas mais eficientes, acreditando que as pessoas buscando sua melhoria de vida individualmente alcançariam uma melhor organização para a sociedade. Em economia institucional, Hayek defende que a política econômica deve criar uma estrutura para que cada indivíduo tenha liberdade de escolha, agregando possivelmente com seu conhecimento, o rendimento. Em determinado momento chega à conclusão que em determinadas ocasiões efeitos indiretos de ações governamentais podem produzir benefícios sociais, sem contradizer”.

Vivanco, Guilherme Aguar, et al. Políticas públicas numa sociedade liberal segundo Hayek. In: 32º SIC – Seminário de Iniciação Científica da UDESC, 32, 2022, *Anais...* Florianópolis-SC, p. 1-2.

os teóricos que dissertam sobre o tema, esse “novo” não é compreendido da mesma maneira. Há, sobretudo, uma tentativa de formular o que seria uma nova forma de governar, cujo cerne da problemática está em como os autodenominados neoliberalistas concebem o Estado.

O final do século XIX testemunhou um rápido deslocamento do centro de gravidade do pensamento liberal das noções associadas ao *Laissez Faire* para uma posição mais centrada na justiça social, na proeminência da igualdade e em uma concepção positiva de liberdade. Este movimento passou a ser conhecido como novo liberalismo, liberalismo social ou liberalismo dos reformadores sociais. Mas, dentro do campo liberal, esta corrente encontrou resistência de um diminuto - mas bastante aguerrido - grupo de liberais hostis a qualquer interferência significativa sobre as relações de propriedade e contrários a qualquer política pública muito intervencionista, que tente orientar a economia na direção de um Estado de bem-estar social. Esta é a vertente apodada de “neoliberal”, da qual Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek são os principais ícones (Mairutti, 2021, p. 2-3).

Vemos que, no próprio movimento, não há absoluto consenso sobre o que seria a “liberdade” enunciada já no liberalismo. Entre os teóricos, essa liberdade pode associar-se ao mercado e também à liberdade do próprio sujeito, mas é o *como* se daria a liberdade de mercado que possui divergência no âmbito teórico-acadêmico. Daí surge o debate do Estado Mínimo, isto é, que não apresente, em teoria, quaisquer interferências sociais, ainda que diante de demandas populacionais, como vimos no fragmento acima.

Essa visão proveniente do “grupo de liberais hostis” (cf. Mairutti, 2021, p. 3), diz, acima de tudo, sobre *qual o papel que o Estado deve assumir e como ele deve governar*, considerando a reivindicação à dissociação estatal em relação ao mercado. Eis, então, o interesse maior do neoliberalismo nas esferas político-econômicas, debatidas, refutadas ou, ainda, defendidas por grupos de teóricos que discordam entre si. Um ponto crucial aqui é esta discordância, explícita nos dias de hoje, visto que o cenário brasileiro atual divide-se mesmo em se tratando de políticas liberais e neoliberais, vide explosão de partidos políticos que, do ponto de vista discursivo, enunciam o neoliberalismo – dadas as orientações político-partidárias – de diferentes formas. Todavia, toda essa conjuntura emerge de práticas e noções outroras de governo neoliberal.

Partindo ao *Nascimento da biopolítica*, por exemplo, Foucault (2022) se debruça em uma genealogia dos (neo)liberalismos, destacando o modelo neoliberalista alemão e o norte-americano. E inicia o curso pontuando sobre a arte de governar, concepção

necessária ao entendimento das diversas governamentalidades (para além da prática governamental legitimada como real, isto é, a estatal). Em suas palavras:

“Governo” portanto no sentido estrito, mas “arte” também, “arte de governar” no sentido estrito, pois por “arte de governar” eu não entendia a maneira como efetivamente os governantes governaram [...] Quis estudar a arte de governar, isto é, *a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar* (Foucault, 2022, p. 4, grifos nossos).

O que podemos afirmar, partindo dos escritos foucaultianos, é que governar abrange tanto as práticas econômicas estatais quanto o modo que o sujeito é objetivado pelo Estado, em se tratando da temática que debatemos, bem como o modo que o Estado e o sujeito são objetivados no discurso e em suas práticas e condutas. A respeito do governo estatal-institucional (neo)liberal, Foucault (2022, p. 9, grifos nossos) coloca que:

[...] o Estado, ou melhor, o governo segundo a *razão de Estado*, em sua política externa, digamos em suas relações com outros Estados, se dá um objetivo limitado, ao contrário do que havia sido o horizonte, o projeto, o desejo da maioria dos governantes e dos soberanos da Idade Média, a saber: colocar-se com respeito aos outros Estados nessa posição imperial que lhe daria, na história e na teofania ao mesmo tempo, um papel decisivo. Em compensação, com a razão de Estado, admite-se que cada Estado tem seus interesses, que tem, por conseguinte, de defender, e *defender absolutamente, seus interesses*.

Razão de Estado assume a existência de uma *ratio* (racionalidade) nova, que Foucault (2022) distingue ao comparar os governantes da Idade Média, com suas pretensões de expansão de “respeito” (até por meio da imposição) a outros Estados e os Estados que se diferenciam em seus interesses, enquanto se dispõem num jogo de defesa destes. Logo, a razão de estado neoliberal é incluída nesse viés, nessa “nova arte de governar” que cria outras estratégias de defesa absoluta do que dita as suas necessidades.

Interligada à esta razão está a questão do que se entende por direito nesses Governos, em certa desvinculação para com juristas e representantes legislativos, algo demasiadamente existente na atualidade, isto é: a linha limítrofe entre o que se considera ilegal ou legal nas condutas de governantes, nas apologias, nas práticas político-estatais como um todo. O que seria, então, legítimo ao atendimento dos

interesses estatais? E ilegítimos? De que modo os Estados (neo)liberais regulam o seu campo de atuação e, além disso, como se comportam em suas relações com as leis e os direitos? Sobre os limites do direito inseridos na razão do Estado, o filósofo aponta:

Limites de direito exteriores ao Estado, à razão de Estado – isso quer dizer, primeiramente, que os limites que se procura pôr à razão de Estado são limites que vêm de Deus ou que foram estabelecidos de uma vez por todas na origem, ou que foram formulados numa história remota. Dizer que são extrínsecos à razão do Estado quer dizer também que eles possuem um funcionamento de certo modo puramente limitativo, dramático, pois, no fundo, só se objetivará o direito à razão de Estado quando a razão de Estado houver ultrapassado esses limites de direito, e é nesse momento que o direito poderá definir o governo como ilegítimo, poderá lhe objetar suas usurpações e, no limite, até mesmo liberar os súditos do seu dever de obediência (Foucault, 2022, p. 14, grifos nossos).

Isso pode ser pensado em relação ao cenário brasileiro. Quando o então presidente Jair Messias Bolsonaro, respondendo à instância estatal (como governador federal), e mesmo anteriormente, como candidato e deputado, realizou inúmeros pronunciamentos polêmicos e amplamente publicizados midiaticamente, se colocando como a favor da guerra civil para a “melhoria do país”³⁴, elevando a ditadura militar e as ações de um dos torturadores³⁵, enunciando “fuzilar a petralhada” (menção ao Partido dos Trabalhadores e possíveis apoiadores e vinculados)³⁶ e se direcionando a outra deputada em duas ocasiões, com o comentário de que “não a estupraria porque ela não merece”³⁷.

³⁴ “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente” (Bolsonaro, 1999). Em: *Carta Capital*. Bolsonaro em 25 frases polêmicas, 2018.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

³⁵ “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (Bolsonaro, 2016). Em votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, uma das vítimas da ditadura militar, na Câmara. Em: *Carta Capital*. Bolsonaro em 25 frases polêmicas, 2018.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

³⁶ “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá” (Bolsonaro, 2018). Bolsonaro falava em ato de campanha no centro de Rio Branco, em campanha eleitoral [...] simulando uma arma de fogo com as mãos. Em: *Carta Capital*. Bolsonaro em 25 frases polêmicas, 2018.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

³⁷ “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (Bolsonaro, 2003; 2014). A frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara em 2003,

Diante de tantos enunciados associados às violências diversas como práticas legítimas e vinculadas à razão de Estado (compreendendo aqui que todos os que compõem esse lugar institucional o enunciam) questionamos, então, por quais motivações tais pronunciamentos não foram criminalizados consequentemente se, em se tratando de direito, encontramos, no Código Penal, o “Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa” (Brasil, 1940).

Como observado, já antes de chegar à presidência, enquanto deputado, inúmeras vezes, violências diversas foram enunciadas como condutas elevadas e legais, contrariando o Código Penal que qualifica como crime “apologias a crimes”, incluindo a exaltação de criminosos. Ainda assim, os referidos pronunciamentos não foram sequer absolvidos, pois nunca foram julgados como ilegais, ainda que exista embasamento para tal (o artigo). O acontecimento vai ao encontro do que Foucault (2022, p. 14) ressalta acerca da razão de Estado, sua “gestão de legalismos” e os limites de direito que, se não questionados quando ultrapassados, “liberam seus súditos”, legitimando as condutas de “desobediência das leis e códigos”.

A liberação dos súditos é um fator associado à ideia do liberalismo e, também, do neoliberalismo, pois eis uma nova razão de mundo, de Estado, de racionalidade estatal e que ultrapassa, além disso, essa instância, constituindo subjetividades. A questão da *liberdade* é apontada, aqui, como ponto crucial para a compreensão do que seriam os limites de direito em um Estado neoliberal. Não só no Brasil, mas nos Estados Unidos, por exemplo, em pronunciamentos de Donald Trump, presidente do país, vemos que a lei e os códigos não determinam limites para o que é discursivizado, mesmo que seja contra a vida e integridade de pessoas de certos grupos.

Nos deparamos, então, com uma questão particular da racionalidade governamental moderna, conforme:

[...] e aí creio que somos obrigados a constatar uma transformação importante que vai, a meu ver, caracterizar de modo geral o que poderíamos chamar de razão governamental moderna. Em que consiste essa transformação? Pois bem, numa palavra, ela consiste na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que já não lhe seja extrínseco como era o direito do século XVII, [mas] que

dante de vários jornalistas, depois repetida em 2014. Em: *Carta Capital*. Bolsonaro em 25 frases polêmicas, 2018.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

vai ser intrínseco a ela. Regulação interna da racionalidade governamental (Foucault, 2022, p. 14-15).

E, ao questionar o que é essa regulação, disserta:

[...] essa regulação será uma regulação, uma limitação de fato. De fato: isto é, não será uma limitação de direito, ainda que o direito se ache na obrigação, um dia ou outro, de transcrevê-la em forma de regras a não serem transgredidas. Em todo caso, dizer que é uma limitação de fato quer dizer que, se o governo vier a atropelar essa limitação, a violar essas fronteiras que lhe são postas, não será ilegítimo por isso, não terá de certo modo abandonado sua essência, não se verá destituído de seus direitos fundamentais (Foucault, 2022, p. 15).

As colocações de Foucault (2022) sobre a regulação estatal defronte às leis e a questão do direito é imprescindível para compreendermos como o Estado se configura inserido na racionalidade neoliberal. Dentre as suas práticas, ao “violar as fronteiras das leis”, em vez de abandonar o ofício de Governo (legítimo), reafirma seu lugar – e eis a rádio de estado. Embora tenhamos, ainda, a enunciação constitutiva de um discurso jurídico, esta não deslegitima a razão estatal, como “ordem maior” e de algum modo autônoma, que pode, portanto, “atropelar os limites da lei”.

Constitutivas dessa regulamentação, outras características devem ser observadas na governamentalidade estatal (neo)liberal, como, por exemplo, o denominado *governo frugal*, isto é, norteado pela ideia de interferência mínima, especialmente, no que diz respeito à liberdade do mercado. É, de forma explícita, “a razão de governo mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado” (Foucault, 2022, p. 38) e é por meio da frugalidade que o discurso do Estado mínimo emerge, enunciando a imprescindibilidade da não-interferência na liberdade do mercado, uma vez que o mercado assume um lugar de potência/avanço a níveis nacional e internacional: é pelo funcionamento do mercado que a identidade nacional é apresentada ao mundo.

Interligada ao mercado está a empregabilidade e, ao se tratar de liberdade ao mercado, todos os setores atrelados às necessidades básicas da população. Assim, desvinculando-se do seu papel de intermediador do mercado, o Estado (neo)liberal não se preocupa com os investimentos públicos – por exemplo, no âmbito da saúde, da educação e da segurança. Todavia, o mercado ocupa esse papel, por meio de Organizações Sociais e serviços terceirizados. Nesse sentido, hospitais e escolas são regidos sob a ótica mercadológica-empresarial. Eis a diferença crucial entre um Estado

que conduz o mercado e seus limites e um Estado atrelado ao (neo)liberalismo, conforme:

A partir da nova razão governamental – e esse é o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão de Estado mínimo –, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto de indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados aos interesses de todos. *O governo só se interessa pelos interesses* (Foucault, 2022, p. 60, grifos nossos).

No Brasil, a ordem neoliberal não emerge exclusivamente em uma dada época, como vimos aqui, após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Em outros termos, uma análise que estabelece um tempo cuja emergência do objeto funda discursos é uma análise que desconsidera as implicações anteriores e mesmo posteriores que delineiam esse objeto. Assim, encontramos discurso neoliberal em diversos recortes de tempo e em diversos Governos ao longo da história do país, inclusive na vigência do Governo do Partido dos Trabalhadores, liderado por Lula.

É, ainda, relevante frisar que o objeto do neoliberalismo tem, no Brasil, emergências discursivas contraditórias, uma vez que não se pode estabelecer propriamente uma ruptura marcada temporalmente com o liberalismo, este que consubstanciou a ascensão do “novo governo”. Deste modo, em termos de práticas, por mais que houvesse o discurso em prol do Estado mínimo, havia, simultaneamente a interferência estatal nas condutas do mercado e da população, contradição recorrentemente apontada nos estudos do neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016).

Partindo, agora, das inúmeras emergências que configuram o neoliberalismo no Brasil, observemos, no enunciado a seguir, retirado da íntegra do Discurso de Posse de Fernando Henrique Cardoso (em 1995), como é visibilizada a questão da empregabilidade:

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O Governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido. E se jogará por inteiro no grande desafio — que é do Brasil e não é apenas desta ou daquela região; que é de todos e não apenas dos excluídos — de diminuir as desigualdades

até acabar com elas (Brasil, 2009, p. 15, grifos nossos).³⁸

A demanda da “geração de empregos”, proposta pelo Governo FHC, associa-se, no discurso de posse, às práticas, isto é, aos programas e ações que o Governo visa para sanar o número de desempregados brasileiros, ainda que esteja em ressalva o processo “não automático” que envolve tornar o crescimento da empregabilidade uma realidade no Brasil. Nos deparamos, aqui, com a elevação de medidas em prol do aumento do número de empregados, mesmo em um Governo que tinha, dentre seus projetos, políticas de privatização em grande escala, seguindo, inclusive, os princípios da economia de mercado neoliberais, destacando a mínima interferência estatal no que se refere às políticas públicas:

Sob o Governo FHC, acentuaram-se as privatizações. Houve leis, decretos e medidas provisórias que não só estenderam as privatizações aos serviços públicos, como também facilitaram e simplificaram o processo de privatização. A Medida Provisória 841, de janeiro de 1995, foi uma das principais. Ela promoveu mudanças na Lei 8.031, de abril de 1990, e criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND) em substituição à Comissão Diretora, com o objetivo de conferir “maior agilidade” às privatizações. Além desta, a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que estabelecia a lei geral de concessões, e a Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, que definiu o novo regime de concessões de serviços públicos, foram outros marcos importantes do governo FHC (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 408-409).

Fernando Henrique Cardoso era do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que, nos anos 1990 até meados de 2000, representava, no Brasil, o maior partido direitista, em contraposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) que, na época, associava-se às lutas por demandas do proletariado. Hoje, todavia, o cenário é outro, constando que no Governo Federal atual, desde 2022, unem-se, em aliança, os mesmos dois partidos: na presidência (Lula, do PT) e na vice-presidência (Alckmin, do PSB)³⁹.

Em 1995, quando ocorreu este discurso, o Brasil vivenciava uma taxa de 14,2%

³⁸ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

³⁹ A aliança entre PT e PSB, os dois adversários partidários estendidos por décadas no país, se deu após o Governo Bolsonaro, cuja eleição desestabilizou o cenário dual entre tais partidos – uma vez que Bolsonaro era do Partido Social Liberal (PSL), ou seja, rompendo com anos de dualidade entre PT e PSDB no poder.

de desemprego⁴⁰, portanto, sendo um dos objetivos indicados pelo Governo FHC as políticas de estabilização, focadas em estabilizar a inflação que assolava os preços no mercado, de forma instável. Durante os anos seguintes do mandato, as políticas de privatização seguiram intensamente, sobretudo, com a aprovação da Medida Provisória 841, que destituiu o Estado do poder de interferir e, portanto, se responsabilizar por demandas públicas. Todavia, sobre a questão do índice de desempregados, a realidade estatística não foi desmentida pelo Governo (ao tomar posse), colocada como uma de suas preocupações, conforme no enunciado: “O Governo estará empenhado em programas e ações nesse sentido” (Brasil, 2009).

Anos após, em 2016, assumia Michel Temer (MDB) a presidência do Brasil, depois do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (PT), julgada e acusada de crime de responsabilidade fiscal. Até 2018, o mandato de Temer perdurou, somando, ao todo, dois anos de duração. Em 2017, diante dos índices de 12,7% de desemprego (bem próximos ao contexto de 1995), em discurso presidencial, ao ser questionado sobre o aumento considerável desses índices, Temer respondeu:

Não é porque o desemprego aumentou. É que o desempregado, quando a economia começa a melhorar, ele, que estava desalentado, portanto não procurava emprego, ele se transforma num alentado, ele vai procurar emprego. Aqueles que procuram emprego, alentados que se acham, aumentam porque a economia está melhorando (Temer, 2018, n.p, grifos nossos)⁴¹.

Aqui, podemos visualizar formas distintas de dois ditos Governos “direitistas” se posicionarem sobre o mesmo objeto – a empregabilidade, no primeiro caso, como um problema de desigualdade social no Brasil, que precisa ser sanado por meio de políticas específicas para tal. Já no discurso do Governo Michel Temer, o tema da alta dos índices de desempregados, em nenhum momento, é colocado sequer como uma pauta institucional-estatal. Em outros termos, não há reconhecimento do número alto de desempregados no país, portanto, não chega a ser uma demanda ao Estado.

Em vez de “medidas para lidar com a alta estatística de desemprego”, configura-se, no discurso, o sujeito “desempregado” que, em seu processo subjetivo, passou de

⁴⁰ Brasil, SEADE. In: Emprego, 1994. Disponível em:

http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/1994/emp/int_emp_94.pdf. Acesso em 25 de abril de 2024.

⁴¹ G1, SP. Temer diz que desemprego não cresceu, mas ‘aumentou número dos que procuram emprego’. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/temer-diz-que-desemprego-nao-cresceu-mas-aumentou-numero-dos-que-procuram-emprego.ghtml>. Acesso em: 26 de abril de 2024.

“desalentado” a “alentado”, o que justificaria os índices por “procura de emprego”. Nesse sentido, ainda que tenhamos dois Governos historicamente identificados como “projetos de direita”, ambos com políticas neoliberais (no que concerne, principalmente, ao conceito de Estado Mínimo), o discurso defronte um mesmo problema levantado é distinto: um ainda reconhece o papel do Estado como mediador (tendo em vista que cita tais medidas), não negando o fato em si, enquanto o outro tem enfoque direcionado ao sujeito brasileiro desempregado, “do desalento ao alento”, corroborando com o que Dardot e Laval (2016) apontam sobre o funcionamento das mudanças na racionalidade neoliberal no que tange à compreensão do mercado:

Se o pensamento austro-americano atribui um papel central ao mercado, é porque o vê como um *processo subjetivo*. A palavra-chave, *mercado*, ainda é a mesma do pensamento liberal tradicional, mas o *conceito* que ela designa mudou. Não é mais o de Adam Smith ou o dos neoclássicos. É um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros [...] O processo de mercado, uma vez instaurado, constitui um quadro de ação que não necessita mais de intervenções – estas só poderiam ser um entrave, uma fonte de destruição da economia (Dardot; Laval, 2016, p. 139, grifos dos autores).

O mercado, então, se estende à subjetividade para além das forças do Estado Mínimo, apresentando-se como uma nova governamentalidade, sobretudo, no que chamamos de governo de si. Essa é uma mudança significativa e que vai ao encontro da problematização em torno do sujeito, este constituído em exercício contínuo de poder, de controle de si, de autogovernança (Foucault, 2009). O que frisamos desse ponto específico é que “governar” não se restringe às ações estatais, muito embora o Estado seja regulador e condutor de condutas:

Não se pode falar do Estado-coisa como se fosse um ser se desenvolvendo a partir dele mesmo e se impondo por um mecanismo espontâneo, como automático, aos indivíduos. O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto de práticas que fizeram efetivamente que o Estado se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo (Foucault, 2008b, p. 369).

A governamentalidade surge como principal aspecto “novo” do neoliberalismo, com uma considerável ressignificação não quanto conceito, mas quanto prática. É dada sua configuração nas práticas de si e no governo dos outros que o neoliberalismo

encontra irrupções de ideais que não mais se centralizam nas privatizações somente, ou na dita “mínima interferência estatal”, indo, agora, em direção ao sujeito que é, ao mesmo tempo, empresário de si, autocentrado e responsabilizado por suas próprias demandas, inclusive no âmbito da acessibilidade ao mercado e às necessidades básicas possibilitadas ou não por seu poder de consumo:

Esse autogoverno tem um nome: *entrepreneurship*⁴². Essa dimensão prevalece sobre a capacidade calculadora e maximizadora da teoria econômica padrão. Todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse “empreendedorismo” humano (Dardot; Laval, 2016, p. 145).

Portanto, a nova forma de governo neoliberal encontra, em seu domínio, o empreendedorismo de si, ultrapassando a definição de liberalismo econômico e consubstanciando um *homo oeconomicus* que não só está dentro dos jogos de poder em esfera estatal, mas em exercício constante de condução de si mesmo. Eis os aspectos do neoliberalismo na atualidade.

Se falamos em multiplicidade do neoliberalismo, entendemos como necessário discorrer acerca de suas concepções distintas. Não se trata, todavia, de traçar uma definição, porque partir a uma definição (única) pressupõe o objeto como homogêneo, o que não é o caso, pelo menos, em perspectiva discursiva.

É certo que o neoliberalismo, assim denominado, emerge como uma proposta de renovação do que conhecemos por liberalismo e, portanto, essa proposta mobilizou inúmeros filósofos, cientistas políticos, historiadores, economistas etc, de inúmeros países. A priori,

[...] por “liberalismo” entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia” entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapõe às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela

⁴² Termo em inglês traduzido em português como “empreendedorismo”.

gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal (Bobbio, 2005, p. 8).

Ao nos referirmos ao liberalismo clássico, nos respaldamos em teóricos como o precursor Adam Smith e posterior John Locke. Em meados de 1759, o teórico escocês polemizou ao defender que o Estado não deveria interferir na economia, posto que as pessoas precisassem realizar seus próprios investimentos (Silva, 2011)⁴³. Em sequência, o influente filósofo britânico que ficou conhecido por suas teorias em defesa da liberdade individual, a qual era atrelada aos “direitos naturais” do ser humano. Este era o princípio jusnaturalista, que Locke (1999) elevava ao afastar as intromissões estatais da liberdade do indivíduo. Acerca deste princípio, Bobbio (2005, p. 8) coloca que:

[...] todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a forma para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros.

Partindo das colocações lockeanas, observamos que já em se tratando do liberalismo, a ligação entre poder estatal e liberdade individual era bastante presente, direcionada aos direitos naturais e à soberania da individualidade. Porém, o problema latente da autorregulação do mercado – enquanto pilar do ideal liberal – foi levantado por estudiosos posteriores, como Foucault ao tratar da ruptura da nova governamentalidade estatal:

O novo governo, a nova razão governamental, não lida com o que eu chamaria de coisas em si da governamentalidade, que são os indivíduos, que são as coisas, que são as riquezas, que são as terras. Já não lida com essas coisas em si. Ele lida com estes fenômenos da política que precisamente constituem a política, com estes fenômenos que são os interesses ou aquilo por intermédio do que determinado indivíduo, determinada coisa, determinada riqueza etc. interessa aos outros indivíduos ou à coletividade (Foucault, 2022, p. 60-61).

⁴³ Sobre o liberalismo de Smith, Bobbio (2005, p. 23) escreve que: [...] Embora possam ser distantes os pontos de partida de cada um deles, tanto em Kant quanto em Smith a doutrina dos limites das tarefas do Estado funda-se sobre o primado da liberdade do indivíduo com respeito ao poder soberano e, e consequência, à subordinação dos deveres do soberano aos direitos ou interesses do indivíduo.

Tendo em vista o deslocamento da razão governamental do liberalismo para o neoliberalismo, lidamos com um Estado que não mais se direciona ao controle do mercado e investimentos em âmbito social, mas um Estado que individualiza – isto é, torna individual a própria instância –, o que, inevitavelmente subjetiva os sujeitos. Vemos, então, a contradição da individualização e do apelo à coletividade quando houver interesses políticos “em jogo”. Trata-se da governamentalidade neoliberal, a que parte da economia de mercado não só nas práticas políticas cotidianas, mas no processo de subjetivar a população, os sujeitos.

2.1.2 A economia de mercado na constituição do *homo oeconomicus*

A sociedade regulada com base no mercado [...] é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca de mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. [...] Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial.

[Nascimento da Biopolítica – Michel Foucault, p. 197]

Como vimos, a governamentalidade neoliberal se constitui da razão de Estado mínimo, especialmente no que tange às intervenções no mercado, que, nessa racionalidade, são ditas mínimas. Nesse sentido, a economia de mercado não se restringe às condutas do mercado em si, mas também a como o Estado lida com a população e como o sujeito é objetivado enquanto alvo desta economia – sua relação com o corpo, com o mérito do consumo, com a própria vida, enquanto empreende a si.

É por meio da gestão da vida (Foucault, 1988), que a economia de mercado ultrapassa os limites do mercado e é presente nos processos de subjetivação do sujeito. Foucault (2022) aborda a questão da economia de mercado de forma intrínseca ao biopoder⁴⁴, que se define pelo poder exercido, de alguma forma, sobre a vida e tudo o

⁴⁴ Em *Segurança, Território, População*, Foucault (2008b, p. 03) define o biopoder como: “Conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política numa estratégia geral de poder. Em

que diz respeito a ela – por exemplo, a gestão do corpo, as disciplinas. Em suas palavras:

Se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos (Foucault, 1988, p. 154).

Interligada à questão da governamentalidade e do biopoder, destacamos a relevância da concepção de biopolítica por Michel Foucault nesta tese, tendo em vista que se trata de um conceito-chave para pensarmos não somente nos diversos desdobramentos do neoliberalismo (do europeu ao americano, por exemplo), mas também pensarmos a constituição de um corpo-mercado, um sujeito que o filósofo redefiniu como *homo oeconomicus*. Enquanto o biopoder é o poder exercido sobre a vida, a biopolítica⁴⁵ são as políticas de regulação dos corpos, da saúde humana e das populações. Por exemplo, os programas estatais de vacinação no mundo todo, quando o coronavírus começou a se espalhar – delimitando quem era e não era prioridade, quais as primeiras regiões seriam vacinadas etc. E se no neoliberalismo o Estado aparentemente perde sua funcionalidade de intervir, como a população tem esse acesso possibilitado?

Para nos aprofundar nessa questão, nos debruçamos na aula do dia 14 de março de 1979, quando Foucault (2022) esmiuçou o (neo)liberalismo que aqui nos importa especialmente: o americano⁴⁶, entendendo que se estende ao experimentado pelo Brasil.

outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”.

⁴⁶ Foram três os principais “elementos de contexto desse desenvolvimento do neoliberalismo norte-americano. [...] primeiro, é claro, a existência do New Deal e a crítica ao New Deal e a essa política que podemos chamar, grosso modo de keynesiana, desenvolvida a partir de 1933-34 por Roosevelt. [...] O segundo elemento é, evidentemente, o plano Beveridge e todos aqueles projetos de intervencionismo social que foram elaborados durante a guerra. [Os pactos de guerra]. [...] Em terceiro lugar [...] todos os programas sobre a pobreza, a educação, a segregação, que se desenvolveram na América desde a administração de Truman até a administração de Johnson e através desses programas, claro, o intervencionismo de Estado, o crescimento da administração federal etc.” (Foucault, 2022, p. 289-291).

Assim, uma série de características exclusivas a este modelo foi levantada, enfatizando que para além de um pensamento político-econômico, o (neo)liberalismo americano é uma forma de pensar e de governar a própria vida – a fábrica do empreendedorismo de si. Em suas palavras:

O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. [...] enquanto num país como a França o contencioso dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, o contencioso nos Estados Unidos entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades. [...] É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos *que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda* (Foucault, 2022, p. 293, grifos nossos).

Seguindo o exposto, podemos pensar se, hoje, essa reivindicação global se faz latente em outros países americanos, como o Brasil. O que é relevante para tal reflexão é a ancoragem à direita e à esquerda, ou seja: seria esse um dos motivos para a dificuldade em traçar o norte dos Governos brasileiros de forma totalmente aderente às políticas de esquerda e direita? Afinal, mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT), que emergiu num contexto de reivindicações dos trabalhadores e se atrelou à esquerda, simpatizando com o marxismo, as políticas liberais existiram.

Por outro lado, se o liberalismo é mais do que um posicionamento político-econômico estatal, ele está nos modos de vida do sujeito, o que corrobora com Dardot e Laval (2016) e Brown (2019) ao discorrerem sobre a guinada do “neo”, cujo rompimento para com a interferência do Estado no mercado é ainda mais latente, mas isso em se tratando dos efeitos de governamentalidade estatal. E na subjetividade, quais seriam esses efeitos? Ambos os autores, concordando com os apontamentos foucaultianos, apontam que essa nova forma de pensar e de ser está nos embates do dia-a-dia, no regime de concorrência, nos individualismos e na objetivação que o próprio sujeito neoliberal faz de si mesmo, como uma empresa, como um *sujeito econômico*, que não é sujeito “da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (Foucault, 2022, p. 197).

Michel Foucault, ainda em *Nascimento da Biopolítica* (2022) reconhece a liberdade de mercado como também ligada ao cuidado de si, ou seja, ao próprio *homo*

oeconomicus, porque não se trata apenas de uma economia de mercado política-estatal, mas a economia de mercado como modo de vida do sujeito: “A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar por causa do mercado” (Foucault, 2022, p. 161).

Essa economia de mercado para além de interna ao mercado atinge seu ápice no neoliberalismo americano. De acordo com Foucault (2022, p. 326, grifos nossos):

[...] a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como *princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais*. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não econômicos, em relações não econômicas, em comportamentos não econômicos, um certo número de relações inteligíveis [...]

Logo, se faz necessário reconhecermos a economia de mercado como constitutiva do sujeito neoliberal. O sujeito econômico é configurado por práticas de cuidado de si e dos outros que o colocam como objeto discursivo na lei de oferta e procura do neoliberalismo. Por exemplo, aquele que faz por merecer alcança resultados, é selecionado numa empresa, “sobe de nível financeiro”, consegue um diploma ou, ainda, a posse de um bem. Mais do que isso, aquele que faz por merecer ocupa um lugar de autogestão da própria vida, esta empreendida, bem disciplinada e útil. É essa questão da utilidade (do ser útil) que fundamenta o empreendedorismo de si – o sujeito-empresário de si mesmo que, aqui, constitui-se do que Foucault (2022) aponta como empreendedorização de si.

Então, nesse viés, o domínio associado *utilitarismo* é presente. A compreensão do termo se dá pela utilidade das práticas no âmbito do poder, por exemplo, a utilidade do panoptismo, da vigília, da gestão e das práticas de subjetivação, que “transformam seres humanos em sujeitos” (Foucault, 2009, p. 231). Assim, o utilitarismo em prol da liberdade econômica do mercado pode ser pensado como uma

[...] linha de tendência que vai caracterizar não apenas a história do liberalismo europeu propriamente dito, mas também a história do poder público no Ocidente. E, por conseguinte, é esse problema da utilidade, da utilidade individual e coletiva, da utilidade de cada um e de todos, da utilidade dos indivíduos e da utilidade geral, é esse

problema que vai ser finalmente o grande critério de elaboração dos limites do poder público e de formação de um direito público e de um direito administrativo. Entramos, a partir do início do século XIX, numa era em que o problema da utilidade abrange cada vez mais todos os problemas tradicionais do direito (Foucault, 2008b, p. 60).

Se o Estado, na visão do liberalismo, tem seu papel reconfigurado, no sentido de não intervir na economia do mercado, qual seria, então, o seu papel? Seria o neoliberalismo na contemporaneidade uma “atualização” do utilitarismo, isto é, o que é utilidade hoje? Acerca dessas questões, tanto Dardot e Laval (2016) quanto Brown (2019) levantam o problema da “pseudo não-interferência estatal”, uma vez que, reafirmando as discussões foucaultianas sobre biopolítica, ou seja, as práticas de regulação dos corpos, quem vive, quem morre etc., ambos os autores vislumbram o papel do Estado, no neoliberalismo, como quem garante a liberdade do mercado. Logo, tal como Foucault (2008b) afirma, o Estado governa para o mercado.

A grande questão do liberalismo no século XIX e do neoliberalismo no XX não é tanto a de saber se o governo e a legislação devem intervir, mas a *de quais intervenções* a ação pública deve utilizar para obter determinados efeitos desejados. É precisamente contra certo tipo de intervenção que, segundo Foucault, aparece, a partir dos anos 1930, um liberalismo novo, que prolonga a arte liberal de governar em outro contexto, mas voltado, ao mesmo tempo, contra as ilusões do puro *laissez-faire*⁴⁷ no domínio econômico (Laval, 2020, p. 62, grifos do autor).

Respondendo a “quais intervenções a ação pública deve utilizar para obter determinados efeitos desejados”, levantamos, ao longo desta tese, as práticas estatais adotadas (na maioria dos casos) no período de 2016 a 2022, entretanto, frisando que tais práticas não se delimitam a este recorte temporal, encontrando ressonâncias nos anos anteriores e posteriores. Isso porque, conforme já dito, a história não é linear e, em nenhum momento, nos cabe, aqui, trazer uma ideia de começo, meio e fim do objeto.

Por exemplo, no Brasil, nos deparamos com um leque de políticas de privatização e também de políticas públicas. Ademais, o discurso neoliberal de “não intervir no mercado em favor da liberdade individual” encontra inconsistências nos governos existentes ao longo dos anos, pois esta “liberdade individual” é limitada ao consumir livremente, ao passo que o mesmo Estado que defende a liberdade do mercado

⁴⁷ Entendemos a expressão *laissez-faire* (em francês) como “deixar acontecer”, isto é, em alusão à liberdade total do mercado no sistema liberal, sem qualquer interferência estatal (Laval, 2020).

é também um gerenciador e regulador do que “é aceitável e o que não é”. Vejamos o enunciado abaixo:

Eu tô aqui porque acredito em vocês. Vocês tão aqui porque acreditam no Brasil. *Não vamos negociar nada. Todos sem exceção têm que ser patriotas* e acreditar e fazer sua parte pra que possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. O povo no poder. Fazer tudo que for necessário (Bolsonaro, 2020, grifos nossos)⁴⁸.

Este é um enunciado retirado de um discurso do então presidente (na época) Jair Messias Bolsonaro em uma manifestação que uniu pessoas que pediam “de volta a intervenção militar”. Ora, se o Governo se colocava, a todo tempo, a favor de medidas “libertárias individuais”, por que a pauta da intervenção de militares? Respondemos esse questionamento reconhecendo que o objeto discursivo – neoliberalismo – vem passando, inegavelmente, por desdobramentos que o colocam, tal como outros objetos, como constituído por contradições. Além disso,

[...] a liberdade de comportamento no regime liberal, na arte liberal de governar, essa liberdade de comportamento está implicada, é convocada, tem-se necessidade dela, vai servir de reguladora, mas para tanto tem de ser produzida e tem de ser organizada. Logo, a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar, ou se o é, só é parcialmente, regionalmente, neste ou naquele caso, etc. *A liberdade é algo que se fabrica a cada instante*. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, [todo o conjunto] de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta (Foucault, 2022, p. 86, grifos nossos).

O discurso de Bolsonaro elucida a complexidade e a contradição estatal neoliberal no contexto histórico brasileiro nos últimos anos – liberdade até que ponto? Por que, se somos livres e individuais, devemos “todos, sem exceção, ser patriotas”? A liberdade de expressão de Adam Smith e Locke, considerados “pais” do liberalismo, desapareceram? Indagações essas que podemos sanar com a concepção de um novo neoliberalismo que tem, em seu domínio e constituição, os ideais antidemocráticos. Segundo Brown (2019, p. 39):

⁴⁸ CNN, Brasil. Congresso, STF e governadores criticam Bolsonaro, que se reúne com generais. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/congresso-stf-e-governadores-criticam-bolsonaro-que-se-reune-com-generais/>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

O ataque neoliberal ao social, que estamos prestes a examinar mais de perto, é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptua e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado (grifos da autora).

Observamos, então, mais explicitamente um objeto que emerge não só em uma conjuntura, desmantelando-se, sendo contraditório e associado a diversos outros objetos discursivos – liberdade econômica, liberdade de expressão, liberdade do mercado, mas também a não democracia, o patriotismo, o saudosismo da intervenção ditatorial no Brasil, a liberação de armas, como veremos mais adiante, ao passo que outras coisas continuam criminalizadas, “sem possibilidade de negociar”, enunciando certo conservadorismo e até reacionarismo, cujo exemplo que podemos pensar é o projeto de lei votado e aprovado pela Câmara, no ano de 2023, mas que foi escrito e submetido em 2007, antes da aprovação do casamento homoafetivo. O projeto tenta impedir o casamento homoafetivo no país, algo que hoje é legitimado nos termos da lei e dos direitos humanos⁴⁹.

Temos, então, a contradição da noção de liberdade individual nos neoliberalismos, constando que, na América, existem irrupções no que se refere ao que seria “governo neoliberal”, com um “novo” pensamento, na realidade, seletivo sobre a liberdade e a não-intervenção estatal. Este fato não só é vivenciado no Brasil, mas também nos Estados Unidos da América, um país que ocupa um lugar de “superpotência” mundial e que elegeu Donald Trump em 2017, cerca de um ano antes de Bolsonaro ser eleito no Brasil. Tal como Bolsonaro, o discurso de Trump marca a ascensão da antidemocracia e a responsabilização do indivíduo, desmantelando-se o Estado intervencionista, reforçando um Governo ainda mais adepto a privatizações em nome do neoliberalismo e do avanço não só econômico, também moral (Brown, 2019).

⁴⁹ Barbiéri; Lima; Holanda. Comissão da Câmara aprova projeto para proibir casamento entre pessoas do mesmo sexo. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/10/comissao-da-camara-aprova-projeto-para-proibir-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo.ghtml>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

O assalto à sociedade e à justiça social nas décadas neoliberais é mais comumente identificado no projeto de desmantelar e depreciar o Estado social em nome de indivíduos livres e responsabilizáveis. Ele atingiu um crescendo institucionalizado no regime de Trump, no qual os órgãos governamentais destinados a conduzir o bem-estar social nos domínios da saúde, serviço social, educação, moradia, trabalho, desenvolvimento urbano e meio ambiente são chefiados por pessoas comprometidas com a comercialização ou eliminação desses bens, e não com sua proteção ou administração (Brown, 2019, p. 40).

É a desmantelagem do Estado como social, isto é, contemplativo de demandas sociais que constitui certa individualização ao sujeito que, por sua vez, é econômico por meio da economia de si, de sua vida, desde suas metas individuais até a sua própria culpabilização frente ao que possui. Para além do “poder de compra”, trata-se do campo de possibilidades de se objetivar como objeto do mercado, cujo corpo deve ser produtivo, com arquétipos estéticos e dóceis, um sujeito que afasta de sua própria realidade o papel funcional do Estado, desmantelando-o de seu cotidiano, de seus acessos, de sua saúde e educação. Em outros termos, o sujeito econômico atrela-se ao que determina como sendo *útil*, independentemente da realidade de classe que esteja inserido. Ao mercado, mesmo as margens ocupam um lugar de oferta e procura, há o consumidor, o sujeito que não só se preocupa em possuir o que lhe é útil, mas que aceita a utilidade das coisas que são discursivizadas como úteis para si. Conforme:

[...] a utilidade de um bem não somente é variável em relação aos indivíduos, mas também difere, para um mesmo indivíduo, segundo a quantidade disponível desse bem no momento que ele aprecia sua utilidade. Um bem amplamente disponível, como o ar, não tem valor algum, ainda que ele seja extremamente útil. Em outras palavras, o valor de um bem se funda no julgamento subjetivo de cada indivíduo quanto à sua utilidade em função de sua escassez no mercado (Franco, et al., 2021, p. 56).

Desta forma, o sujeito econômico constitui-se das práticas de valorização de determinados bens de consumo, considerando que esses bens podem ser materiais ou não. Um carro, por exemplo, é material e, a depender do que se diz de uma marca de carro, um lançamento e o quanto de cobiça é investido discursivamente, elevando o produto, o sujeito passa a desejá-lo para si. Todavia, é esse o mesmo sujeito que para além de ambicionar coisas materiais, ambiciona personalidades, modos de vida, modos de se apresentar ao mundo, cujas condutas são estratégicas e alinhadas ao que se diz acerca do sujeito bem-sucedido, espelho para outros.

Em suma, o que frisamos aqui é que a racionalidade neoliberal é uma razão para além das relações políticas e econômicas estatais, uma vez que está nos modos de ser, de pensar, de se mostrar ao mundo e de existir. Nos enunciados institucionais advindos de representantes estatais, observamos não só o neoliberalismo como a delimitação da função do Estado, bem como suas rupturas em relação à liberalização do mercado. Observamos também a objetivação do sujeito, do brasileiro, como integrante desse domínio de saber, que pratica, que se afirma, que se conduz inserido em uma racionalidade neoliberal, empreendendo a si mesmo.

Tendo em vista a nova ordem ou nova racionalidade neoliberal, o que traremos a partir daqui são os aspectos do discurso neoliberal no Brasil, considerando suas particularidades que o afastam, em alguns pontos, do liberalismo clássico, e aproximam em outros. O mercado, especialmente no que diz respeito ao empreendedorismo, continua colocado como “quem deve ser livre”, mas há contradições sobre a liberdade individual que é pilar do pensamento liberal e neoliberal europeu. Portanto, partimos a uma história não-linear, corroborando com os estudos foucaultianos, rumo à subjetividade do empreendedor de si, disposta no discurso estatal.

2.2 O neoliberalismo à brasileira

Imaginemos, diante de todos os questionamentos apresentados até aqui, a figura de um novelo, cujo delineamento forma um objeto – material, no caso – uma esfera. A linha, então, é o que potencializa e forma esse objeto, isto é, sua espessura e comprimento, bem como sua disposição, por exemplo, é o que materializa o que conhecemos por “novelo”. Todavia, ao observarmos a esfera, não delimitamos ao certo “qual o tamanho dessa linha que o forma”, porque o que vemos é o novelo, e é o novelo em sua completude o objeto identificado, senão nem mesmo a sua nomeação estaria em questão.

Apesar de termos o objeto “novelo” identificado materialmente, nem todos os novelos possuem as mesmas cores, tamanhos e texturas. Ainda assim, continuam sendo identificados como “novelos”, porque existem possibilidades a um mesmo objeto – um novelo azul não anula a existência de um novelo verde – e, assim, podemos pensar, metaforicamente, a multiplicidade do que é dito, do que é objeto discursivo. O mesmo pode ser refletido acerca da pluralidade do neoliberalismo – este objeto discursivo que

possui inúmeras linhas, o que o torna múltiplo e, ao mesmo tempo, constituído a por meio dessa “sobreposição” de linhas que o formam.

Em outras palavras, o neoliberalismo é um objeto plural, múltiplo. Por exemplo, na perspectiva foucaultiana, ele emerge de forma relevante aos desdobramentos dos modos de governar – e na governamentalidade – que, cabe enfatizarmos, não se restringe às práticas estatais, mas ao governo de si e dos outros – amplamente – isto é, trata-se das práticas cotidianas do sujeito frente às suas relações consigo, com o Estado e com os outros (Foucault, 2010). De forma mais aprofundada, o termo refere-se ao

conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos (Foucault, 2019, p. 143-144).

Se Foucault pensou o problema conforme exposto acima, há, ainda, abordagens que se distinguem no discurso – neoliberalismo como liberdade, neoliberalismo como privatizações, neoliberalismo como modo de vida, como estritamente a economia de mercado etc. Assim, o objeto não pode ser pensado como disposto em uma linearidade histórica e discursiva, tendo em vista que, em nosso método de estudo, não há pretensão de traçar uma história linear do neoliberalismo, mas sim escava-lo rumo à reflexão dos efeitos de verdade que atuam na subjetivação do empreendedor de si. Então, afinal, por que pensarmos com tanta complexidade o neoliberalismo? Porque aqui, partimos de uma série de questionamentos – imprescindíveis à problematização do objeto -, principalmente no que tange ao “empreendedorismo de si” como domínio associado do neoliberalismo. Em suma, problematizar é fundamental para a concepção de discurso e, consequentemente, para uma análise discursiva que comprehende a história do presente.

Portanto, faz-se necessário vislumbrarmos, primeiramente, a descontinuidade deste objeto – não se trata de um regime político estatal apenas, nem da bandeira de determinado partido político, se trata de práticas que elevam, sob a denominada liberdade, uma subjetividade que empreende a própria vida: as relações humanas, o mercado de trabalho, até mesmo aspectos ditos como pessoais – os valores estéticos

relacionados aos corpos, e motivacionais, como uma vaga alcançada, um curso completado, o número de seguidores nas redes sociais, até o que se quer consumir etc.

Se pensarmos na concepção de neoliberalismo, em viés discursivo, devemos considerar a constituição das associações que mobilizam os seus efeitos de verdade, além das condições de possibilidade do que é dito sobre. É nesse ponto que podemos ver a relevância da história e da memória para a constituição do discurso, no caso, o discurso neoliberal. A história, não sendo vista pela perspectiva tradicional, somada à memória do que é dito, estão na *monumentalização* para a compreensão de acontecimentos que emergem enunciados em diversos tempos, e também no tempo presente (Foucault, 2019). Assim, *monumentalizar* é um exercício imprescindível ao estudo arqueológico, pois “fazer uma arqueologia” é não tratar

o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento (Foucault, 2019, p. 169-170).

É dada a *acontecimentalização* que pensar o monumento é possível, uma vez que o acontecimento é o que rege o que pode ser dito, ou seja, a regularidade e dispersão dos enunciados que configuram o discurso (Foucault, 2019). Guilhaumou (2009) discorre acerca do acontecimento ressaltando o que o possibilita e, por consequência, o que o resulta. É essa dinâmica de possibilidade e acontecimento que configura a *acontecimentalização* e, por sua vez, é aí que o discurso tem a sua regularidade: suas próprias regras, os domínios associados ao objeto, as linhas do dispositivo e, enfim, a constituição do arquivo. Então, escavar o arquivo, a exemplo, do neoliberalismo no Brasil, é observar, minuciosamente,

[...] as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados. Aliás, o arquivo de uma época não é nunca descritível na sua totalidade, ele se dá a ler por fragmentos: sua descrição é sempre aberta, ainda que a frase historiográfica se esforce em fechá-lo (Guilhaumou, 2009, p. 125).

No Brasil, o neoliberalismo vem atraindo instigações de diversos pesquisadores, uma vez que, nos últimos anos, principalmente a partir das manifestações de julho de 2013, este tem emergido de forma distinta e particular, denominada por Fonseca e Silva

(2020) como ascensão protofascista, indicando que o neoliberalismo tem adquirido, no tempo presente, uma forma de funcionamento somada às condutas morais, unindo, peculiarmente, preceitos ditos conservadores ao ‘bem-estar’ político-econômico da nação. Segundo os autores:

[...] sob a lógica neoliberal, as organizações e os indivíduos são julgados e medidos pela régua do mercado, mesmo quando não estão diretamente nele inseridos. Para Davies, aliás, nesse ponto o neoliberalismo se afasta de seu predecessor, exatamente porque, enquanto no liberalismo o “econômico”, o “social” e o “político” eram considerados esferas distintas, na versão “neo” as instituições e as esferas de conduta são regidas única e exclusivamente pelo estrito conceito econômico de valor (Fonseca; Silva, 2020, p. 66).

Em primeiro lugar, devemos assumir que estamos lidando, neste estudo, com um território ainda bastante desconhecido, além de imprevisível, haja vista que partimos de acontecimentos que incidem no nosso presente, como a vigência, ainda em 2022, do Governo Bolsonaro no poder. Este, inegavelmente, ganha destaque na temática debatida, por protagonizar uma governamentalidade estatal um tanto agressiva em relação às suas práticas políticas e discursivas – atuando não só em medidas de privatização (o que vem ocorrendo desde antes de seu mandato), mas também assumindo a posição *anti* uma série de grupos minorizados, como o LGBTQIA+, o de mulheres, o de pessoas negras e indígenas, entre outros. Temos, curiosamente, a união da defesa neoliberal de um Governo às normas consubstanciadas conservadoras, que visibilizam a tradição.

Desta forma, não podemos falar em um neoliberalismo partindo de suas menções no ano de 1938, quando, no *Colóquio Walter Lippman*, em Paris, economistas e acadêmicos diante da crise liberal da década de 1930, arquitetaram “um novo liberalismo” (Brown, 2019, p. 28), ainda que, no que tange à *acontecimentalização*⁵⁰, a história do neoliberalismo contemple esse e outros acontecimentos, suas associações e rupturas.

Foucault (2019) elevou a “escavação do objeto” compreendendo a não-linearidade e a heterogeneidade deste ao longo dos recortes temporais. Observar a não-estabilidade do discurso permite ao analista entender, também, a emergência de

⁵⁰ Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos conceitos, nossas práticas. (...) Consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias, etc. que, em dado momento, formaram o que em seguida funcionará como evidência, universalidade, necessidade (FOUCAULT, 2006, p. 339).

subjetividades (inúmeras), fato que vai ao encontro do que pretendemos ao estudarmos o sujeito neoliberal no presente.

Na conjuntura histórica abordada nesta proposta de tese, nos deparamos com uma onda neoliberal inédita ao Brasil, para além do funcionamento político-econômico, visto que é disseminada nos modos de vida e nas práticas cotidianas dos sujeitos. Vale constar que o funcionamento do neoliberalismo incidente nas subjetividades é discutido tanto por Dardot e Laval (2016), quanto por Brown (2019) (além de diversos autores que veremos ao longo do trabalho), pois é observado além do Brasil – tendo grande influência norte-americana. Segundo Brown (2019, p. 30-31):

[...] nessa racionalidade os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc. Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio homo oeconomicus, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo).

Brown (2019) se aprofunda no estudo dos efeitos do neoliberalismo nas sociedades contemporâneas, trazendo à tona como o discurso de “um Governo distinto de todos os outros” se faz uma armadilha potente à aniquilação até mesmo das democracias, argumentando que

No final do século XX, a “desmassificação” foi substituída pela “empreendedorização” neoliberal e pela “capitalização humana” dos sujeitos, ao passo que reformas políticas visavam transferir quase tudo o que era proporcionado pelo Estado social para os indivíduos e famílias, fortalecendo-os ao longo do caminho (Brown, 2019, p. 50).

E prossegue:

Três coisas importantes decorrem dessas estratégias. Primeiramente, a *empreendedorização* – ou o que os franceses e britânicos chamaram de *responsabilização* – produz um sujeito que Foucault denominou “uma multidão de empresas” ou o que Michel Feher chama de um “portfólio de autoinvestimentos” concebido para manter ou incrementar o valor do capital humano (Brown, 2019, p. 50, grifos nossos).

As estratégias (decorrentes do neoliberalismo) mencionadas pela autora não

tiveram efeito apenas na Europa, tendo um forte impacto nos Estados Unidos e no Brasil. Cabe constarmos que, sob a proposta de um estudo discursivo e arquegenealógico, o que é produzido intelectualmente acerca do neoliberalismo é relevante para traçarmos a regularidade e dispersão de tal como discurso: temos um objeto associado à liberdade, ao empreendedorismo, ao autoinvestimento, à responsabilização, mobilizando a meritocracia em enunciados cujo sujeito é objetivado como único responsável pelo o que obtém.

Pensando no discurso neoliberal enquanto efeitos de verdade, convém elevarmos a questão da memória como agente de regularidade. Precisamente,

Se situarmos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discurso em circulação (Achard, 1999, p. 15-16).

Partindo aos efeitos no Brasil, estabelecidos pela história e memória do discurso neoliberal, temos a circulação do discurso desenvolvimentista após a ditadura militar, quando o Governo do país, em meio à influência mundial, centrou-se, mais intensamente, em políticas externas, fundamentadas na liberalização econômica (Tavares; Melin, 1998). Com a considerável queda dos investimentos internos, o discurso neoliberal associava-se a medidas de privatização (Soares, 2001).

A defesa da privatização por meio da justificativa de fortalecimento econômico do país se faz presente desde as propostas do Governo Collor de Mello, nas campanhas do Governo Bolsonaro, ou mesmo em Governos anteriores. Em outros termos, a onda neoliberal permaneceu e permanece, com contínuos investimentos em políticas externas e, no nosso presente, associada ao que chamamos de *sentimento antidemocrático*, retomando o que Brown (2019) dissertou sobre o neoliberalismo na contemporaneidade e seus efeitos nas sociedades democráticas.

Em uma conjuntura histórica de crise econômica e ligada ao “fracasso do desenvolvimentismo” no Brasil, Collor de Mello⁵¹ promoveu o seu Governo, divulgando as *Diretrizes de Ação do Governo Collor de Mello*⁵², posterior à gestão de José Sarney. O documento apresenta como propostas:

⁵¹ Presidente da República Federativa do Brasil de 1990 a 1992, tendo renunciado devido à abertura de um processo de *impeachment*, após acusações de corrupção.

⁵² Documento publicado na campanha pré-eleição, no ano de 1989.

[...] a *desregulamentação da economia*, que visava à *abolição da regulação do Estado*, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a *plena liberdade dos mercados*; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as *propostas de privatização das empresas estatais* e de *Estado mínimo*, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de *apenas algumas funções elementares*, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a *liberalização do comércio exterior*, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações (Porto, 2009, p. 5, grifos nossos).

Os destaques realizados, em uma perspectiva arquegenealógica, são considerados, neste estudo, domínios associados do neoliberalismo no Brasil, levando em conta que a função de existência de um enunciado “não pode se exercer sem a existência de um domínio associado” (Foucault, 2019, p. 116). Portanto, o objeto neoliberalismo relaciona-se, daí a relevância da história e memória, a outros objetos: a privatização, a plena liberdade dos mercados, o Estado mínimo (sem interferência no mercado e livre de medidas estatais que assegurem investimentos em determinadas áreas), ou a interferência apenas a “funções elementares”. Tais domínios reguladores do neoliberalismo no Brasil também são presentes em outros enunciados institucionais:

- 1- “*Todos pela Reforma* da Previdência. *Pro Brasil não quebrar*” (Brasil, 2018. Campanha do Governo Federal);
- 2- “Reforma da Previdência. *Não é pelo Governo. É pelo Brasil*” (Brasil, 2018. Campanha do Governo Federal);
- 3- “*A vida não pode parar*” (Brasil, 2020. Propaganda do ENEM pelo MEC, em campanha para que o exame não fosse cancelado frente à pandemia do coronavírus);
- 4- “*Estude*” (Brasil, 2020. Propaganda do ENEM pelo MEC);
- 5- “*Novo Ensino Médio. Inovador. A mudança começou*” (Brasil, 2021. Campanha do Governo Federal);
- 6- “*É real. Agora a gente vai poder escolher* em qual área de conhecimento quer se aprofundar” (Brasil, 2021. Campanha do Governo Federal à Reforma do Ensino Médio);
- 7- “*O ENEM não foi feito para corrigir injustiças sociais, e sim para selecionar os melhores candidatos*” (Weintraub, 2019. Na época do pronunciamento era ministro da

Educação).

Tal como nas propostas de Collor em relação à administração da nação, nos enunciados acima, todos institucionais (do Governo Federal), observamos domínios associados ao neoliberalismo: às campanhas de “reformas” que têm se fundamentam em uma maior desvinculação do Estado a determinadas áreas de investimento, como nos direitos trabalhistas, ampliando as possibilidades do mercado (tirando o foco do direito do trabalhador, por exemplo, no que tange às horas de trabalho, o regimento de “horas extras”, tempo de pausa para almoço e jantar etc.), além da Reforma do Ensino Médio, colocada em campanha como “liberdade de escolha”, conforme enunciado acima.

O que se faz relevante, a priori, é compreendermos o lugar que a história e a memória têm no discurso neoliberal, de forma mais explícita, na emergência de enunciados que circulam entre os sujeitos. Vimos que *monumentalizar* os documentos é, sobretudo, considerar a não-linearidade histórica e não eleger um e outro acontecimento como prioritários para pensar a história e a memória discursiva. Por isso, selecionamos enunciados que, em diferentes momentos históricos, apresentaram o neoliberalismo como objeto.

Se a emergência de enunciados não é dada de forma aleatória, ao mesmo tempo em que não é dada homogeneousmente em um determinado e único recorte de tempo, partimos do princípio teórico de que

[...] toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com formulações com as quais coexiste (seu ‘campo de concomitância’, diria Foucault) ou lhe sucedem (seu ‘campo de antecipação’) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no interior dos problemas que a utilização do conceito de FD levanta (Courtine, 2009, p. 104).

É disposta na dinâmica do tempo, da história e do acontecimento, que a formação discursiva (FD) constitui-se, enfatizando que todo objeto discursivo tem domínio associado, isto é, outros tantos objetos que, associados a ele, delineiam as suas linhas e as possibilidades do que pode ser dito. Nesse viés, questionamos, inicialmente, qual o domínio associado do neoliberalismo, objeto discursivo que nos propomos a estudar. Este questionamento é parte do exercício de escavação da história e da memória

do objeto, levantando os efeitos de verdade e problematizando-os, tal como o faz Foucault (2018), ao estudar a sexualidade.

A história e a memória de um objeto é o que, enquanto acontecimento, configura uma função de existência, ou seja: é o que faz o próprio funcionamento discursivo, que forma o discurso neoliberal e que nos possibilita identificar o neoliberalismo por meio de domínios associados a ele, isto é, *encontrarmos sentido*. Então, ultrapassando os limites de uma leitura interpretativa de documentos institucionais, açãoamos, constantemente, a memória que temos do objeto em questão. É essa memória que constitui o efeito do discurso, respectivamente os efeitos de verdade do neoliberalismo – e como podemos problematizá-lo quando o identificamos em associações traçadas em “Reforma da Previdência”, “Não é pelo Governo. É pelo Brasil”, “Pro Brasil não quebrar”, “Novo Ensino Médio. Inovador”, “A vida não pode parar”, “Estude”, “A gente pode escolher...” e “O ENEM é para selecionar os melhores”.

Como visto anteriormente, o neoliberalismo associa-se a regimes de concorrência (como no ENEM, ao ser enunciado como ferramenta para selecionar os melhores), à individualização, ainda que com referência ao coletivo (*Todos* pela Reforma da Previdência), haja vista que “todos” são evocados em sua individualidade, como responsáveis para o Brasil “não quebrar”. Ademais, é apresentado como *inovador*, aquilo que nunca antes foi feito por um Governo, como um tipo de liberalização do mercado e do sujeito, que agora “pode escolher” sua área de interesse.

Vemos, ainda, que há a descentralização do Estado como agente que promove mudanças, que administra uma nação, remetendo, aí, ao nacionalismo (É pelo Brasil), fato que é historicamente presente no discurso neoliberal no Brasil, à medida que responsabiliza o sujeito pelo destino do seu país, justificando, assim, planos de privatização e projetos de reforma em setores diversos que incidem no trabalho e acessibilidade da população. Por fim, a responsabilização é açãoada novamente defronte aos imperativos do MEC à realização do ENEM, mesmo em uma conjuntura de pandemia que se alastra pelo mundo: “Estude”, “A vida não pode parar”.

A queda de Dilma Rousseff (PT) e o início do Governo Temer (MDB) apoiaram-se em descontentamentos e promessas de um modo de Governo diferente do anterior, um Governo “livre de corrupções” e que age ao crescimento da pátria. Portanto, o nacionalismo é presente e associado às políticas neoliberais que, por meio de reformas e privatizações, “prometem” à população melhorias de vida. Vejamos, abaixo,

enunciados do primeiro discurso de Michel Temer⁵³ como presidente:

O Governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa *diminuir despesas para pagar as dívidas*. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi *impor limite para os gastos públicos*.

[...]

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para *proporcionar bons negócios* que vão *trazer empregos ao Brasil*. Temos que *garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica*.

[...]

Para garantir os atuais e gerar novos empregos, temos que *modernizar a legislação trabalhista*. A livre negociação é um avanço nessas relações.

(TEMER, 2016, grifos nossos).

Os destaques em itálico foram realizados para visualizarmos, em perspectiva arquegenealógica, a série enunciativa cujo tema é as medidas e promessas do então “novo” Governo. Este propõe:

1. Diminuir despesas para pagar as dívidas;
2. Impor limite para os gastos públicos;
3. Proporcionar (a empresários e investidores de todo o mundo) bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil;
4. Garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica;
5. Modernizar a legislação trabalhista.

Assim, é por meio da promessa de um “novo Governo”, que o neoliberalismo sustenta suas práticas e, conforme Dardot e Laval (2016), este é seu funcionamento: o rompimento com os Governos anteriores, a evocação da novidade e do inédito. Todavia, também é constitutiva do neoliberalismo a reivindicação por um Estado Mínimo, isto é, que dá livre arbítrio ao mercado, com políticas orientadas à desvinculação estatal no que concerne aos setores públicos. Por isso, Governos neoliberais defendem a redução de verbas a setores como Saúde e Educação ou mesmo a privatização de tais setores (Dardot; Laval, 2016).

Nesse viés, corroborando com o exposto acima, Mirowski (2013, p. 60) argumenta que o neoliberalismo busca “a reformulação e a reimplantação do Estado como a agência central que fabrica ativamente as subjetividades, as relações sociais e as

⁵³ Íntegra do 1º pronunciamento de Temer como presidente. G1, 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-1-pronunciamento-de-temer-como-presidente-veja-e-leia.html>. Acesso em: 16 de março de 2022.

representações coletivas adequadas para tornar a ficção dos mercados real e consequente". No exemplo analítico que expomos, isso pode ser observado nas estratégias presentes nos enunciados selecionados, com efeito de aproximação para com a população e justificativa irrefutável frente à crise política e econômica no Brasil. Por exemplo, em "o Governo é como sua família", para justificar a redução de verbas públicas, aproximando-se da realidade das famílias brasileiras ao terem que reduzir gastos por causa da inflação e do desemprego.

Em perspectiva foucaultiana, temos, aí, o funcionamento dos denominados "jogos de verdade", visto que o enunciado emerge uma verdade associada ao saber, no caso, o saber político de que concessões devem ser realizadas em nome do "bem-estar" da nação e de seu desenvolvimento econômico. Portanto, medidas como 'modernização trabalhista', com flexibilização de direitos já conquistados por trabalhadores ganham certo respaldo, bem como o congelamento do teto de investimentos públicos.

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (2002a) rebate a origem de uma verdade inata, colocando-a como "não fundada", mas construída, advinda de um sistema aqui já apresentado: o da *vontade*. A saber:

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por uma espessura de práticas [...], mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (Foucault, 2008a, p. 16-17).

Ainda que o discurso institucional neoliberal objetive um sujeito individual (responsável por sua realidade social e pela 'melhoria' do país em suas condutas), vemos a apelação à força da coletividade, isto é, da união enaltecida como forma de defesa do Brasil. Ao enunciar para o povo - a população - o discurso institucional é marcado por pronomes possessivos, por exemplo, o *nosso/ nossas*, ou verbos no plural, rompendo com a individualidade ao se valer de tal recurso, mesmo que se refira a "nós - o Governo" e a "nós - o Brasil", uma vez que, em outro momento, é dito que "o Governo é como sua família".

Logo, o discurso é constituído em dada contradição e:

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua

verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade (Foucault, 2012, p.183).

Vejamos outros enunciados retirados do pronunciamento de Michel Temer, de 31 de agosto de 2016:

- 1- É hora de *unir o país* e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. *Esta é a nossa bandeira.*
- 2- *Presente* e futuro nos desafiam. *Não podemos* olhar para frente com os olhos do *passado*.
- 3- Despeço-me lembrando que ordem e progresso sempre caminham *juntos*. E com a certeza de que, *juntos, vamos fazer um Brasil muito melhor.*

Acima, os destaques podem ser associados à *coletividade*, também presente no discurso institucional. Deste modo, a contradição mostra-se constitutiva do discurso neoliberal, posto que este individualiza o sujeito, responsável por empreender a si, ao mesmo tempo em que coloca tais ações individuais como um “bem coletivo”, associado à união dos brasileiros.

Observamos, além disso, que o primeiro pronunciamento de Michel Temer marcou uma ruptura entre Governos, principalmente no que tange à orientação política. Ruptura esta demonstrada pela seleção lexical que associa-se a um “novo Governo”, aquele que une e que trabalha para a recuperação do Brasil. Nesse sentido, as políticas estatais discorridas, tais como a reforma da previdência e a “diminuição de gastos públicos” (Temer, 2016), configuraram um “Governo outro”, dito distinto e oposto ao anterior e que, sobretudo, assume o lugar de “salvador da nação”: aquele que age para recuperar o país. Podemos afirmar que isso emerge o discurso neoliberal, porém ressalvar que o neoliberalismo possui uma vasta historicidade no Brasil e no mundo, não compreendendo unicamente políticas do Estado.

Em outros termos, é relevante compreendermos a ética do empreendedorismo de si como alvo no discurso neoliberal, alvo este que subjetiva para além de medidas estatais, uma vez que atribui ao sujeito o “dever” de agir individualmente em prol do crescimento desenvolvimentista da sua nação. Portanto, “para o país não quebrar”, é

necessário mais que aceitar medidas rumo à privatização dos setores, é preciso estar de acordo, deixar-se ser conduzido pela conduta neoliberal, empreender a si, tal como se fosse uma empresa, agindo para que o Brasil cresça. Eis, então, os efeitos de verdade do neoliberalismo, na ótica institucional do período aqui tratado, cujo domínio associado é o nacionalismo, o pertencimento à nação.

Pensando nisso, nossa proposta circunda esse discurso institucional-estatal (de 2016 a 2022) e seus impactos na subjetividade, considerando o neoliberalismo na constituição do sujeito, conforme os autores supracitados e o próprio Michel Foucault (2019), ao discorrer sobre a problematização e o estudo de um objeto discursivo, destacando o sujeito (e sua transformação e modificação) como principal foco de seu pensamento.

3. ARQUEGENEALOGIA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO BRASIL

Esta seção se insere na análise dos enunciados coletados, retirados de pronunciamentos políticos estatais e declarações midiáticas (de membros do Estado, como presidentes), entre o período de 2016 a 2022. Primeiramente, em *Do processo metodológico de coleta e análise do corpus*, trataremos de alguns fatos essenciais que consolidaram a seleção do corpus de análise discursiva.

Posteriormente, partimos para a *Análise do corpus: os temas constitutivos da racionalidade neoliberal no Brasil*, em que discutimos os cinco eixos temáticos e séries enunciativas elaboradas por meio do que foi coletado. De modo específico, nos aprofundamos nos temas do discurso, os campos associados da racionalidade neoliberal que são encontrados nos enunciados. Tais temas são: a função do Estado; O trabalho e o trabalhador; as políticas de privatização e Reformas previstas e defendidas pelo Estado; o nacionalismo antidemocrático; e a biopolítica.

Enfim, encerramos a seção com *Considerações finais sobre a análise*.

Para tanto, nos valemos dos seguintes autores: Brown (2019), Castro (2012), Dardot e Laval (2016), Guilhaumou e Malididier (1997), Foucault (1988, 2004, 2019, 2022), Rathsam (2021) e Nietzsche (1998).

3.1 Do processo metodológico de coleta e análise do *corpus*

Primeiramente, cabe ressaltarmos as motivações para o recorte aqui realizado – enunciados estatais dos anos 2016 a 2022 –, longe da finalidade de afirmar que o objeto de pesquisa – neoliberalismo – emergiu exclusivamente nesses anos no Brasil. A escolha se deu pelo momento histórico e político do objeto estudado no presente e em nível mundial e nacional, cujas mudanças nas condutas e pronunciamentos estatais foram e são significativas.

Ademais, em se tratando dos Estudos Discursivos, nos deparamos com a noção de arquivo, imprescindível para todo o processo de acepção, coleta e organização das séries enunciativas elaboradas. É dentro do campo de possibilidade que nos norteamos para a coleta de enunciados, compreendendo o objeto discursivo estudado, considerando que:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura (Foucault, 2019, p. 158).

Sabemos, então, que o arquivo reúne o que pode ser dito acerca de um objeto discursivo. Por exemplo, nesta pesquisa, elaboramos séries enunciativas de uma parte do que é dito e discursivizado a respeito da racionalidade neoliberal e os domínios associados a ela. Cabe, todavia, descrevermos como chegamos a esta coleta, constituinte do *corpus* aqui investigado, por meio da identificação de agrupamentos temáticos. Considerando a relação do tema com o acontecimento discursivo, chegamos à consistência de enunciados que elucidam o aspecto temático, especialmente em se tratando de domínios associados à racionalidade neoliberal.

Tendo em vista os usos da linguagem que delineiam o neoliberalismo e a racionalidade neoliberal, nos deparamos com diversos temas que demonstram certa regulação do campo de possibilidades do objeto estudado no discurso. Portanto, procuramos, no processo de seleção do *corpus*, visualizar: 1) os temas dispostos nos enunciados que, em comum, compõem a racionalidade neoliberal; 2) as especificações do sujeito, como podemos ver, o econômico, o neoliberal, o trabalhador etc. e de que modo eles se constituem nos enunciados selecionados.

Considerar a noção de tema, sob viés arquegenealógico, implica vislumbrar e considerar o campo associado configurador do objeto discursivo em perspectiva. Isso porque nenhum objeto emerge sem que haja, em sua constituição, outros determinados objetos associados a ele. Daí os temas se fazem consistentes à medida que compõem o conjunto de associações imprescindíveis ao objeto investigado:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração - limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração) (Foucault, 2019, p. 111).

Partindo das relações estabelecidas entre os objetos discursivos, cabe retomarmos a análise dos enunciados por meio do que Foucault (2019) denomina

função enunciativa, cuja conceituação retoma a função de existência, isto é, quais condições possibilitaram um determinado enunciado. “Trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presente ou não” (Foucault, 2019, p. 105).

Assim, reafirmamos os elementos cruciais para serem considerados no processo de análise dos enunciados coletados e que trataremos a partir daqui, a saber: 1. a existência do enunciado, seus aspectos históricos, as condições de possibilidade de sua constituição; 2. a relação da instância (por exemplo, a instituição) e do sujeito com o que é enunciado, como observado nas práticas de objetivação vislumbradas nos enunciados; 3. a diferenciação entre os enunciados coletados, o que é imprescindível para a elaboração de séries enunciativas dentro dos eixos temáticos e o reconhecimento dos campos associados e 4. a materialidade do enunciado, visível nos usos lexicais apontadas, nas associações linguísticas entre os objetos discursivos. Todos esses elementos são relevantes para traçarmos esta análise: compreendendo a historicidade do neoliberalismo, os domínios vinculados à racionalidade neoliberal, a constituição material do que foi enunciado e a objetivação do Estado sobre ele mesmo e os outros.

Destarte, considerando o campo associado à racionalidade neoliberal e seguindo tais procedimentos (de encontrar, nos enunciados, temas comuns para elaborarmos as séries), chegamos a cinco séries enunciativas, identificando seus respectivos temas discursivos. São, especificamente nomeados: 1. A função do Estado; 2. O trabalho e a individualização do trabalhador; 3. A defesa de Reformas e privatizações; 4. O nacionalismo antidemocrático; 5. A biopolítica.

No próximo tópico, discorreremos sobre cada série disposta, nos aprofundando na parte analítica desta pesquisa.

3.2 Análise do *corpus*: os temas constitutivos da racionalidade neoliberal no Brasil

3.2.1 A função do Estado

Vimos, até aqui, os desdobramentos da governamentalidade, estendida às práticas de si e também as do Estado sobre a população. Nesta série, portanto, observamos nos enunciados dispostos abaixo *o modo que o Estado é objetivado*, se colocando frente às funções e, consequentemente, sua forma de governar. Temos, então,

a seguinte série enunciativa:

- 1- O Governo é como *sua família*. Se estiver endividada, precisa *diminuir despesas para pagar as dívidas* (Temer, 2016, grifos nossos);⁵⁴
- 2- Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para *proporcionar bons negócios* que vão *trazer empregos ao Brasil* (Temer, 2016, grifos nossos);⁵⁵
- 3- Estamos determinados a *mudar o rumo* do nosso país. Nossos objetivos são claros: *resgatar nossa segurança, fazer a economia crescer* e servir a quem realmente manda no país: a população brasileira (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁵⁶
- 4- É fundamental *equilibrarmos as contas do país para que o sistema não quebre*, como já aconteceu com outros países e alguns estados brasileiros (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁵⁷
- 5- Vamos *valorizar o Parlamento*, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional. Na economia *traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado* e da eficiência (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁵⁸
- 6- Confiança no cumprimento de que *o governo não gastará mais do que arrecada* e na *garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados* (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁵⁹
- 7- Nesse processo de *recuperação do crescimento*, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente (Bolsonaro, 2019, grifos nossos).⁶⁰

⁵⁴ Entenda o pronunciamento de Michel Temer em cadeia de rádio e TV. *O Globo*. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/entenda-pronunciamento-de-michel-temer-em-cadeia-de-radio-tv-20030698>. Acesso em: 06 de março de 2025.

⁵⁵ Íntegra do 1º pronunciamento de Michel Temer; veja e leia. *GI*. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-1-pronunciamento-de-temer-como-presidente-veja-e-leia.html>. Acesso em: 06 de março de 2025.

⁵⁶ Saiba tudo sobre as novas regras para a Previdência. *Metrópoles*. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/saiba-tudo-sobre-as-novas-regras-para-a-previdencia>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

⁵⁷ Reforma é fundamental para a Previdência não quebrar e será ‘justa para todos’, diz Bolsonaro em pronunciamento. *GI*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/20/reforma-e-fundamental-para-que-previdencia-nao-quebre-diz-bolsonaro-em-pronunciamento.ghtml>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

⁵⁸ Confira a íntegra do discurso de Jair Bolsonaro no Congresso. *O Globo*. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/confira-integra-do-discurso-de-jair-bolsonaro-no-congresso-23339328>. Acesso em: 07 de maio de 2025.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

A objetivação é, primeiramente, parte dos processos que “fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (Foucault, 2004, p. 236). Aqui, dispomos sobre uma instância estatal que se enuncia como objeto de conhecimento e, observando os enunciados acima, ressaltando uma forma de afirmar-se enquanto Governo, isto é, elencando, como suas funções: 1- ser como *sua* família, diminuindo despesas para pagar dívidas; 2- proporcionar bons negócios aos empresários, trazendo empregos ao país; 3- mudar o rumo do país e fazer a economia crescer; 4- equilibrar as contas do país; 5- valorizar o Parlamento, trazer a marca da confiança, do interesse nacional e do livre mercado; 6- não gastar mais do que arrecada, garantir que as regras, os contratos e as propriedades sejam respeitados; e 7- recuperar o crescimento (constando o desempenho do setor agropecuário, historicamente polêmico no Brasil).

Deparamo-nos, de início, com o apelo ao indivíduo e ênfase na escolha lexical *sua família*, que tem o efeito de proximidade entre o Estado e o indivíduo integrante da população brasileira. Trata-se de um apelo ao individual, intensificado pelo pronome *sua*, nos fazendo questionar a mesma questão que Foucault (2019) levantou, ao indagar por que um enunciado e não outro em seu lugar. Por exemplo, por que não *nossa*? É visível que o Estado ocupa o lugar de família dada a conduta de diminuir despesas defronte às dívidas. Visualizamos, então, o deslocamento da instância estatal para a família, haja vista que ressalta uma forma de governar comparada ao estereótipo das famílias quando estão endividadas: que possivelmente cortam gastos para diminuir as despesas e pagar tais dívidas.

Assim, corroborando com Dardot e Laval (2016), recorre-se ao discurso individualizante (com apelo ao pessoal), ainda que as práticas estatais sejam sobre toda uma população, dirigidas à coletividade. Essa conduta é uma das características presentes desde o ordoliberalismo, orientado para a defesa da liberdade máxima de mercado, sob garantia do Estado. Não temos, deste modo, o afastamento do coletivo, mas sim uma reconfiguração deste por meio da coerção do indivíduo, haja vista que:

O coletivismo econômico aparece nessa perspectiva como a extensão da “eliminação científica” do homem à prática econômica e política. Esse “napoleonismo econômico” somente pode prosperar [...] na medida em que busca o domínio total da sociedade por intermédio de um planejamento ao qual o indivíduo é constrangido a obedecer. Coletivismo econômico e coerção tirânica do Estado estão ligados,

como estão economia de mercado e liberdade individual (Dardot; Laval, 2016, p. 107).

De modo geral, a objetivação do Estado por ele mesmo elucida seu papel frente à defesa do mercado, das empresas e dos negócios, questão do neoliberalismo apontada por Foucault (2022), em que o sujeito é constituído econômico, o homo oeconomicus, pensado e orientado para o mercado de modo que a concepção de liberdade seja indissociável da economia de mercado.

Outra questão (interligada à primeira) está nas justificativas do Estado para o corte em investimentos públicos, considerando que a diminuição de despesas, no primeiro enunciado, relaciona-se ao acontecimento da PEC 241 (2016), já mencionada nesta tese, cujo objetivo foi congelar os investimentos em setores públicos, como saúde e educação, por vinte anos consecutivos. Ainda que seja sobre não investir, independentemente da realidade social do país, por exemplo, diante da instabilidade inflacionária, por duas décadas, as usos lexicais atenuam esse viés, quando a visibilidade da prática não está nas possíveis lacunas na acessibilidade social, mas sim em equilibrar as contas do país e diminuir despesas em prol do pagamento de dívidas. Deste modo, o indivíduo é coagido à aceitação, também diante da apelação ao crescimento econômico da nação.

Se há um Estado que é objetivado como *família* na medida em que *reduz gastos* na esfera pública, que paga dívidas e prioriza os negócios em direção a um “crescimento econômico nacional”, há também uma nova forma de governar, enunciada um tanto quanto inédita, que propaga a ruptura com as formas anteriores, isto é, *a mudança de rumo* do país, enunciado este que reitera a “renovação do liberalismo” esboçada pelo Colóquio Lippmann. Não se trata somente da não intervenção estatal, mas sim da questão “sobre *qual deve ser a natureza dessas intervenções*. Mais precisamente ainda, a questão é diferenciar as intervenções legítimas das ilegítimas” (Dardot; Laval, 2016, p. 158, grifos dos autores).

Compreendemos, diante disso, que o Estado Mínimo ressoa consideravelmente nas intervenções para investimentos públicos, todavia, não é “mínimo” em relação a demais intervenções tangentes à economia de mercado, lei de oferta e procura e favoritismos a determinados setores, por exemplo, no Brasil, o da agropecuária. Assim, todo e qualquer negócio legitimado no jogo econômico neoliberal é não somente

investido, mas protegido pelo Estado. Nesse sentido, nos deparamos com o Estado Forte, “guardião do direito privado” (Dardot; Laval, 2016, p. 157).

De forma mais explícita, ao enunciar que mudar o rumo do país implica precisamente resgatar a segurança nacional e fazer a economia crescer, o Governo apresenta-se como norte para o reconhecimento da legitimidade das ações econômicas ou não, inserindo-se e inserindo a própria sociedade na *ordem espontânea do mercado*, conforme:

[...] a própria sociedade deve ser compreendida como uma ordem espontânea. Obviamente, a sociedade não é redutível à ordem de mercado, ainda que se encontrem nela tanto ordens espontâneas (o mercado, a moeda) como organizações ou ordens construídas (as famílias, as empresas, as instituições públicas, entre as quais o próprio governo). Não obstante, nessa ordem de conjunto que constitui uma sociedade, a ordem do mercado ocupa um lugar fundamental (Dardot; Laval, 2016, p. 162).

E ocupa porque:

[...] “os laços que mantêm o conjunto de uma Grande Sociedade são puramente econômicos”: ainda que na estrutura de conjunto dessa sociedade existam, indubitavelmente, relações que não sejam econômicas, “é a ordem de mercado que possibilita a conciliação de projetos divergentes”, mesmo quando esses projetos perseguem fins não econômicos (Hayek, 1973, p. 135 apud Dardot; Laval, 2016, p. 162-163).

Ter uma sociedade inserida na ordem do mercado é fator considerável para o estudo da constituição do sujeito que, nessa perspectiva, é individualizado, mesmo sob o apelo coletivo à população brasileira. O indivíduo deve, então, entender as medidas estatais, com apelo à ordem da família, em relação aos cortes nos setores públicos. Assim como deve aceitar o congelamento de investimentos e verbas mesmo diante dos impactos da instabilidade econômica no Brasil, configurando um cenário de incertezas aos brasileiros. Esse apelo, conforme observado, é característico dos governos neoliberais em todo o mundo, inclusive na América.

Foucault (2022) salienta algumas características do neoliberalismo, enfatizando-o como uma racionalidade, uma ração (ou razão), uma vez que a política neoliberal não se restringe à relação do Estado com a economia de mercado, mas também ao modo que o sujeito é objetivado dentro dessa ordem discursiva, cuja produtividade não está só no que se produz, mas no próprio corpo como produto da produtividade, seguindo o

discurso neoliberal. Para ser produtivo, é preciso ser funcional para a pátria e, portanto, aceitar as intervenções estatais focadas no crescimento da economia. Logo, em uma nação-empresa, esta que “não quebra”, “que não gasta” e que ascende economicamente, algumas intervenções são dispostas como inerentes à desejada mudança.

A sociedade tem grande relevância para o Estado neoliberal, porque ela quem se afirma em *formas empresa*, solícita à competição e concorrência⁶¹, por exemplo, entre indivíduos. Acerca da propagação dessas *formas empresa*, Foucault (2022, p. 199) afirma:

[...] trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas “empresa” que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, ao meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade.

Compreendemos a máxima da função estatal enunciada pela própria instância de que o Estado funcional é aquele que assegura à sociedade, ainda que sob o discurso individualizante, estar na ordem do mercado e, mesmo que o indivíduo esteja em outra ordem, por exemplo, a da família, a ordem do mercado esteja interseccionada: o Estado governa para a família, governa *como* uma família, cuida das questões econômicas de todos e do mercado, faz certas abdicações sociais para lidar com dívidas e solicita apoio do indivíduo apelando ao âmbito pessoal e ao censo nacionalista de cada um: afinal, um indivíduo, que se honre por seu país, deve aceitar certas concessões justificadas pelo objetivo de seu crescimento econômico.

A seguir, apresentamos um organograma que nos permite visualizar o que, nos enunciados, emerge como função estatal (segundo o Estado), a fim de posteriormente observarmos como o corpus constitui parte do objeto *racionalidade neoliberal no Brasil*.

⁶¹ Segundo Foucault (2022, p. 157-158), “[...] para os neoliberais, o essencial do mercado não está na troca, nessa espécie de situação primitiva e fictícia que os economistas liberais do século XVIII imaginavam. Está em outro lugar. O essencial do mercado está na concorrência. Nisso, de resto, os neoliberais não fazem mais que seguir toda uma evolução de pensamento, da doutrina e da teoria liberais no decorrer do século XX. Praticamente, admite-se em quase toda a teoria liberal, desde o fim do século XIX, que o essencial do mercado é a concorrência, isto é, que não é a equivalência, mas a desigualdade”.

Imagen 1 – A função do Estado associada à racionalidade neoliberal no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 O trabalho e a individualização do trabalhador

Esta série enunciativa tem como tema comum o sujeito trabalhador e sua responsabilização frente às demandas econômicas do país. Trata-se de *como o trabalhador é objetivado pelo Estado em relação ao trabalho e as crises econômicas em âmbito nacional*. Temos os seguintes enunciados:

- 1- *Não pense em crise, trabalhe* (Temer, 2016, grifos nossos);⁶²
- 2- *Você, trabalhador que procura trabalho, não perca a esperança*. O Brasil está crescendo, e, a cada dia, *estamos criando mais postos e mais oportunidades* (Temer, 2018, grifos nossos);⁶³

⁶² Temer diz que não é hora de falar em crise, mas de trabalhar. *Agência Brasil*. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/temer-diz-que-nao-e-hora-de-falar-em-crise-mas-em-trabalhar>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁶³ Em pronunciamento do Dia do Trabalho, Temer pede que desempregado não perca a esperança. *O Globo*. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-pronunciamento-do-dia-do-trabalho-temer-pede-que-desempregado-nao-perca-esperanca-22641400>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

- 3- Enquanto *alguns passam o dia criticando, a gente passa o dia trabalhando* (Temer, 2018, grifos nossos);⁶⁴
- 4- Eu estou falando que *o emprego é um lema que nos inspira* porque estamos também pensando na *harmonia social*. Evidentemente, quando houver pleno emprego, a harmonia social cresce substancialmente (Temer, 2017, grifos nossos);⁶⁵
- 5- A minha missão é *ajudar quem quer produzir* (Bolsonaro, 2021, grifos nossos);⁶⁶
- 6- “*Cadê o meu emprego?*” *Você tem que correr atrás*. Eu não crio emprego. *Quem cria emprego é a iniciativa privada. Eu não atrapalho o empreendedor* (Bolsonaro, 2022, grifos nossos).⁶⁷

Observamos, a priori, que o trabalho e o trabalhador são objetivados pelo Estado neoliberal de forma interligada à questão da ação individual do sujeito ao conquistar, por conta própria, o benefício do emprego. Isso se dá em relação à materialidade linguística, quando nos deparamos com seleções lexicais nesses pronunciamentos e declarações à mídia que, assim como na série enunciativa anterior, individualizam a experiência do trabalho, dissociando, por vezes explicitamente, como em “Eu não crio emprego” (Bolsonaro, 2022), o Estado como responsável. Portanto, é o trabalhador o responsável por sua empregabilidade.

É válido salientarmos que os pronunciamentos públicos realizados acima ocorreram num contexto de crise econômica e considerável taxa de desemprego no Brasil, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), chegando a 13,7%, o que totalizava cerca de 14,2 milhões de desempregados. Esse fato é relevante diante de enunciados como os que possuem o uso de verbos algumas vezes no imperativo dirigidos ao trabalhador brasileiro: “*Não pense em crise, trabalhe*”, “*Não perca a esperança*” e “*Você tem que correr atrás*”. Isto é: tratam-se de

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ Discurso do presidente da República. *Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/disco...-durante-seminario-comemorativo-dos-75-anos-da-justica-do-trabalho-e-70-anos-do-tst-brasilia-df>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁶⁶ Bolsonaro defende revisão de normas trabalhistas e ajudar 'quem quer produzir'. *CNN, Brasil*. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bolsonaro-defende-revisao-de-normas-trabalhistas-e-ajudar-quem-quer-produzir/>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁶⁷ Bolsonaro diz que não cria empregos e ironiza: “*Tem que correr atrás*”. *Uol Economia*. 2022.

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/21/bolsonaro-ironia-empregos.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

orientações às formas de lidar com a baixa na empregabilidade, de modo individual e arraigado à pessoalidade de cada indivíduo. Tal característica é debatida por Foucault (2022, p. 194), quando o autor expõe que:

É o que os alemães chamam de “política social individual”, em oposição à política social socialista. Trata-se de uma individualização da política social, uma individualização pela política social em vez de ser essa coletivização e essa socialização por e na prática social. Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos.

Foucault (2022) discorre sobre como o sujeito, no neoliberalismo, tornou-se subjetivado à economia, o *homo oeconomicus*, como já vimos. Deste modo, observamos que o trabalhador é deslocado para o sujeito econômico, produtivo e posto num regime árduo de competição e concorrência que não visa a equidade, sim a desigualdade, princípio primário do mercado e do neoliberalismo. O que afirmamos aqui é que o processo de individualização do sujeito e sua disposição como econômico o constitui como empreendedor de si, inclusive em relação a estar ou não empregado.

No Estado neoliberal encontramos o fortalecimento das empresas salientado por investimentos financeiros, mas também de um olhar ao sujeito como corpo empreendedor. Em outros termos, a empresa está nos modos de vida e de gerir dos indivíduos e é por isso que vislumbramos, nesses enunciados, pronunciamentos que se concentram mais em orientar o sujeito trabalhador na sua individualidade, como em “não perca a esperança” do que sobre medidas governamentais para sanar as altas taxas de desemprego. No mais, falar em empregabilidade implica a harmonia social, todavia, sem medidas explícitas e menções de ações estatais para lidar com o cenário de desemprego. O emprego é colocado, desta maneira, como altamente importante nacionalmente, porém, sem atribuições de responsabilidade social ao Estado.

Enquanto a criação de empregos é atribuída à iniciativa privada, o Estado, então, cumpre o dever de vigília dessa iniciativa (Dardot; Laval, 2016), o que observamos mais evidentemente ao analisarmos a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 que, dentre todos os seus pontos de destaque, foi apresentada como uma medida para *flexibilizar* as leis do trabalho e *atualizar* a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) às novas realidades do mercado (Brasil, 2017).

Mais uma vez, nos deparamos com uma escolha lexical que se alia ao progresso, ao acompanhamento da realidade. *Flexibilizar, atualizar e negociação individual* acerca

de férias e horas extras no trabalho que podem ser “negociadas” entre patrões e empregados são escolhas que atenuam o impacto da reforma na história dos direitos dos trabalhadores, quando já existem direitos a férias remuneradas, décimo terceiro salário etc. que são contestados pela Reforma, juntamente a outras contestações, como a idade mínima para a aposentadoria, que também foi reconfigurada, aumentando para homens e mulheres (Brasil, 2017).

Diante disso, encontramos novamente o intervencionismo existente no Estado neoliberal que, embora seja colocado como mínimo em interferências, intervém para assegurar o poder privado e empresarial, pilares de seu funcionamento. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 288):

O intervencionismo neoliberal não visa a corrigir sistematicamente os “fracassos do mercado” em função de objetivos políticos considerados desejáveis para o bem-estar da população. Ele visa, em primeiro lugar, a criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais “aptos” e os mais fortes e a adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos os benefícios.

No que se refere ao trabalhador, trata-se de um corpo produtivo e que deve atentar-se às atualizações do mercado, governando-se como empresa particular e individual, isto é: um indivíduo-empresa que não mais rebate e defende seus direitos enquanto parte da população, mas que aceita as realidades de sua nação e se sujeita ao jogo competitivo para estar apto ao mercado de trabalho. Assim é objetivado o trabalhador, estendido ao conceito de *homo oeconomicus*. A economia de mercado não se faz presente apenas no mercado, visto que está presente nas condutas do sujeito econômico em pleno regime de concorrência e desigualdade, esta última um traço característico da racionalidade neoliberal.

A seguir, elaboramos o segundo organograma relacionando a racionalidade neoliberal no Brasil e o trabalho e a individualização do trabalhador.

Imagen 2 – O trabalho e a individualização do trabalhador associados à racionalidade neoliberal no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.3 A defesa de Reformas e das privatizações

Esta série enunciativa é constituída por enunciados cujo tema está na *defesa de Reformas (Trabalhista, da Previdência etc.) e privatizações (como a da Petrobras)*. Seguem os enunciados:

- 1- Para garantir os atuais e gerar novos empregos, temos que *modernizar* a legislação trabalhista. A *livre negociação* é um avanço nessas relações (Temer, 2016, grifos nossos);
- 2- O Brasil, senhores, quando nós falamos em 12 milhões de desempregados, nós precisamos saber que a reversão desse quadro exige a união de todos nós. E em contato permanente com o Congresso e a sociedade nós estamos promovendo *reformas essenciais*. São *reformas cruciais para o resgate da confiança* que se traduz em investimento, consumo, emprego e renda (Temer, 2017, grifos nossos);
- 3- A privatização da Petrobras, se der tudo certo, vai levar quatro anos. É muito complicado, *o que não pode é a Petrobras ser uma semiestatal com monopólio no Brasil* (Bolsonaro, 2022, grifos nossos);
- 4- Estamos concebendo *uma proposta moderna* e ao mesmo tempo *fraterna*, que conjuga o equilíbrio atuarial com amparo a quem mais precisa, *separando 'previdência' de*

‘assistência’, ao mesmo tempo em que se *combate fraudes e privilégios* (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);

5- É um caminho consistente para *liberar o país do capital internacional*. Ao *transformar a Previdência*, começamos uma grande mudança no Brasil, os negócios fluem, o emprego aumenta (Bolsonaro, 2019, grifos nossos).

A questão da reforma e das privatizações são características do Estado Mínimo, constando que há intervenção no que se refere ao empreendedorismo. É por meio das privatizações que o setor privado adquire poder e autonomia, ocupando o espaço de setores até então públicos e promovendo modificações relevantes no provimento, por exemplo, de empregos e sua relação negociável com os empregados.

O Estado é Mínimo porque não é mais responsável pela manutenção da empregabilidade, haja vista que apenas media a permissividade ao setor privado (Dardot; Laval, 2016), portanto, garantindo o direito que diz respeito a tal setor. Como guardião do direito privado, o Governo se absolve das demandas de acessibilidade geral da população, instituindo à iniciativa privada medidas reguladoras da saúde, educação e acessibilidade ao trabalho e aos direitos trabalhistas. Eis a nova “governança” estatal, conforme:

A governança do Estado toma emprestada da governança da empresa uma característica importante. Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da *corporate governance* predominantemente financeira, os dirigentes do Estado foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de *expertise* e de agências de classificação de riscos. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação de políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (Dardot; Laval, 2016, p. 276, grifos dos autores).

Com a Reforma Trabalhista, por exemplo, mencionada no primeiro enunciado, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) perde para as negociações livres entre empresa e trabalhador, podendo interferir em medidas relacionadas às horas extras e escala de trabalho por meio de “combinados” feitos pela empresa. Assim, o aparato legal é substituído por acordos entre patrões e empregados.

Algo semelhante ocorre em se tratando da Reforma da Previdência, em termos de precarização da qualidade de vida do trabalhador, uma vez que são mais anos de

contribuição previdenciária, tanto para homens quanto para mulheres, fato que potencializa o aumento de aposentadorias privadas, uma vez que as condições da nova reforma negligenciam a realidade do mercado de trabalho brasileiro.⁶⁸

Partindo para a análise dos enunciados selecionados, encontramos os objetos associados às Reformas Trabalhista e da Previdência e à privatização (da Petrobras), tais como: 1. a livre negociação; 2. as reformas como essenciais para a recuperação e aumento da confiança nacional; 3. a modernização da legislação; 4. a negação de qualquer vínculo do Estado com a Petrobras traçada pela comparação a um monopólio.

O uso lexical é um dos elementos da materialidade do enunciado, esta apontada por Foucault (2019), juntamente à relevância da historicidade do objeto estudado e as condições que possibilitaram a emergência dos discursos. Aqui, observamos as Reformas e a defesa das privatizações atenuadas pela modernização, atualização das leis e a ideia de que tais ações são imprescindíveis ao desenvolvimentismo nacional, rejeitando qualquer dito *assistencialismo* estatal.

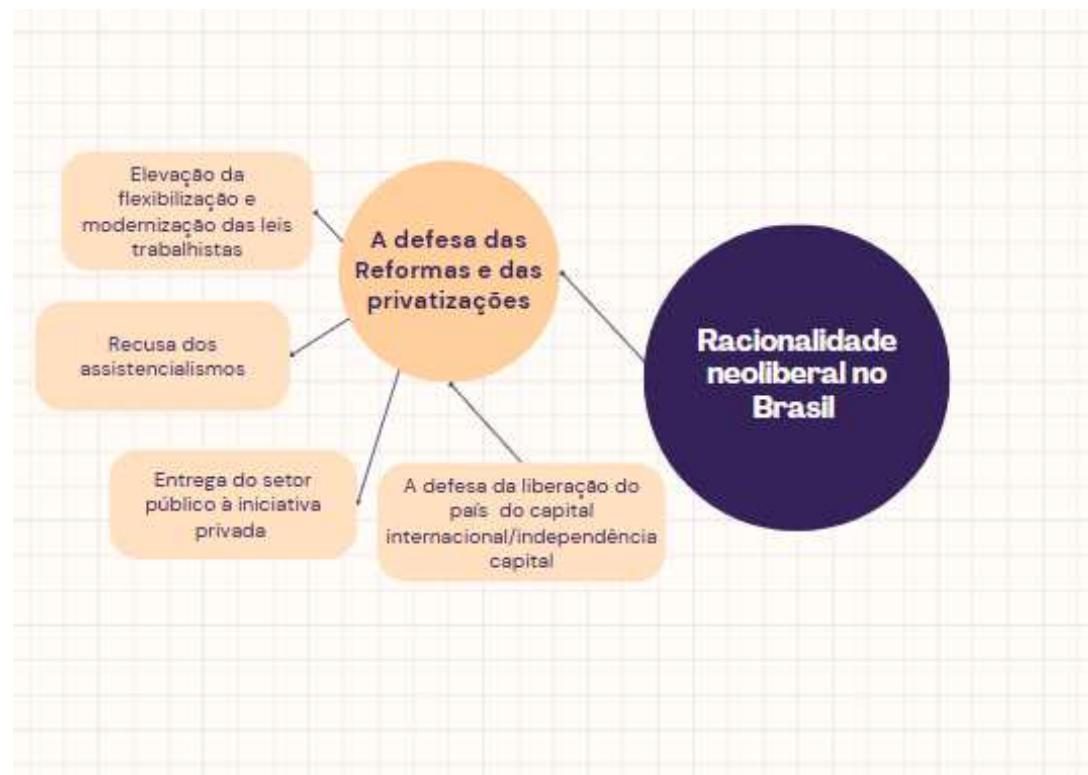
A seguir, apresentamos o terceiro organograma da associação da racionalidade neoliberal no Brasil com as defesa das Reformas e das privatizações.

Imagen 3 – A defesa das Reformas e de privatizações associada à racionalidade neoliberal no Brasil.

⁶⁸ Segundo o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS, 2019), a idade mínima para se aposentar passa a ser de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Em: Confira as principais mudanças na Nova Previdência. *Brasil*, 2019.

Disponível em:

:text=A%20Nova%20Previd%C3%A9ncia%20entrou%20em,Social%20(RPPS)%20da%20Uni%C3%A9a%30.https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia#. Acesso em: 15 de junho de 2025.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.4 O nacionalismo antidemocrático

Os enunciados a seguir apresentam de que modo o Estado evoca o nacionalismo dos brasileiros, alinhando-se à antidemocracia, por exemplo, em se tratando de *quem é a sua oposição*.

- 1- A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. Um capítulo no qual o Brasil será visto como um *país forte, pujante, confiante e ousado* (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁶⁹
- 2- A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a *ruptura com práticas que se mostram nefastas* para todos nós, *maculando a classe política e atrasando o progresso* (Bolsonaro, 2019, grifos nossos);⁷⁰

⁶⁹ Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Veja*. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁷⁰ *Ibidem*.

3- Nós temos norte claro: *a reconstrução nacional, o diálogo, a pacificação do país* (Temer, 2016, grifos nossos);⁷¹

4- As movimentações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas *os nossos métodos não podem ser o da esquerda, que sempre prejudicaram a população*, como invasão de propriedades, destruição de patrimônios e cerceamento do direito de ir e vir (Bolsonaro, 2022, grifos nossos);⁷²

5- A nossa luta não é *contra a direita ou contra a esquerda*. E sim, *o bem contra o mal*, e vamos para essa luta! (Bolsonaro, 2022, grifos nossos);⁷³

6- Vamos *fuzilar a petralhada* aqui do Acre! (Bolsonaro, 2018, grifos nossos);⁷⁴

7- Nós aqui *temos tudo para sermos uma grande nação*, para sermos exemplo para o mundo. *O que que falta? Que alguns poucos não nos atrapalhem*. Se não tem ideias, *cale a boca!* (Bolsonaro, 2022, grifos nossos).⁷⁵

Uma característica marcante observada nos enunciados acima é o sentimento de pertencimento à pátria/nação que, todavia, não é atribuído pelo Estado a todos os brasileiros, mas sim àqueles que assumem um posicionamento de acordo com o novo Governo proposto. Em outras palavras, trata-se de um nacionalismo antidemocrático, uma vez que indivíduos vinculados à oposição (como partidos colocados como sendo “de esquerda” pelo próprio discurso estatal) não são considerados no diálogo para a reconstrução nacional.

⁷¹ Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do TST - Brasília/DF. *Brasil*. 2016. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/disco...> Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁷² Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. *Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-palacio-da-alvorada>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁷³ ‘Não é esquerda contra direita, é o bem contra o mal’, diz Bolsonaro em ato de pré-campanha. *Carta Capital*. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartalexpressa/nao-e-esquerda-contra-direita-e-o-bem-contra-o-mal-diz-bolsonaro-em-ato-de-pre-campanha/>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁷⁴ Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’. *Veja*. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada/>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

⁷⁵ Bolsonaro ataca STF e chama ministros da corte de inimigos. *Veja*. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/03/31/bolsonaro-ataca-stf-e-chama-ministros-da-corte-de-inimigos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

Wendy Brown (2019), ao dissertar acerca da ascensão das políticas antidemocráticas no ocidente, considera que tais políticas demonstram uma crise do neoliberalismo concebido no século XIX, visando à descrição de um novo cenário neoliberal, em que a antidemocracia se mostra uma considerável característica, ditando que: a sociedade deve ser desmantelada, o que pode ser visto nos enunciados acima, uma vez que o ideal de nacionalismo é desmantelar a sociedade brasileira; a política deve ser destronada, isto é, conforme já observamos, reconfigura-se o aparato da legitimidade do que é pronunciado, deslocando-se da esfera padrão governamental-estatal, indo até o âmbito pessoal; a proteção da esfera pessoal deve ser estendida.

Consideramos, mais propriamente, que “o ataque ‘contemporâneo’ à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanação direta da racionalidade neoliberal” (Brown, 2019, p. 23), constando que, hoje,

o “neoliberalismo” não tem uma definição estabelecida. [...] O neoliberalismo – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política –, juntamente com sua cria, a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período (Brown, 2019, p. 28).

Chegamos, assim, ao teor antidemocrático discursivizado por meio de enunciados que dizem acerca das práticas “da esquerda” como inválidas, nefastas e inadequadas ao crescimento da pátria, além de lidarmos com a presença de certa agressividade contra opositores, como ao associar a direita ao *bem* e a esquerda ao *mal* e diretamente enunciar o extermínio de indivíduos vinculados ao Partido dos Trabalhadores que, nesse contexto, é colocado como de esquerda, apesar de sabermos que este partido também se insere em práticas neoliberais ao longo da história do período anterior ao selecionado à coleta do *corpus* no Brasil.

Existe, então, uma moral⁷⁶ entre “ser de direita e ser de esquerda”, caracterizada pela escolha de “um dos lados” como a representação do bem. Simultaneamente, nos

⁷⁶ De acordo com Nietzsche (1998, p. 48-49), a moral parte da “longa história da origem da responsabilidade. A tarefa de criar um animal capaz de fazer promessas, já percebemos, traz consigo, como condição e preparação, a tarefa mais imediata de tornar o homem até certo ponto necessário, uniforme, igual entre iguais, constante, e portanto confiável. O imenso trabalho daquilo que denominei — moralidade do costume (cf. Aurora, 9, 14, 16) — o autêntico trabalho do homem em si próprio, durante o período mais longo da sua existência, todo esse trabalho pré-histórico encontra nisto seu sentido, sua

deparamos com uma definição de nacionalismo que rejeita a multiplicidade de posicionamentos, pensamentos e partidos distintos do que é defendido pelo Estado e propositores de um novo Governo.

A aversão à multiplicidade de pensamentos e posicionamentos políticos é caracterizada pelos usos lexicais em “fuzilar” (isto é, exterminar opositores), ou na afirmação de que os opositores “atrapalham”/”prejudicam”, de algum modo, o país a se desenvolver como deveria. Daí se evoca o nacionalismo, compreendendo o conceito com o que disserta Castro (2012, p. 62-63), por meio da união de

Duas coisas, que na verdade são uma só [...] Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de memórias; outra é o consentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetuar o valor de uma herança recebida de forma indivisa ... pressupõe um passado; mas ela é sintetizada no presente como um fato concreto, o consentimento, o desejo expresso e claro de continuar uma vida em comum. A experiência de uma nação é um plebiscito diário, tanto quanto uma existência individual é uma perpétua afirmação da vida.

Em suma, encontramos no campo associado nacionalismo antidemocrático: 1. o apelo ao nacionalismo; 2. a pacificação como construtora de um país forte; 3. a esquerda como pejorativa aos avanços do país; 4. a naturalização do combate antidemocrático por meio da violência, como pela analogia ao extermínio de opositores partidários; 5. a responsabilização de quem se opõe ao Estado/nova governamentalidade estatal, conforme abaixo:

Imagen 4 – O nacionalismo antidemocrático associado à racionalidade neoliberal no Brasil.

justificação, não obstante o que nele também haja de tirania, dureza, estupidez e idiotismo: com ajuda da moralidade do costume e da camisa-de-força-social, o homem foi realmente tornado confiável.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.5 A biopolítica

A última série enunciativa tem como tema a *biopolítica* e apresenta os seguintes enunciados:

1. “Vocês sabem quantos por cento da população vai tomar vacina? Pelo que eu sei, *menos da metade vai tomar*” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos);⁷⁷
2. “Alerto que *não compraremos vacina da China*” (Bolsonaro, 2020, grifos nossos);⁷⁸
3. “*Apesar do art. 3º, inciso III, letra “d”, da Lei 13.979/20 prever que o poder público poderá determinar a realização compulsória da vacinação, o Governo do Brasil não vê a necessidade de adotar tais medidas, nem recomendará sua adoção por gestores locais*” (Bolsonaro, 2020, grifos nossos);⁷⁹

⁷⁷ ‘Menos da metade da população vai tomar vacina’, disse Bolsonaro há um ano para desestimular a imunização. *Carta Capital*. 2022.

Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/menos-da-metade-da-populacao-vai-tomar-vacina-disse-bolsonaro-ha-um-ano-para-desestimular-a-imunizacao/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

⁷⁸ Declaração de Bolsonaro sobre vacina chinesa gera preocupação no governo. *GI*. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2020/10/21/declaracao-de-bolsonaro-sobre-vacina-chinesa-gera-preocupacao-no-governo.ghml>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

⁷⁹ Relembre as falas de Bolsonaro sobre a Covid-19 e vacinação. *SBT News*. s.d. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/category/246533-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-covid-19-e-vacinacao>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

4. “Por mim, *a vacina é opcional*. Eu poderia, como eu posso hoje em dia, partir para uma vacinação obrigatória, mas jamais faria isso porque, apesar de vocês não acreditarem, *eu defendo a verdade e a democracia*” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos).⁸⁰
5. “*Relatórios oficiais do Governo do Reino Unido* sugerem que os totalmente vacinados [...] estão desenvolvendo a síndrome de imunodeficiência adquirida muito mais rápido do que o previsto” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos).⁸¹
6. “Uma pessoa com HIV é despesa para todos aqui no Brasil” (Bolsonaro, 2020, grifos nossos).⁸²

Como visto anteriormente, Foucault (2022) discorre sobre a biopolítica de forma que ela representa um pilar importante da governamentalidade neoliberal. Trata-se da seleção e organização, por meio de determinadas políticas e programas políticos, de quem vive e quem morre:

[...] no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *bio-política da população* (Foucault, 1988, p.131, grifo do autor).

Em meados de 2020, ano em que, no Brasil, o Governo Federal tinha na presidência Jair Bolsonaro, a China divulgou um alerta ao mundo – um novo vírus da família do coronavírus, o SARS-CoV-2, de alto contágio, estava se espalhando. O vírus, também conhecido como novo coronavírus, desencadeou uma série de mortes no mundo inteiro, sendo de risco alto principalmente aos idosos e pessoas com comorbidades.

Frente ao número crescente de mortes, países começaram a estudar a genética do vírus para elaborar uma vacina eficaz ao controle de mortalidade. No Brasil, o Instituto Butantan e a Universidade de São Paulo foram cruciais a esse processo, chegando a desenvolver uma das vacinas mais eficazes contra o vírus.

A grande questão, entretanto, estava em como o Governo Federal lidava politicamente com a pandemia e a proporção disso pode ser observada nos enunciados

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Pessoa com HIV 'é uma despesa para todos no Brasil', diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

acima. Enquanto os números de mortos chegavam aos 700 mil no país⁸³, o Estado encontrava empecilhos para a vacinação em massa, chegando a negar importar a vacina da China dado o posicionamento político associado à “esquerda”, conforme enunciado. Ademais, não houve investimentos no que tange ao desenvolvimento científico no país, no qual o presidente discursava informações inverídicas posteriormente rebatidas na mídia pela comunidade acadêmica.

Uma dessas desinformações estava nas afirmações de relatórios do Reino Unido (enunciado 5) indicando que pessoas vacinadas ao longo da vida desenvolvem síndrome da imunodeficiência adquirida. Tais afirmações ditas como “oficiais” nunca foram verdadeiras, o que caracterizou um forte exemplo de *negacionismo*⁸⁴ da parte do Estado.

Dentre outros negacionismos, nos enunciados acima, encontramos a afirmação de que menos da metade da população iria se vacinar, o que não se concretizou na realidade. Enquanto o Governo Federal negava a urgência de medidas como *lockdown* para evitar mais mortes pelo contágio, uso de máscaras e até a vacinação, o cenário no Brasil piorava.

Temos, então, uma forma de definir a saúde da população brasileira – mais do que isso, delimitar quem morre e quem vive, visto que a classe trabalhadora continuava com a imposição de ir trabalhar, se arriscando em grandes aglomerações, como em transporte público, diante do reforçamento de que o que estava acontecendo nem era algo com o que o Governo devia se preocupar.

Eis um exemplo da biopolítica em funcionamento no Brasil que, além da questão da vacinação diante de um vírus super mortal, comprehende, também, a questão do tratamento do HIV pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de forma gratuita. Mais uma vez, o Governo se refere aos investimentos públicos que dizem sobre a vida e a morte da população como *despesas* para o Brasil.

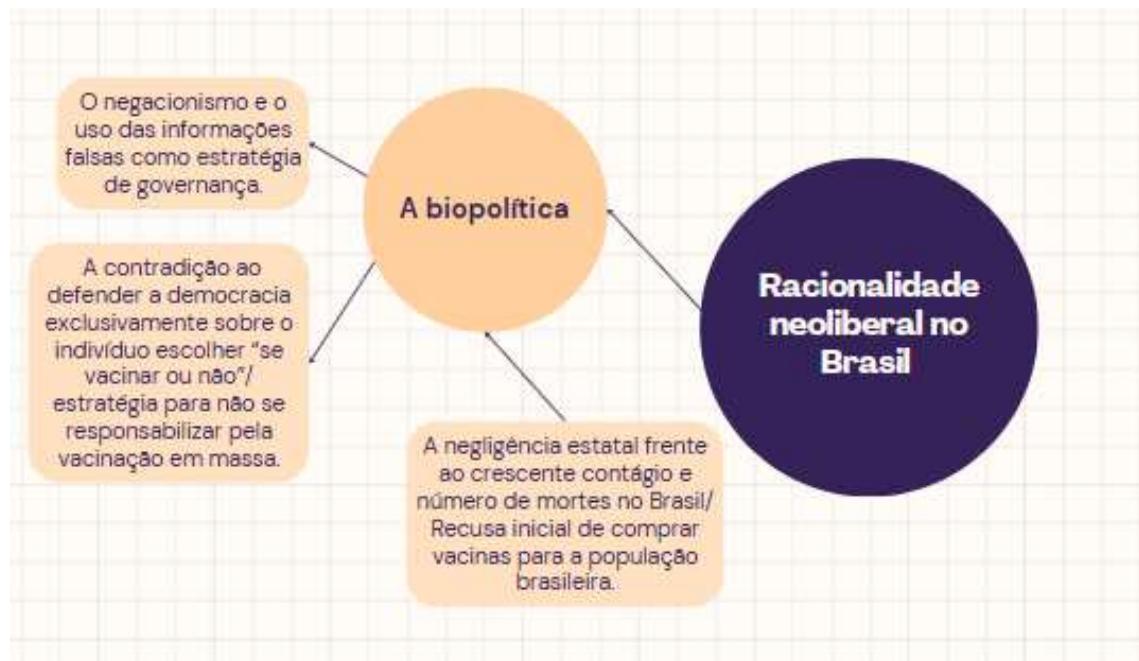
⁸³ De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2025). Dados atualizados em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 20 de junho de 2025.

⁸⁴ Rathsam (2021, n.p.), pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coloca que: “Durante a pandemia do Covid-19, o negacionismo no Brasil tomou proporções alarmantes, manifestando-se na negação ou minimização da gravidade da doença, no boicote às medidas preventivas, na subnotificação dos dados epidemiológicos, na omissão de traçar estratégias nacionais de saúde, no incentivo a tratamentos terapêuticos sem validação científica e na tentativa de descredibilizar a vacina, entre outros exemplos. O negacionismo acentua incertezas, influencia na adesão da população aos protocolos de prevenção, compromete a resposta do país à pandemia e ameaça a democracia”. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. 14-abril-2021. *Portal de notícias da UNICAMP*. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia/>. Acesso em: 15 de junho de 2025.

Observamos, então, as seguintes características nesta série enunciativa: 1. o negacionismo e informações falsas como estratégia de governança; 2. as contradições no que tange à liberdade, por exemplo, ao se colocar como democrático quando a questão está na vacinação em massa, ou seja: o indivíduo pode decidir se vai ou não se vacinar, ainda que o vírus tenha matado cerca de 700 mil pessoas, mas o indivíduo não deve se posicionar “livremente” contrário ao novo governo, porque isso é *atrapalhar* o Brasil; 3. a negligência do Estado frente ao número de contágios e de mortes, se negando a comprar as vacinas inicialmente, o que impactou a população, principalmente a de baixa renda.

Abaixo, apresentamos o quinto organograma que mostra a relação da racionalidade neoliberal no Brasil com o campo associado da biopolítica que, conforme Foucault (2022) é indissociável da governamentalidade neoliberal.

Imagen 5 – A biopolítica associada à racionalidade neoliberal no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 Considerações finais sobre a análise

Diante dos enunciados analisados chegamos a campos associados à racionalidade neoliberal no Brasil, compreendendo o recorte temporal proposto, a fim de traçar a problematização deste tema no presente. É para pensar o presente no Brasil que nos debruçamos nesta temática.

Entendemos que o neoliberalismo tem uma vasta história e desdobramentos, do europeu ao americano, conforme os estudos foucaultianos dissertam, apontando essa nova governamentalidade que tem como característica a biopolítica e a objetivação e subjetivação do *homo oeconomicus*, isto é, que empreende a si mesmo como uma empresa – estabelecendo metas, responsabilidades desvinculadas da perspectiva da coletividade, embora esta seja presente ao apelo ao nacionalismo, ao pertencimento e esforço para melhoria econômica, política e até moral da nação.

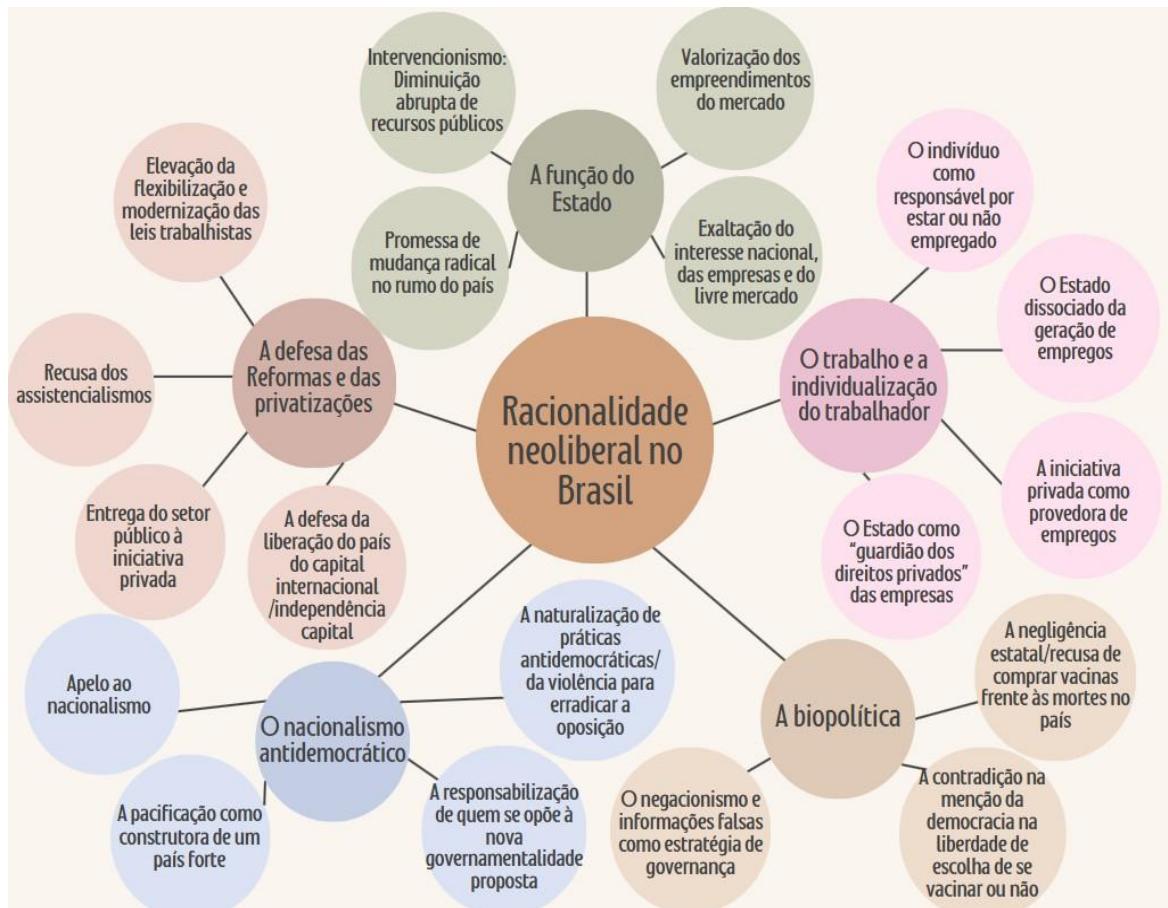
No presente, o neoliberalismo que emerge no discurso constitui uma racionalidade, que é reconhecida por Foucault (2022) e por outros autores nos quais nos baseamos nesta tese, como Dardot e Laval (2016) e Brown (2019). A racionalidade parte do pressuposto de que uma razão não só pertinente ao Governo de Estado, mas à governamentalidade no seu sentido amplo, como a que é experienciada pelo sujeito nas práticas de si – em sua autorregulação cotidiana.

A razão de mundo, assim denominada por Dardot e Laval (2016) incide nos modos de existência, haja vista que o sujeito econômico não somente se insere na perspectiva da empresa, mas é empresário de si, funciona como seu próprio empreendedor e empreendimento, constantemente individualizado no discurso.

Observamos que, nos enunciados coletados, a individualização do sujeito é constante e aparente em diversas séries enunciativas e, para a instância estatal, é por meio dessa individualização que há justificativas para o desvinculo do Estado para com as políticas públicas. Ademais, há também a entrega de tais políticas e “reconfigurações anti-assistencialismos” ao setor privado, às empresas, sendo que o papel do Estado está em traçar uma falsa negativa ao intervencionismo político, todavia, que ocorre em se tratando de guardar os direitos privados e priorizar os empreendimentos de empresários. E não nos referimos a pequenas empresas, mas sim a grandes, como a do setor agropecuário.

Para discorremos acerca das séries enunciativas analisadas, elaboramos um organograma final com todos os campos associados à racionalidade neoliberal no Brasil e suas especificações:

Imagen 6 – A racionalidade neoliberal no Brasil e seus campos associados considerando a análise de enunciados estatais (2016-2022)



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, na primeira série enunciativa, nos deparamos com a função do Estado dentro da lógica neoliberal do presente, enfatizando as proximidades com os Estados Unidos da América, uma vez que o neoliberalismo no Brasil se insere na vertente americana, diferenciada por Foucault (2022) principalmente ao remeter uma racionalidade de empresa tanto no que tange aos processos políticos e até jurídicos, quanto na relação do sujeito consigo mesmo.

A função do Estado se especifica em guardar os direitos privados e manter a vigilância em prol desses direitos, constando que estes não são sempre legitimados pela instância jurídica, mas amparados pelas práticas e discursos estatais. Não temos mais o Estado com poucas intervenções em relação aos investimentos públicos, nem mesmo um Estado Mínimo apenas. Assim, é primordial compreendermos que a racionalidade neoliberal não se resume aos baixos investimentos estatais, ou nenhum investimento, versando que, nos enunciados analisados, o Estado inserido na razão neoliberal é um Estado que: 1. Intervém, agindo na manutenção da diminuição abrupta de recursos públicos, como foi o caso da PEC 241; 2. Valoriza os empreendimentos do mercado,

acima das políticas públicas e da justiça social; 3. Exalta o interesse nacional como vinculado ao livre mercado, portanto, é responsabilidade do Estado garantir tal liberdade, sendo que a base do livre mercado não é a justiça social, mas a desigualdade (Foucault, 2022); e 4. um Estado que promete o inédito, o Governo que nunca antes funcionou no Brasil, que valoriza o interesse nacional e muda o rumo político e moral da nação.

No que se refere ao campo associado do trabalho e à individualização do trabalhador, temos a dissolução do trabalhador brasileiro para o empreendedor de si, isto é: o sujeito econômico é o próprio responsável por sua ocupação ou desocupação, cabendo a ele a compreensão das práticas estatais que cerceiam os direitos trabalhistas. Deste modo, o trabalho ocupa um lugar de parte das transações necessárias para o fortalecimento nacional que visa as empresas, os negócios, o crescimento econômico e não a realidade do trabalhador. Logo, o Estado assume novamente o lugar de guardião dos direitos privados (das empresas e da iniciativa privada); entreguista, no que tange à empregabilidade, à iniciativa privada; portanto, desvinculado da geração de empregos e orientador do indivíduo como responsável por se manter no mercado de trabalho, isto é, dentro dos requisitos das empresas.

Interligado ao trabalho e à individualização do trabalhador está o campo associado da defesa das Reformas e privatizações. Para favorecer, então, a iniciativa privada, foi preciso visar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), prometendo a modernização e a flexibilização dos direitos do trabalhador. Os usos lexicais ressaltam a iniciativa do Estado de convencer a população a apoiar essas propostas, justificadas pela necessidade de “se ajustar” ao novo cenário nacional. A justificativa se estende à privatização da Petrobras, com a analogia do monopólio estatal. Então, o Estado aparenta desvincular-se totalmente da regulamentação estatal, todavia, não se desvincula ao orquestrar o favorecimento para a iniciativa privada.

Assim posto, o papel do Estado é: 1. defender a empresa e o empresário sob a proposta de flexibilizar e modernizar a legislação trabalhista, o que implica, por exemplo, “negociar horas-extras com patrões” e não mais se respaldar nos direitos trabalhistas; 2. entregar o setor público à iniciativa privada, sob a negativa de intervir; 3. recusar o que denomina de “assistencialismos”, conectando políticas assistencialistas aos direitos trabalhistas; e 4. defender independência capital por meio das privatizações e Reformas.

Outro ponto relevante que obtivemos no processo de análise está na tirania do Estado (Brown, 2019) ao se posicionar sobre sua forma de governar. Essa tirania constitui o campo associado do nacionalismo antidemocrático e consiste em negar toda e qualquer manifestação contrária como legítima à livre expressão. Quando falamos em liberdade no neoliberalismo entramos em um jogo de contradições, em que a liberdade é assegurada à iniciativa privada, mas a moral continua existindo em relação às condutas do sujeito e suas crenças e posicionamentos. Isso é visto não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos sob a vigência do Governo Trump.

O discurso de ódio é naturalizado a ponto de se falar em erradicar grupos de pessoas, falar em fuzilamento coletivo e deslegitimar determinados brasileiros enquanto brasileiros. Nesse viés, há brasileiros patriotas, que honram a pátria e a defendem, e brasileiros que atrapalham com suas críticas e posicionamentos diversos. Logo, o Estado: 1. apela ao nacionalismo, com moralidade, separando a nação entre o bem (a direita) e o mal (a esquerda); 2. ressalta a pacificação (a ausência de multiplicidade ideológica) como essencial para um país forte; 3. responsabiliza quem se opõe à sua forma de governar pelo fracasso nacional; e 4. naturaliza práticas abertamente agressivas e o uso de violência como estratégia política, sob a defesa de uma moral vinculada a partidos políticos. Nesse sentido, o Estado recorre à coletividade para identificar grupos como inimigos do governo e convencer outros grupos de que estão lidando com inimigos.

Partindo ao último campo associado, o da biopolítica, observamos o uso de estratégias de governança que absolvem o Estado diante da delimitação de quem vive e quem morre, constando que nos embasamos nos estudos de Foucault (2022). Portanto, o Estado reitera *fakenews*, informações falsas/notícias falsas para se opor à compra de vacinas frente a uma das mais trágicas pandemias mundiais já registradas. São suas estratégias: 1. a tentativa de se absolver de seu papel de regulador da saúde populacional, então, se utiliza de notícias falsas e alegações que contrariam os estudos científicos sobre a propagação do vírus e formas de combate à alta mortalidade no país; 2. se contradizer sobre a liberdade de condutas, uma vez que utiliza a moral em muitos aspectos, mas em se tratando da vacinação em massa e compulsória, ressalta que o indivíduo tem o direito de escolher se vacinar ou não, dados os negacionismos sobre a vacina; e 3. negligenciar os números de contágio e mortes, tanto no que diz sobre a COVID-19, quanto sobre o HIV, quando coloca a recusa de comprar vacinas mesmo

com números crescentes de mortos no Brasil e se refere às pessoas vivendo com HIV como despesas ao país.

Em suma, as cinco séries enunciativas estudadas constituem o objeto da racionalidade neoliberal no Brasil dentro do recorte do presente. Compreendemos que tal objeto está em constante emergência nos dias de hoje, sendo pertinente para os Estudos Discursivos foucaultianos, ou mesmo em outras perspectivas do discurso.

CONCLUSÃO

O diagnóstico do presente é uma referência aos estudos foucaultianos que parte da urgência de pensar quem somos nós hoje (Foucault, 2009). Para tanto, precisamos partir da problematização do objeto investigado, isto é: quais as emergências que o constituem como um problema discursivo. Nesta tese, demonstramos pela investigação da racionalidade neoliberal no Brasil como o neoliberalismo emergiu em diversos cenários históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, tendo perpassado por inúmeros governos, mesmo aqueles cuja proposta originária era atrelada à esquerda (como o caso do Partido dos Trabalhadores).

Na primeira seção, *Teoria e método na arquegenealogia foucaultiana*, partimos do campo teórico e metodológico foucaultiano, com ênfase na arquegenealogia, norte para nosso trabalho. Discorremos, em *A problematização da história e da verdade*, sobre a não-linearidade histórica, imprescindível para fazer um estudo arqueogenalógico. Ademais, vimos como essencial para esta tese desenvolver o exercício da problematização do objeto discursivo, considerando a problematização colocada pela Nova História em perspectiva. Assim, nos debruçamos em estudos como Foucault (1979; 1984; 2002a; 2002b; 2005; 2010; 2018; 2019), nos valemos de Barros (2012), Burke (1992), Dardot e Laval (2016), Deleuze e Guattari (2011), Febvre (2011), Lyra (2006), Mota (1977), Navarro (2008), Nietzsche (1998), Orlandi (1987) e Rago (1999).

Posteriormente, em *Considerações teóricas para a elaboração de séries enunciativas*, chegamos ao método arqueológico de análise de enunciados e, por conseguinte, de discursos. Como aporte teórico apresentamos Foucault (1998; 2004; 2005; 2006; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2019; 2022), Dardot e Laval (2016), Dean e Zamora (2021), Fernandes e Sá (2021) e Machado (1998). Essa abordagem foi essencial para a seleção e análise dos enunciados constitutivos do *corpus* de análise.

Na segunda seção, *As emergências do neoliberalismo*, partimos aos múltiplos contextos históricos, econômicos e políticos que emergiram o neoliberalismo, de forma mais específica à arquegenealogia de Michel Foucault, ressaltando os acontecimentos que colocaram o neoliberalismo em evidência nos discursos.

Portanto, em *Por uma genealogia do (neo)liberalismo*, respaldados por Foucault (2022), discorremos sobre a nova razão de Estado neoliberal e a economia de mercado na constituição do *homo oeconomicus*, chegando aos processos de objetivação e subjetivação do sujeito econômico, este que empreende a si mesmo como uma empresa.

Em *O Neoliberalismo à brasileira*, nos aprofundamos em acontecimentos que mobilizaram o neoliberalismo no país e nos debruçamos nos estudos foucaultianos para compreendermos as influências do neoliberalismo norte-americano na historicidade do objeto neoliberal no Brasil, até os dias de hoje.

Tivemos, como base teórica, Achard (1999), Bobbio (2005), Brown (2019), Courtine (2009), Dardot e Laval (2016), Fonseca e Silva (2020), Franco (et al., 2021), Foucault (1988, 2002a, 2008a, 2008b, 2009, 2010, 2012, 2018, 2019), Guilhaumou (2009), Laval (2020), Locke (1999), Mairutti (2021), Mirowski (2013) Porto (2009), Silva (2011), Soares (2001) e Tavares e Melin (1998).

No terceira e última seção, intitulada *Arquegenealogia da racionalidade neoliberal no Brasil*, procedemos à análise dos enunciados coletados, obtidos de pronunciamentos políticos estatais entre o período de 2016 a 2022. Assim, em *Do processo metodológico de coleta e análise do corpus*, descrevemos como coletamos as séries e escolhemos organizá-las em agrupamentos temáticos.

Em *Análise do corpus: os temas constitutivos da racionalidade neoliberal no Brasil*, abordamos as cinco séries enunciativas elaboradas, nos aprofundando nos temas do discurso e nos campos associados da racionalidade neoliberal que são encontrados nos enunciados. Esses temas foram: a função do Estado; O trabalho e o trabalhador; as políticas de privatização e Reformas previstas e defendidas pelo Estado; o nacionalismo antidemocrático; e a biopolítica. Posteriormente, complementamos a análise realizada e encerramos a seção em *Considerações finais sobre a análise*.

Nesse percurso, nos valemos dos seguintes autores: Brown (2019), Castro (2012), Dardot e Laval (2016), Guilhaumou e Maldidier (1997), Foucault (1988, 2004, 2019, 2022), Rathsam (2021) e Nietzsche (1998).

A pesquisa sobre a racionalidade neoliberal no Brasil por meio de enunciados estatais evidenciou, por meio da análise arquegenealógica, a presença deste objeto discursivo em enunciados do Estado brasileiro (com ênfase no período de 2016 a 2022). Mais do que presente, trata-se de discursos que objetivam o sujeito econômico e o próprio Estado e sua funcionalidade no que se refere a regular políticas públicas, apoiar empreendimentos e as empresas, ceder à iniciativa privada e assegurar os direitos

privados.

Ademais, observamos a regularidade discursiva em relação à antidemocracia e à contradição da liberdade levantada pelo Estado. O indivíduo opositor às suas práticas não tem seu posicionamento legitimado pela democracia, visto que é colocado como inimigo do Estado e seus apoiadores. Já no que tange à biopolítica da vacinação em massa frente à COVID-19, o indivíduo é livre, e até mesmo instigado, para se posicionar contrário à vacinação.

Consideramos, diante dos fatos expostos, que o discurso neoliberal objetiva e subjetiva o sujeito econômico e o Estado, este reconfigurando as suas práticas e se desvinculando à medida que se afasta do papel de regulador das políticas públicas, assumindo o papel de guardião dos direitos privados da empresa, entregando à iniciativa privada os setores públicos. Nessa mesma linha, o Estado objetiva o sujeito como individual e responsável por estar empregado, por sua acessibilidade, se colocando contrário às políticas assistencialistas.

Portanto, a racionalidade neoliberal se faz presente em quem somos nós hoje e nas políticas estatais defendidas em pronunciamentos diversos.

REFERÊNCIAS

Barros, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. *História: debates e tendências*. 2012, vol 12, n. 2, pp. 305-325.

Brasil, Câmara Legislativa. *PEC 241/2016: Proposta de Emenda à Constituição*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 10 de out. 2020.

Brasil, Câmara Legislativa. *Confira os principais pontos da proposta de reforma trabalhista*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/512526-CONFIRA-OS-PRINCIPAIS-PONTOS-DA-PROPOSTA-DE-REFORMA-TRABALHISTA>. Acesso em: 10 de out. 2020.

Brasil, Ministério da Saúde. *COVID-19: sobre a doença*. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 02 ago. 2020.

Bobbio, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Brown, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Burke, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Castro, Fernando. Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 32, nº 63, p. 301-324, 2012.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100014>

Courtine, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCAR, 2009, p. 104-106.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

Dean, Mitchell; Zamora, Daniel. *O último homem a tomar LSD: Foucault e o fim da Revolução*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Defert, Daniel. (2002). Cronologia. In: M. Foucault, *Ditos e escritos 1. Problematização do sujeito, psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 1-70.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34, 2011.

Febvre, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989.

Fernandes, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Paulo: Pontes, 2021.

Fonseca, André Dione; Silva, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora: Revista de História e Geografia*, Santa Cruz do Sul, RS, vol. 22, n.2, p. 58-75, jul./dez. 2020. <https://doi.org/10.17058/agora.v22i2.15461>

Foucault, Michel. *Du gouvernement des vivants*. Cours au Collège de France, 1979-1980. Inédito. Disponível em fitas-cassete: C 62 (01-12). Arquivos IMEC, Paris, 1980.

Foucault, Michel. *Subjectivité et vérité*. Cours au Collège de France, 1980-1981. Inédito. Disponível em fitas-cassete: C 63 (01-07). Arquivos IMEC, Paris, 1981.

Foucault, Michel. Sobre a genealogia da ética. In: C. H. Escobar (Org.), *Michel Foucault: o dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Foucault, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: Rabinow, Dreyfus. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). (V. Portocarrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p 231-249.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

Foucault, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade II*, O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002b.

Foucault, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Foucault, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Foucault, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros de Motta; tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

Foucault, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Foucault, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

Foucault, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *Michel*

Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2^a. Edição Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Foucault, Michel. *Ética, sexualidade, política.* Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Foucault, Michel. As Contradições. In: *A Arqueologia do Saber.* 8^a edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Foucault, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres.* São Paulo: Paz & Terra, 2018.

Foucault, Michel. *A arqueologia do saber.* Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

Guilhaumou, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

Laval, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal.* Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

Locke, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano.* Tradução: Eduardo Abrantes Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Lyra, Edgar. Heidegger, história e alteridade: sobre a essência da verdade como ponto de partida. *Natureza Humana.* [online]. 2006, vol. 8, n.2, pp. 337-356.
<https://doi.org/10.59539/2175-2834-v8n2-901>

Machado, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: Foucault, Michel. *Microfísica do poder.* 13. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 7-23.

Mairutti, Eduardo Barros. O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. *Eco UNICAMP.* 2021, vol 1, n. 415.

Mirowski, Philip. *Never let a serious crises go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown.* Londres: Verso, 2013.

Mota, Carlos Guilherme. História Contemporânea da cultura. Os Anos 50: linhas de produção cultural. *Revista De História.* 1977, 111, pp. 155-175.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i111p155-175>

Navarro, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: Tasso, Italo. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória.* São Carlos: Claraluz, 2008. p. 59 – 74.

Nietzsche, Friedrich. *Genealogia da moral:* uma polêmica. Tradução de Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Nietzsche, Friedrich. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral.* São Paulo: Hedra, 2007.

Orlandi, Luiz Benedicto Lacerda. Do Enunciado em Foucault à Teoria da Multiplicidade em Deleuze. In: Ítalo Tronca (org.), *Foucault Vivo*. Campinas: Pontes, 1987, p. 11-42.

Porto, Maria Célia da Silva. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: Jornada Internacional de políticas públicas, 4., 2009. Maranhão. *Anais da IV Jornada Internacional de políticas públicas*: Porto, Maria Célia da Silva. Maranhão: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, 2009, p. 1-9.

Rago, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. 1999, vol. 7, n. 11, pp. 73-96.

<https://doi.org/10.22456/1983-201X.6543>

Silva, Marcelo Lira. Os fundamentos do liberalismo clássico: a relação entre Estado, direito e democracia. *Aurora*. [online]. 2011, vol. 5, n. 1, pp. 121-147.

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v5n1.1710>

Soares, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Strathern, Paul. *Foucault em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Tavares, Maria da Conceição; Melin, Luiz Eduardo. Mitos globais e fatos regionais. In: *Globalização: o fato e o mito*. Fiori, José Luiz; Lourenço, Maria Skinner de; Noronha, José Carvalho de. (Org.) Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 41-54.